

# CONCORRÊNCIA Nº 06/2021

## SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO SEGOV-PRC-2020/02770

### PROPOSTA TÉCNICA



**QUESITO**

**1**

PROPOSTA PARA  
O TEMA DO  
EXERCÍCIO  
CRIATIVO

2

19

# **SUBQUESTO 1**

# RACIOCÍNIO BÁSICO

9

29



## PROPOSTA TÉCNICA | QUESITO 1

### SUBQUESITO 1: RACIOCÍNIO BÁSICO

Criada no início do ano 2000 para facilitar o registro de boletins de ocorrência, a Delegacia Eletrônica é uma das iniciativas mais efetivas do governo paulista para o fortalecimento da cidadania no Estado. A plataforma digital facilitou a milhões de cidadãos o acesso a um serviço público fundamental, que antes era dificultoso por diversos motivos. Ao mesmo tempo, permitiu ao governo assenhorar-se de dados preciosos sobre as ocorrências policiais, antes subnotificadas, o que lhe permitiu refinar e tornar mais eficaz a ação das polícias paulistas.

O sucesso da Delegacia Eletrônica pode ser atribuído à comodidade e facilidade de acesso ao serviço, prestado 7 dias/semana, 24 horas/dia. A plataforma facilita o registro de BOs porque dispensa o comparecimento da vítima a uma delegacia. Com efeito, especialistas em segurança pública ouvidos pela CDI Comunicação afirmam que a burocracia e a demora no atendimento nos distritos policiais levam os cidadãos a não procurar a polícia quando são vítimas de crimes. A tese foi confirmada por uma pesquisa feita pelo Ibope em 2006, segundo a qual 35% dos paulistas já haviam sido roubados, porém uma em cada três vítimas não registrara a ocorrência.

Assim, a Delegacia Eletrônica proporciona diminuição dos índices de subnotificação de ocorrências, o que torna mais confiáveis os dados à disposição da polícia e permite que a gestão da segurança pública seja feita de modo mais efetivo. Segundo especialistas, as notificações são importantes para que se possa mapear os pontos de maior ocorrência de crimes, tabular estatísticas sobre os criminosos, melhorar a qualidade e quantidade dos dados à disposição da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (SSP-SP).

A relação entre o aumento das notificações e a melhoria da eficácia das polícias já foi notícia na imprensa. Exemplo: em janeiro de 2007, o Estadão informou que, de acordo com os registros da Delegacia Eletrônica, os furtos de celulares nas ruas passaram de 2.238 em 2000 para 29.202 em 2006 – um aumento de 1.200%. Ao estudar os números, a SSP-SP desenhou estratégias para responder ao desafio: reforçou o policiamento ostensivo nas ruas e nos horários em que os crimes ocorriam com maior frequência, e praticamente zerou as estatísticas.

Aperfeiçoando a qualidade do monitoramento do crime no Estado, o governo paulista foi, passo a passo, implementando melhorias em suas políticas de segurança pública. Em 2011, quando a



Delegacia Eletrônica respondia por 20% do total de BOs registrados no Estado, o governo fez uma experiência inovadora para diminuir ainda mais o problema da subnotificação: possibilitou que os BOs digitais fossem feitos em postos da Polícia Militar da zona Leste da cidade de São Paulo, onde a população tinha baixo índice de acesso à internet.

Também por meio dos dados obtidos pela Delegacia Eletrônica, a SSP-SP conseguiu enxergar com maior nitidez a evolução dos casos de roubos no Estado, em 2014, ano em que a subnotificação desse tipo de delito caiu 40%, graças à sua inclusão na lista de ocorrências passíveis de registro na Delegacia Eletrônica em dezembro do ano anterior.

Embora não haja dúvidas sobre os benefícios da Delegacia Eletrônica para a população e para a eficácia da polícia, o sucesso dessa política pública poderia ser ainda maior se a SSP-SP adotasse uma postura mais aberta e transparente a esse respeito junto aos usuários do serviço, à imprensa e à população em geral. Essa é a conclusão a que chegou a agência CDI Comunicação por meio de dois estudos. No primeiro, analisamos a exposição que a Delegacia Eletrônica de SP teve na mídia paulista no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2020, tendo como parâmetro o clipping indicado no Edital de Licitação e, também, outras veiculações coletadas por meio de pesquisas em ferramentas de busca como Google e Stilingue.

Naquele intervalo, foram registradas 131 inserções na imprensa, com média diária de apenas 0,36 veiculações, ou o equivalente a 2,5 por semana. No aspecto quantitativo, o volume é baixo e situa-se aquém do potencial de um órgão público que tem presença capilarizada, presta relevantes serviços públicos e interage com boa parte da população adulta do Estado. Quanto ao tipo de mídia, 122 das 131 inserções ocorreram na web, 7 em veículos impressos e 2 em TV (nenhuma em emissoras de rádio). A proporção encerra algum desequilíbrio, não obstante a preponderância de veículos web de expressão nacional, como G1 (15), UOL (11) e R7 (3).

O segundo estudo que realizamos neste diagnóstico foi uma sondagem de opinião junto a jornalistas do Estado de São Paulo que cobrem ou lidam frequentemente com a área de

2

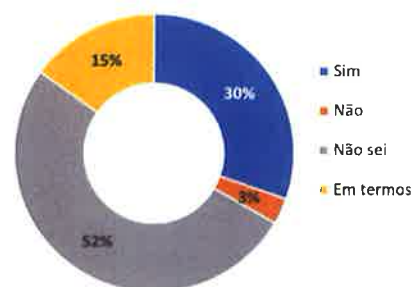
4p

segurança pública<sup>1</sup>. Os resultados indicam que 91% desses profissionais conhecem a Delegacia Eletrônica, e que grande parte deles (64%) já registrou alguma ocorrência na plataforma. Desses, 77% tiveram experiências positivas com o serviço.

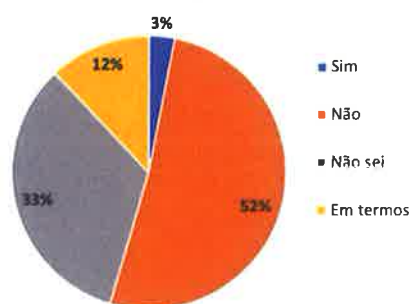
Aproximadamente três quartos (76%) dos jornalistas afirmam que sim, a Delegacia Eletrônica conseguiu ampliar o acesso da população ao serviço de registro de ocorrências. Mas as respostas positivas param por aqui. Quando perguntados se a polícia utiliza os dados obtidos na Delegacia Eletrônica para melhorar o combate à criminalidade no Estado, 52% dizem não saber (gráfico 1). Ou seja, apesar da especificidade da atividade profissional que exercem (que os tornam diferenciados no conjunto da população), declaram ignorar um aspecto fundamental na existência da Delegacia Eletrônica. E, por isso mesmo, 52% deles consideram que os dados nela obtidos não são tratados com transparência pela polícia paulista (gráfico 2). Considerando que somente um jornalista respondeu sim a esta pergunta, tem-se que a quase totalidade da amostra entende haver pouca ou nenhuma transparência no trato dos dados.

Tais aspectos constituem os principais achados da sondagem com jornalistas e da análise de mídia, ao tempo em que fundamentam a conclusão já explicitada na página anterior: o sucesso da Delegacia Eletrônica poderia ser ainda maior se a SSP-SP adotasse uma postura mais aberta e transparente a esse respeito junto aos usuários do serviço, à imprensa e à população em geral. Este é o pressuposto básico do plano de comunicação e da estratégia de relacionamento com a mídia que apresentaremos a seguir.

**Gráfico 1**  
A polícia utiliza os dados obtidos na Delegacia Eletrônica para melhorar o combate à criminalidade?  
(33 respostas)



**Gráfico 2**  
Os dados obtidos na Delegacia Eletrônica são tratados com transparência pela polícia paulista?  
(33 respostas)



<sup>1</sup> A sondagem foi realizada de forma on-line entre 8 e 22/11/2021, tendo captado a percepção de 33 jornalistas. Os resultados estão neste link: <https://docs.google.com/forms/d/1dZ9WYVvrVRq3kv3P2Dz5P5jN1Y-1t458uM0aV4XdtKU/viewanalytics>

2

59

**SUBQUESITO 2**  
PLANO DE AÇÃO  
ESTRATÉGIA DE  
RELACIONAMENTO  
COM A MÍDIA

**SUBQUESITO 3**  
PLANO DE AÇÃO  
AÇÕES A SEREM  
DESENVOLVIDAS  
PELA CONTRATADA

**SUBQUESITO 4**  
PLANO DE AÇÃO  
MATERIAIS A SEREM  
PRODUZIDOS



## SUBQUESITO 2 | PLANO DE AÇÃO

### A) ESTRATÉGIA DE RELACIONAMENTO COM A MÍDIA

No mundo das percepções, onde todos vivemos, não basta estar certo – também é preciso parecer certo. Esta máxima pode ser óbvia para os profissionais de comunicação, mas não para grande parte dos gestores públicos. A Delegacia Eletrônica do Estado de São Paulo é um exemplo acabado dessa verdade. Não há dúvidas sobre o sucesso que a iniciativa alcançou em mais de duas décadas de existência – os números demonstram cabalmente que a população soube reconhecer a importância, a comodidade e a praticidade do serviço do registro on-line de BOs. O próprio fato dessa política pública ter sido adotada em todos os Estados da Federação, depois de São Paulo, indica o grau de relevância que os brasileiros a ela atribuem.

Contudo, como dissemos, alguns esforços de comunicação poderiam potencializar o sucesso da Delegacia Eletrônica, ampliar ainda mais o nível de aderência da população aos seus serviços, e introduzir um componente qualitativo diferenciado na percepção pública sobre a plataforma. A partir das conclusões do diagnóstico já apresentado, a estratégia de comunicação que propomos consiste em **ressignificar** a Delegacia Eletrônica e torná-la mais **relevante** aos olhos dos cidadãos. Isso será feito por meio do acréscimo da **transparência** sobre a forma como a SSP-SP lida com a plataforma.

A transparência é um predicado mandatório para as organizações públicas, que não podem se dar ao luxo de trabalhar nas sombras, sob pena de perderem relevância e tornarem-se obsoletas. No caso presente, a transparência será agregada com o objetivo de deixar claro para a população que, ao utilizar os serviços da Delegacia Eletrônica, ela está ajudando a polícia a combater a criminalidade, pois os dados captados na plataforma são utilizados para identificar quais delitos ocorrem com maior frequência, em que tempo e em que locais. Com base nesses dados, a polícia pode orientar seus recursos para o combate direto, repressivo e profilático à violência. É preciso deixar claro, portanto, a relação de causa e efeito entre o uso da Delegacia Eletrônica e a ação policial, pois isso dará uma motivação a mais para o engajamento da população. Uma motivação que pode fazer toda a diferença porque, para além do simples registro da ocorrência, o cidadão poderá utilizar a Delegacia Eletrônica como recurso auxiliar para que aquela ocorrência não volte a ocorrer nem consigo mesmo nem com seus semelhantes.

Em resumo, a estratégia que propomos visa clarificar aos olhos da opinião pública o que se pode chamar de círculo virtuoso da Delegacia Eletrônica (diagrama ao lado). O maior engajamento da população no registro de BOs deverá contribuir para o aumento da eficácia da ação policial, o que tende a provocar queda dos índices de criminalidade e, conseqüentemente, aumento da satisfação da população para com a autoridade policial.



Junto aos jornalistas, esta estratégia de comunicação será implementada de modo contínuo, por meio de uma agenda periódica de contatos que detalharemos a seguir. Mas, para ser bem-sucedida, a comunicação precisará também ser estendida a outros públicos porque, não obstante a importância indiscutível da imprensa, no Brasil de hoje ainda são restritos os públicos diretamente atingidos pela mídia. Será preciso incluir sobretudo os usuários da Delegacia Eletrônica (público em geral); *influencers* das mídias sociais; e aqueles que exercem influência direta sobre a mídia, tais como o público interno da SSP-SP (especificamente, delegados, escrivães e o contingente da Polícia Militar mais exposto ao contato com o público), os especialistas, consultores e acadêmicos que militam na área de segurança pública, promotores e procuradores de Justiça, além de policiais que exercem mandatos eletivos.

Nossas recomendações incluem ainda as seguintes diretrizes estratégicas:

- O diagnóstico que fizemos indica que há espaço para que a Delegacia Eletrônica amplie sua visibilidade na mídia. Como política pública de estado, independente deste ou daquele governo, a Delegacia Eletrônica da SSP-SP pode colocar-se no cenário da segurança pública de São Paulo como referência para a imprensa, fonte obrigatória para contextualizar a ocorrência de delitos em âmbito estadual, regional ou local, pois possui dados e conhecimento para tanto.
- A ampliação da visibilidade da Delegacia Eletrônica na mídia deve ocorrer por meio de um processo de relacionamento com jornalistas que inclua inteligência na criação de pautas, proatividade na ação, disponibilidade e eficiência na recepção de demandas dos jornalistas. São ingredientes básicos em qualquer processo de assessoria de imprensa, mas devem ser consignados desde já exatamente por serem fundamentais em nossa prestação de serviços.

2

88

- A Delegacia Eletrônica deve aprofundar a sua transformação digital por meio da melhoria e intensificação de sua presença na internet (website) e redes sociais de forma a fortalecer seu relacionamento com o público em geral e, também, com a imprensa e os formadores de opinião.
- As pautas customizadas e regionalizadas exercem apelo muito maior aos veículos do interior e do litoral, pois são a razão de sua existência, o fundamento de sua missão. Por isso recomendamos que a proatividade na criação de pautas a serem ofertadas tenha como base a customização e regionalização de dados, informações e porta-vozes.
- Recomendamos, por fim, a adoção de técnicas de branding para fortalecer e traduzir o posicionamento de comunicação a ser adotado, contribuindo para a construção da imagem que julgamos adequada para a Delegacia Eletrônica. Para tanto, propomos o uso da *tagline* ao lado.

## Delegacia Eletrônica.

Você Informa.  
A POLÍCIA AGE.



Curta e fácil de ser memorizada, a *tagline* expressa em poucos vocábulos o que a Delegacia Eletrônica faz (registrar informações) e o seu propósito (contribuir para o sucesso da ação policial). Por isso é capaz de preencher o significado da marca Delegacia Eletrônica do Estado de São Paulo com os predicados fundamentais que, com toda certeza, ampliarão a efetividade de sua comunicação.

### SUBQUÊSITO 3 | PLANO DE AÇÃO

#### B) AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS

A CDI dará apoio de Assessoria de Imprensa e de Comunicação à Delegacia Eletrônica, prestando atendimento direto ao órgão de dentro de suas instalações, na capital paulista. Um jornalista da agência atuará *in house* na Delegacia Eletrônica com jornada de trabalho 100% dedicada à plataforma, o que garantirá o necessário aprofundamento nos temas a serem trabalhados, bem como a familiaridade adequada com técnicos, responsáveis e porta-vozes do órgão. Este consultor contará com uma equipe de retaguarda, com diversos profissionais de comunicação e todos os recursos de infraestrutura de uma grande agência, garantindo a efetividade dos serviços, em especial o aporte estratégico e tático na formulação e implementação das soluções a serem desenvolvidas.



Este plano de ação foi concebido para produzir efetividade no período de 15 meses de trabalho, como determina o edital, com ações de curto, médio e longo prazos. O trabalho terá caráter educativo, informativo e de orientação social, sem conotações que caracterizem propaganda partidária ou promoção pessoal.

### Ações de relacionamento com a mídia

- **Treinamento de porta-vozes** – No início dos trabalhos, vamos realizar treinamentos com os porta-vozes da Delegacia Eletrônica, utilizando metodologia própria. Composto de conteúdo teórico, dinâmicas e exercícios práticos para a fixação dos conceitos, o treinamento contribuirá para aprofundar os conhecimentos sobre comunicação e para consolidar a cultura dos porta-vozes em relações com a mídia e com as redes sociais. Seus objetivos serão: sensibilizar sobre a importância da comunicação como ferramenta estratégica para a imagem do órgão; harmonizar e consolidar o discurso dos porta-vozes em torno de mensagens-chave predefinidas; e habilitar os porta-vozes para o enfrentamento de situações de crise, tendo por base os eventuais riscos de imagem. A capacitação incluirá o preparo de porta-vozes institucionais (para todo o Estado) e regionais (para as regiões administrativas do Estado).
- **Balanco mensal** – A cada mês, a CDI fará a extração de dados da plataforma visando elaborar um balanço referente às ocorrências mais notificadas pela população no período. Nossa equipe de atendimento também irá contextualizar e qualificar os dados por meio de entrevistas com delegados da Polícia Civil e oficiais da Polícia Militar, resultando desse esforço a oferta de um pacote mensal de informações à imprensa, com a disponibilização de porta-vozes para entrevistas. Essa dinâmica será feita de forma consolidada para todo o Estado, e também regional, dentro de cada região administrativa do Estado.
- **Relacionamento proativo com a imprensa** – O reforço de inteligência e estrutura que aportaremos fará da proatividade a marca registrada no relacionamento com a imprensa. Este aspecto será fundamental em nossa prestação de serviços, visto que os objetivos de imagem só podem ser alcançados quando há aporte de inteligência e estrutura. Além do balanço mensal, também faremos, periodicamente, a construção e oferta de boas pautas exclusivas para veículos de expressão nacional, visando a conquista de maior visibilidade. Para evitar favorecimento, promoveremos um rodízio de jornalistas e veículos aos quais serão oferecidas essas pautas. Aqui também a estratégia será customizar e regionalizar o

2

100

conteúdo aos interesses de cada mídia, valendo-se do fato de a Delegacia Eletrônica conter dados capilarizados.

- **Produção de conteúdo de qualidade** – Propomos a criação de uma espécie de agência de notícias para dar suporte à Delegacia Eletrônica na geração de conteúdo jornalístico sobre seus serviços. O funcionamento ocorrerá no formato “uma entrada, múltiplas saídas”, isto é, uma única apuração dá origem a conteúdos com diferentes edições, visando alimentar o sistema de mídias e produtos de comunicação que iremos implementar, como site, redes sociais, press releases, propostas de pauta, artigos, infográficos etc. Aportando recursos humanos e tecnológicos adequados nos aspectos qualitativo e quantitativo, vamos operar dentro de uma dinâmica jornalística para apurar dados e informações junto às áreas responsáveis e atualizar continuamente os conteúdos de interesse. Atenção especial será dada à regionalização de dados e informações, como já dissemos.
- **Recepção e atendimento às demandas da imprensa** – A comunicação de um órgão governamental deve ser exercida com transparência, por isso nossa agência dará atendimento a todas as demandas de jornalistas, seja qual for a origem do jornalista, inclusive em finais de semana e feriados. Nossa estrutura responderá prontamente às demandas da mídia com informações de qualidade, e não deixará perguntas sem respostas, mesmo que a resposta seja uma nota de esclarecimento ou a não concessão de entrevista (por prudência ou conveniência).
- **Atenção a toda a imprensa sem distinção de origem ou especialidade** – Os serviços da Delegacia Eletrônica podem, potencialmente, despertar a atenção de muitas pessoas, dado o grande leque de ocorrências que a ela se pode notificar. Por essa mesma razão, os dados e informações nela depositados podem transformar-se em notícia em uma grande gama de segmentos da mídia, como jornais, noticiários de rádio e TV (locais ou de rede), veículos segmentados/especializados, veículos do interior, jornais de bairro, podcasts, rádios comunitárias e canais digitais e serviços noticiosos das redes sociais, entre outros. Aqui também, mediante o aporte de inteligência e estrutura, será possível customizar as propostas de pauta aos interesses de cada mídia, como é o caso, por exemplo, dos veículos com conteúdo voltado para a mulher.
- **Acompanhamento de entrevistas** – Nossos profissionais acompanharão todas as entrevistas, presenciais, por e-mail ou telefone, realizando desde o levantamento prévio de informações até o fornecimento ao porta-voz de um briefing sobre a pauta, incluindo o perfil do veículo e do jornalista. Em assuntos sensíveis, o porta-voz da Delegacia Eletrônica

será preparado por meio de uma lista de perguntas críticas e respostas pertinentes (Q&A). Esse procedimento também será adotado em coletivas à imprensa, quando houver. Depois de cada interação com a imprensa, nossa equipe enviará um relatório de feedback com o objetivo de apoiar o entrevistado em seu processo de constante evolução como porta-voz.

- **Workshops para jornalistas** – Jornalistas que cobrem o dia a dia da segurança pública serão convidados a participar de workshops técnicos sobre os serviços da Delegacia Eletrônica. Nesses eventos, técnicos e porta-vozes do órgão deverão discorrer, de forma didática, sobre os assuntos em pauta com o objetivo de capacitar os jornalistas e habilitá-los para a captação e interpretação de dados e informações gerados na Delegacia Eletrônica. Os encontros serão periódicos e segmentados para diferentes grupos de jornalistas, como os da mídia especializada e de veículos regionais do interior de São Paulo.
- **Relacionamento institucional com publishers** – O relacionamento institucional com os veículos de imprensa será importante para que a direção da Delegacia Eletrônica possa dialogar com os *publishers* dos principais veículos jornalísticos do Estado, expondo, com clareza e transparência, toda a amplitude e relevância das atividades do órgão. As visitas serão agendadas e acompanhadas pela liderança de nossa agência, cuja equipe também auxiliará no preparo prévio da direção.
- **Matriz de relacionamento** – Nela serão listados e priorizados os veículos de imprensa e influenciadores da mídia com os quais nossa agência manterá permanente aproximação. O grupo de interlocutores preferenciais fará parte de uma rede especial de relacionamento: além dos materiais que produziremos, receberá conteúdo exclusivo e convites para encontros e workshops customizados. Esta ação será implementada nos primeiros dias de nossa prestação de serviços.

#### Ações de relacionamento com influenciadores da mídia

- **Mapa de influenciadores** – De acordo com o diagnóstico e a estratégia de comunicação aqui expostos, jornalistas estarão no centro dos esforços de comunicação, mas também serão contemplados segmentos influenciadores da imprensa – as fontes às quais os jornalistas recorrem para produzir suas matérias. Entre os segmentos a serem escrutinados estão parte do público interno da SSP-SP (especificamente, delegados, escrivães e o contingente da Polícia Militar mais exposto ao contato com o público); especialistas, consultores e acadêmicos que militam na área de segurança pública; promotores e procuradores de Justiça; policiais que exercem mandatos eletivos; influenciadores



relevantes de mídias sociais; e líderes de organizações da sociedade civil, entre outros. Tais públicos serão identificados individualmente no mapa de influenciadores, e com isso listados em uma escala de prioridades. A eles iremos fornecer informações de qualidade sobre os assuntos de interesse, também com abordagem customizada. Também sugerimos reuniões presenciais (quando possíveis) entre representantes desses grupos e os responsáveis pela Delegacia Eletrônica com o objetivo de fomentar o relacionamento, esclarecer sobre temas de interesse e prospectar possibilidades de parceria e colaboração.

### Ações para o público em geral

- **Nova identidade visual** – A CDI comunicação deverá divulgar e utilizar uma identidade visual para a Delegacia Eletrônica, no primeiro momento do contrato, marcando a estreia do posicionamento da marca, cujo *tagline* foi descrito anteriormente (*Você informa. A Polícia age.*). O visual será sóbrio e moderno, tendo como referência o *key visual* atualmente utilizado pelo Governo do Estado de São Paulo e os órgãos da Administração Direta. A nova identidade visual será aplicada nos materiais de comunicação descritos no Subquesto 4, bem como na papelaria e sinalização visual utilizadas no órgão.
- **Reforma do website** – Também nos propomos a modernizar o visual e as funcionalidades do website da Delegacia Eletrônica, dotando-o de recursos e características mais atuais e tornando-o mais atraente e funcional para a comunicação com os usuários. O desenvolvimento será feito de acordo com a nova identidade visual e o novo posicionamento de marca a serem criados para a Delegacia Eletrônica. A home (página inicial do site) deverá destacar as chamadas para uma nova área com conteúdo jornalístico que nossa equipe deverá produzir.

### Ações de prevenção e gestão de crises

- **Mapeamento de riscos à imagem** – Os serviços da Delegacia Eletrônica em muitos momentos ocorrem em meio a situações de crise ou emergência na segurança pública, provocadas pela ocorrência de ilícitos e/ou crimes de maior gravidade ou de maior frequência no tempo e no espaço. Eventualmente, tais situações podem adquirir volatilidade, o que dificulta e torna mais complexa a gestão, afetando direta ou indiretamente o funcionamento da plataforma. Para evitar que isso ocorra, será necessário adotar um mecanismo de prevenção: o mapeamento de riscos à imagem, que identifica os fatores previsíveis de risco e dimensiona a severidade de possíveis danos à imagem. A

escala de gravidade de cada risco determinará a necessidade de monitoramento contínuo e de planos de contingência, com definição de ações ágeis e eficazes, responsabilidades e mensagens.

- **Comitê de crise** – Propomos a formação de um comitê de crise que poderá ser acionado em emergências para assessorar a direção da Delegacia Eletrônica. Sua atribuição será criar a matriz de responsabilidades específica para cada crise, delimitar competências, determinar o treinamento de porta-vozes e deliberar sobre ações e estratégias de prevenção e contenção de crise no relacionamento com a mídia.
- **Gestão pós-crise** – Toda crise traz aprendizados importantes que precisam ser identificados e compartilhados entre a equipe de trabalho. Nossa agência fará o registro formal desses aprendizados e os disponibilizará à direção da Delegacia Eletrônica, visando eliminar ou minimizar riscos e perigos e evitar que eventuais erros voltem a ocorrer no futuro.

#### Ações de planejamento e avaliação de resultados

- **Plano Estratégico de Comunicação** – O plano irá conter um diagnóstico permanente e sempre atualizado da percepção dos serviços da plataforma por parte da mídia, e especificará objetivos, estratégias e mensagens-chave alinhados com a evolução do cenário em que os trabalhos serão executados. A natureza dinâmica do plano será dada não apenas pela variação dos humores da mídia e demais públicos, como também pela necessidade de constante adequação e ajustes à evolução dos serviços da Delegacia Eletrônica.
- **Relatórios de exposição nas mídias** – Faremos um relatório periódico de avaliação de resultados sobre a exposição da Delegacia Eletrônica nas mídias impressa, eletrônica e digital, além de redes sociais, com alertas e recomendações para ações de oportunidade e/ou reativas, no caso de incorreções ou interpretações equivocadas. O relatório será atualizado semanalmente com base nos resultados acumulados nas últimas quatro semanas, tendo como referência objetivos e metas do plano comunicação. Terá também conteúdo prospectivo, com recomendações para o futuro imediato, como ajustes no discurso dos porta-vozes, maior ou menor exposição, concessão de entrevistas, ações de relacionamento etc.
- **Estudos e pesquisas de opinião** – Serão feitas duas tomadas visando avaliar a percepção de imagem da Delegacia Eletrônica junto a seus públicos estratégicos: uma nos primeiros 30 dias do contrato e outra ao final do primeiro ano de trabalho, de forma a permitir comparações entre as duas tomadas e, dessa forma, aferir os resultados alcançados. Serão

ouvidos representantes dos públicos listados na Matriz de Relacionamento. Além disso, faremos dois estudos de avaliação de resultados sobre a inserção do órgão nas redes sociais, em base amostral, indicando o que se falou, o que ganhou força e o que refluuiu, com identificação dos principais influenciadores no ambiente digital. Por fim, serão feitos dois estudos de análise de imagem na mídia ao longo do contrato, com a mesma periodicidade, trazendo um balanço quantitativo e qualitativo das veiculações feitas pela imprensa, além de análises prospectivas.

#### SUBQUESITO 4 PLANO DE AÇÃO

##### MATERIAIS A SEREM PRODUZIDOS

- **Press releases, press kits, propostas de pautas, textos, reportagens e artigos** – Serão produzidos dentro de uma dinâmica jornalística pela agência de notícias que criaremos. Os materiais alimentarão o fluxo de relacionamento com públicos estratégicos, veículos impressos, eletrônicos e digitais, além de mídias proprietárias e canais nas redes sociais.
- **Canais e conteúdo para redes sociais** – Pretendemos criar canais e perfis próprios para a Delegacia Eletrônica de São Paulo em mídias sociais como Facebook, Twitter, WhatsApp e YouTube, para os quais iremos produzir conteúdo continuamente, visando dar visibilidade aos serviços da Delegacia Eletrônica dentro de uma dinâmica factual e jornalística. A agência de notícias que criaremos vai elaborar posts periódicos, sempre que necessário, na forma de pequenos textos com imagens, infográficos, vídeos e áudio digital, com conteúdo baseado em dados da plataforma e as ações policiais deles decorrentes. Este conteúdo será distribuído a jornalistas e demais públicos estratégicos por meio de diretórios públicos de podcasts, WhatsApp e o website da Delegacia Eletrônica, visando atingir não somente as emissoras de rádio e TV, mas também veículos da mídia impressa que veiculam conteúdo em outras plataformas.
- **Aplicativo para dispositivos móveis** – Outra importante interface de relacionamento com jornalistas e demais públicos estratégicos será o aplicativo que a CDI Comunicação desenvolverá em parceria com a área digital do governo paulista, para a veiculação de conteúdo jornalístico na forma de posts. As notícias serão produzidas e veiculadas em pequenos textos, infográficos, vídeos, stories e podcasts, versando sobre aspectos positivos relacionados à evolução dos dados contidos na Delegacia Eletrônica, conforme

2

F

15.8

descrevemos no item acima. O app não fará o registro de ocorrências policiais, que continuarão sendo feitas normalmente no website da Delegacia Eletrônica.

- **Banco de dados digital** – Nossa agência vai disponibilizar à Delegacia Eletrônica, no início dos trabalhos, um sistema de armazenamento, compartilhamento e gestão de dados, informações e imagens que será utilizado como um banco de dados digital e uma ferramenta de prestação de contas. Com o formato de extranet móvel e inteligente, o sistema será on-line, acessível a qualquer instante e de qualquer dispositivo. Permitirá que a equipe de atendimento da agência compartilhe informações e conhecimento com as da Delegacia Eletrônica. O conteúdo estará voltado para operações e serviços executados e em execução pela agência, como fichas de atendimento a jornalistas, relatórios de atividades e de resultados, documentos e conteúdos produzidos em texto, áudio e imagens, veiculações e clipping em mídia impressa, eletrônica e digital, cadastro de dados de públicos estratégicos e ainda registro atualizado de dados e informações sobre os serviços da plataforma.
- **Cadastro de dados de públicos estratégicos** – Jornalistas, influenciadores das mídias impressa, digital e social, lideranças setoriais, parlamentares, especialistas, acadêmicos e consultores. O mapeamento dos públicos estratégicos que faremos no início dos trabalhos resultará em um cadastro que será sempre atualizado e utilizado como ferramenta de suporte. Os dados ficarão armazenados no banco de dados digital acima descrito.
- **Cartazes para mural** – Os quadros murais disponíveis nas dependências da SSP-SP, além de instalações da Polícia Civil e da Polícia Militar, além daqueles cujo conteúdo é administrado pelo Sistema de Comunicação do Governo do Estado de São Paulo (Sicom), deverão ser utilizados para veiculação de cartazes cujo conteúdo será criado por nossa agência para informar servidores sobre as atividades e serviços da Delegacia Eletrônica.
- **Discursos e apresentações** – O corpo técnico e a direção da Delegacia Eletrônica frequentemente necessitam de apresentações para reuniões, além de discursos para solenidades e eventos com a presença da imprensa. Nossa agência desenvolverá este material sempre que necessário, dispondo o conteúdo de modo alinhado com as mensagens do Plano Estratégico de Comunicação, e de acordo com a identidade visual a ser desenvolvida.



# **SUBQUESITO 5**

## OPORTUNIDADE DE MÍDIA POSITIVA

2

178

## SUBQUESTITO 5

### OPORTUNIDADES DE MÍDIA POSITIVA

- **Recordes positivos** – Os dados referentes a ocorrências policiais imputados na Delegacia Eletrônica serão monitorados diuturnamente por nossa equipe de atendimento com o objetivo de identificar a evolução dos números. Sempre que recordes positivos forem alcançados – por exemplo, o número de ocorrências de roubos ou furtos de veículos caiu a níveis recordes numa determinada cidade –, a equipe da CDI será responsável por verificar o que ocorreu, levantar dados adicionais e apurar informações. O resultado será o fechamento de pautas positivas que serão construídas a partir de cortes regionais, que serão oferecidas, com exclusividade, aos principais veículos daquela determinada região. Posteriormente, após a veiculação das matérias, o assunto terá divulgação geral e será transformado em conteúdo para a área de notícias da Delegacia Eletrônica e, também, em posts para nossos canais no Twitter, Facebook e YouTube.
- **Você informa, a Polícia age** – Uma estratégia de comunicação não tem valor se não for perseguida no dia a dia. Por isso, em alinhamento com a estratégia que propusemos à Delegacia Eletrônica, a CDI criará o quadro “Você informa, a Polícia age”, que retratará exemplos do bom funcionamento da Delegacia Eletrônica e da polícia. A cada mês, nossa equipe de atendimento identificará o melhor exemplo de ação bem-sucedida da polícia cuja implementação tenha sido motivada por dados extraídos da Delegacia Eletrônica. Exemplo: dados da plataforma indicam um pico de roubos de telefones celulares na região da avenida Faria Lima, na capital. Os dados são estudados e, a partir daí, as polícias Civil e Militar entram em ação. Descobrem que uma quadrilha de marginais age na região, principalmente no horário do almoço. A ação dos ladrões passa a ser monitorada e filmada pela polícia, até que flagrantes sucessivos conseguem desbaratar a quadrilha, com a prisão dos marginais. O caso será transformado em sugestão de pauta para a imprensa (emissoras de TV, portais noticiosos e jornais) e em posts para os canais da Delegacia Eletrônica nas redes sociais.
- **Parcerias com o G1/Monitor da Violência e UOL/Universa** – A CDI promoverá parcerias com dois importantes websites de conteúdo jornalístico. A primeira será com o Monitor da Violência, serviço de notícias do portal G1 em parceria com o Núcleo de Estudos da Violência da USP e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Criada em 2017,

*J*

*f*

*180*

a parceria consiste na produção de conteúdo a partir de pautas discutidas em conjunto entre os parceiros com o objetivo de “discutir a questão da violência no país e **apontar caminhos para combatê-la**”. A oportunidade que se vislumbra é a da Delegacia Eletrônica apresentar-se como a quarta parceira na iniciativa com o propósito de colaborar para que o Monitor da Violência cumpra sua missão, particularmente no tocante à identificação de caminhos para o combate à violência. A segunda parceria será com o Universa, plataforma do UOL que veicula conteúdo jornalístico voltado para a mulher. Aqui, a ideia é acompanhar a evolução dos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher. Além do aspecto quantitativo (volume de ocorrências registradas), identificaremos casos exemplares de ações policiais bem-sucedidas cuja inteligência tenha sido construída a partir de dados extraídos da Delegacia Eletrônica. As parcerias com G1/Monitor da Violência e UOL/Universa seguirão a mesma mecânica: a CDI irá montar pacotes de dados e informações e oferecê-los à apreciação dos dois parceiros. Se aprovadas, as reportagens serão produzidas pelo G1 e pelo UOL com a colaboração das equipes da CDI e da SSP-SP.

2

3

108

# **SUBQUESTO 6**

## IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS A IMAGEM



## SUBQUESITO 6

### IDENTIFICAÇÃO DE RISCOS À IMAGEM

- **Explosão da criminalidade** – Grande parte das sugestões apresentadas neste plano de ação visa aumentar a visibilidade da Delegacia Eletrônica na imprensa por meio, principalmente, do monitoramento contínuo e estudo dos dados contidos na plataforma para a identificação de oportunidades positivas provocadas pela queda dos índices de ocorrência de cada modalidade de delito. Contudo, para que isso ocorra, é preciso contar com dois fatores não controlados pela Delegacia Eletrônica: a) a efetividade da ação das polícias Civil e Militar no combate e prevenção do crime; e b) a melhoria dos indicadores socioeconômicos do país traduzidos em aumento do nível de emprego, melhoria de renda, estabilidade econômica, prosperidade e desenvolvimento do país como um todo. Sem que esses dois fatores ocorram simultaneamente, há risco de crescimento ou mesmo de explosão da criminalidade. E, nesse caso, a Delegacia Eletrônica não terá boas histórias para contar, podendo até mesmo imergir em crise de imagem. Nesse caso, será indispensável contar com o preparo proporcionado pelas ações de prevenção e administração de crise propostos no Subquesito 3 do Plano de Ação.
- **Segurança de dados** – Outro tema sensível para a Delegacia Eletrônica é a segurança dos dados contidos na plataforma. A implementação deste plano de ação deverá aumentar o número diário de registros de BOs na Delegacia Eletrônica, causando maior carga de processamento e armazenamento de dados nos servidores da plataforma. Além disso, há que se considerar que, por razões óbvias, os computadores da polícia são, em todo o mundo, um alvo preferencial de hackers a serviço do crime organizado. E, para complicar o cenário, considere-se que o crescimento da visibilidade pública da Delegacia Eletrônica na imprensa e nas redes sociais tende a aumentar ainda mais o ímpeto dos cibercriminosos. Tudo isso impõe a necessidade de se redobrar o cuidado contra o risco de sequestro de dados e/ou de saturação dos computadores da Delegacia Eletrônica. Panes desse tipo podem comprometer anos de esforço e investimento em construção de imagem.
- **A notoriedade tem seu preço** – Não se faz omelete sem que alguns ovos sejam quebrados. Essa máxima pode ser aplicada à situação que se projeta neste plano de ação. Na medida em que a exposição da Delegacia Eletrônica crescer na imprensa e sobretudo nas redes

sociais, é bem possível que o órgão amplie a sua experiência como vidraça. Ou seja, certamente algumas pedras serão atiradas, alguns vidros poderão quebrar-se, mas será importante, nesses momentos, não se deixar abalar. Afinal, quem atua na área da segurança pública vive em um ambiente volátil e sempre sujeito a crises e emergências. Além disso, não se pode esperar a perfeição de uma plataforma de serviços tão ampla e universal como a Delegacia Eletrônica. Será preciso se acostumar com a ideia de que a notoriedade sempre cobra um preço. Tolerância para se respeitar a opinião do próximo (mesmo quando equivocada) e humildade para reconhecer e aprender com os erros são ingredientes fundamentais para as organizações marcadas pela transparência.

*2*

*2*

**QUESITO**

**2**

ANÁLISE DIÁRIA DE  
IMAGEM DO CONTEÚDO  
PUBLICADO E/OU  
VEICULADO EM  
JORNAIS E EMISSORAS  
DE TELEVISÃO

<b>ANÁLISE DIÁRIA</b>	<b>02/01/2020</b>
<b>Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo</b>	
<b>Pesquisa: Delegacia Eletrônica</b>	
<b>Destaque do dia:</b>	
DH Interior - Olímpia implanta ponto fixo da Delegacia Eletrônica para registrar ocorrências	

### **Análise:**

O site do Diário Hoje Interior, São José do Rio Preto, noticia que, desde o dia 1º de janeiro, a Estância Turística de Olímpia conta com um ponto fixo para atender os olímpenses e turistas para os registros de ocorrências, além do horário de expediente do Plantão Policial. Trata-se da Delegacia Eletrônica, que realiza o serviço através do portal da Polícia Civil do Estado de São Paulo.

O ponto da Delegacia Eletrônica funciona na sede da Prodem, localizada no piso superior da Estação Rodoviária, com atendimento de segunda a sexta-feira, das 18h às 6h, e aos finais de semana e feriados, do meio-dia à meia-noite.

Apesar de o serviço ser disponibilizado online, o objetivo é oferecer um espaço físico ao qual o cidadão possa recorrer quando necessário, para registrar a ocorrência com apoio técnico, recebendo auxílio de coordenadores que irão orientar no preenchimento correto do boletim.

A medida foi um pedido do prefeito Fernando Cunha para garantir a continuidade do atendimento fora do horário comercial, diante da transferência dos serviços do Plantão Policial do município para Barretos, em períodos não úteis. A decisão da mudança foi uma determinação do Governo do Estado, uma vez que o setor é de competência estadual.

O local está sob a responsabilidade da Guarda Civil Municipal, por meio dos coordenadores operacionais Antônio Nivaldo Barrientto e Adinaldo Pereira Neves, com supervisão do comandante da GCM, Major Edson Rodrigues de Oliveira. A implantação do espaço foi intermediada pelo Major Rodrigues com a Delegacia Seccional de Barretos.

**PONTOS POSITIVOS:** Iniciativa promove a valorização da Delegacia Eletrônica como serviço online.

2

241



**RISCOS À IMAGEM:** Trecho da reportagem apontando que a medida foi um pedido do prefeito Fernando Cunha para garantir a continuidade atendimento fora do horário comercial, diante da transferência dos serviços do Plantão Policial do município para Barretos, em períodos não úteis. A decisão da mudança foi uma determinação do Governo do Estado, uma vez que o setor é de competência estadual.

**AÇÕES DE ACESSORIA DE IMPRENSA:** A reportagem pontua que apesar de o serviço ser disponibilizado online, o objetivo é oferecer um espaço físico ao qual o cidadão possa recorrer quando necessário, para registrar a ocorrência com apoio técnico, recebendo auxílio de coordenadores que irão orientar no preenchimento correto do boletim. Desenvolver artes, vídeos e áudios tutoriais para acompanhar os releases sobre a Delegacia Eletrônica para ajudar na divulgação dos serviços da DE na mídia e nas redes sociais, tornando-a mais conhecida.

2

1

251

<b>ANÁLISE DIÁRIA</b>	<b>04/01/2020</b>
<b>Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo</b>	
<b>Pesquisa: Delegacia Eletrônica</b>	
<b>Destaques do dia:</b>	
Mix Vale - Polícia Civil alia expertise e tecnologia no encontro de pessoas desaparecidas	
SBNotícias - Polícia Civil alia expertise e tecnologia no encontro de pessoas desaparecidas	
Portal Governo SP - Polícia Civil alia expertise e tecnologia no encontro de pessoas desaparecidas	

**Análise:**

A busca e a defesa de pessoas desaparecidas é uma das atribuições da Polícia Civil do Estado de São Paulo. Sua relevância é destacada pela Delegada Maria Helena do Nascimento, responsável pelo setor da Polícia Civil que investiga casos de desaparecimento na Capital. “Só em São Paulo são registrados uma média de 20 casos por dia. A palavra desaparecimento só tem um intuito, o encontro. Por isso, é muito importante a mobilização social para solucionar os casos”, ressalta a delegada.

A Delegacia Eletrônica é ressaltada como instrumento ágil para o registro da ocorrência de desaparecimento. Os boletins de ocorrência devem ser registrados imediatamente em qualquer distrito policial ou pela Delegacia Eletrônica. “Existe um mito que é preciso aguardar 24 horas para registrar o boletim de ocorrência, mas isso não é verdade. Quanto antes melhor”, destaca a Delegada Maria Helena, nos sites da Mix Vale, de Cruzeiro, e SBNotícias, de Santa Bárbara d’Oeste, com informações do Portal do Governo de SP.

Na capital paulista, os casos são investigados pela 4ª Delegacia de Polícia de Investigações Sobre Pessoas Desaparecidas, da Divisão Antissequestro do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP). Na Grande São Paulo, são apurados pelas delegacias seccionais e no interior pelas Delegacias de Investigações Gerais (DIGs). Em todo o Estado os procedimentos são os mesmos.

Após o registro online ou presencial, é aberto um Procedimento de Investigação de Desaparecimento (PID) e as investigações iniciam, com a coleta de depoimentos, buscas em locais frequentados e análise de imagens de câmeras de segurança.

*2*

*26*

Para auxiliar nos encontros, a Polícia Civil divulga a foto das pessoas desaparecidas em um sistema estadual, caso seja de interesse dos familiares. As equipes também fazem buscas no sistema de Registro de Ocorrências (RDO) para verificar se o nome consta em algum boletim e entram em contato com a Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) para verificar possível prisão. Outra medida é o cruzamento de dados com o Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt (IIRGD) por meio do Sistema de Identificação Automatizada de Impressões Digitais (AFIS). Assim, é possível saber se algum cadáver do Instituto Médico Legal (IML) é a pessoa procurada.

A Polícia Civil conta, ainda, com o Laboratório de Arte Forense do DHPP. Pioneiro na América Latina, o espaço alia tecnologia de ponta com habilidades artísticas e conhecimentos avançados em computação gráfica para ajudar a solucionar crimes e também encontrar desaparecidos.

O local possui uma mesa digitalizadora onde é possível produzir retratos 3D da pessoa a partir de poucas características do seu rosto. Esses recursos gráficos são usados para casos de progressão de idade, retratos falados ou até mesmo reconstruções faciais.

**PONTOS POSITIVOS:** Delegacia Eletrônica é apresentada como instrumento online para denúncias, em texto de prestação de serviços e orientação pública sobre o encontro de pessoas desaparecidas.

**RISCOS À IMAGEM:** A reportagem demonstra a importância de ampliar a divulgação do registro de pessoas desaparecidas.

**AÇÕES DE ASSESSORIA DE IMPRENSA:** A declaração da Delegada Maria Helena no texto - “Existe um mito que é preciso aguardar 24 horas para registrar o boletim de ocorrência, mas isso não é verdade. Quanto antes melhor” - abre caminho para textos sobre os procedimentos para comunicar o desaparecimento de pessoas o mais breve possível e da possibilidade de registrar a ocorrência sem sair de casa. A declaração da Delegada Maria Helena pode ser obtida em áudio e acompanhar releases dirigidos às emissoras de rádio. Ampliar a divulgação da Delegacia Eletrônica como primeiro canal para comunicar o desaparecimento de pessoas demonstra capacidade tecnológica e inteligência policial.

<b>ANÁLISE DIÁRIA</b>	<b>14/01/2020</b>
<b>Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo</b>	
<b>Pesquisa: Delegacia Eletrônica</b>	
<b>Destaque do dia:</b>	
Ata News- Delegacia Eletrônica completa 20 anos	

### **Análise:**

No site Ata News, Araçatuba, a notícia de que a Delegacia Eletrônica completa 20 anos. No dia 13 de janeiro de 2000 foi registrado o primeiro boletim eletrônico de ocorrência pela Polícia Civil do Estado de São Paulo. Iniciava-se, em tal data, um novo paradigma na realização dos serviços de polícia judiciária possibilitando aos cidadãos o registro de ocorrências policiais por meio da Internet.

Os policiais civis Eduardo Queiroz de Corrêa e Oswaldo Derwood Mills Neto (in memoriam) idealizaram a plataforma que daria origem à Delegacia Eletrônica, criada por meio da Portaria DGP nº 1/2000 como equipe especial do Centro de Comunicações e Operações da Polícia Civil (Cepol). A pequena unidade contava com poucos funcionários e foi dirigida, inicialmente, pelo delegado de polícia Edson Giatti Lahoz.

O sucesso alcançado pela Delegacia Eletrônica levou ao seu crescimento, contando atualmente com dezenas de policiais, trabalhando em equipes distribuídas em turnos de 24 horas, diariamente.

Na Delegacia Eletrônica o usuário pode registrar ocorrências de desaparecimento de pessoas e encontro de desaparecidos; furtos e roubos de veículos; furtos ou extravios de telefones celulares; acidentes de trânsito sem vítimas; furtos ou extravios de documentos e furtos de placas de veículos.

Os números são significativos: entre os anos de 2000 e 2019 foram recebidas 16.986.506 solicitações de Boletins Eletrônicos de Ocorrências (BEOs).

As agentes de telecomunicações policiais Rosana Pegoraro e Elisabete Napoleão de Lima, que trabalham na Delegacia Eletrônica desde o registro do primeiro boletim eletrônico, comemoram: “Temos orgulho do trabalho que realizamos, pois cada solicitação de BO é analisada em minúcias e, em diversos casos (por exemplo, furtos e roubos de veículos e desaparecimentos de pessoas), mantemos contatos telefônicos com os usuários. Invariavelmente, os cidadãos agradecem a atenção a eles dispensada, o que nos deixa muito satisfeitas de aqui trabalhar”.

2

28



O mesmo entusiasmo é compartilhado por Marilda Guimarães Prado, que exerce suas funções no setor há 15 anos.

Atualmente coordenada pelo Delegado de Polícia Maurício Correali, a Delegacia Eletrônica será modernizada.

O Delegado Geral de Polícia, Ruy Ferraz Fontes, solicitou ao diretor do Dipol, Caetano Paulo Filho, a realização de estudos visando à ampliação dos serviços prestados pela unidade, contemplando novas naturezas a serem registradas.

Para o Dr. Caetano, “a nova sistemática de trabalho refletirá beneficentemente no atendimento da população, liberando os plantões das delegacias de polícia para os casos mais graves e complexos, sem prejuízo do pronto encaminhamento das ocorrências registradas por meio da Internet. Para tanto, será elevado o número de policiais da Delegacia Eletrônica, que contará com mais equipes e também com Delegados de Polícia plantonistas”.

A Delegacia Eletrônica integra o Cepol e subordina-se à Divisão de Assistência Policial, cujo Delegado Divisionário é o Dr. Edson Jorge Aidar.

Atualmente, localiza-se no 18º andar do Palácio da Polícia Civil, destacando-se que está prevista sua mudança de sede, com adoção de inovador projeto arquitetônico, moderno e funcional.

**PONTOS POSITIVOS:** Texto lembra do pioneirismo tecnológico de dois policiais paulistas da Polícia Civil na idealização da Delegacia Eletrônica.

**RISCOS À IMAGEM:** Não há risco à imagem no noticiário do dia.

**AÇÕES DE ASSESSORIA DE IMPRENSA:** Mensagem de ampliação de serviços é importante, particularmente no momento em que o mundo se depara com a ameaça viral da covid-19 que tem levado países a restringirem o deslocamento de suas populações, além do crescimento exponencial no uso da internet e do e-commerce através de celulares. Textos da assessoria devem intensificar a divulgação dos 20 anos da DE. As declarações de autoridades policiais valorizam a matéria e devem ser aproveitadas nas comunicações à mídia. Pautas para a televisão devem ser oferecidas em contato com pauteiros.

<b>ANÁLISE DIÁRIA</b>	<b>27/01/2020</b>
<b>Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo</b>	
<b>Pesquisa: Delegacia Eletrônica</b>	
<b>Destaque do dia:</b>	
G1 - Cadela e gata abandonadas em casa com sujeira são resgatadas em Itapetininga	

### **Análise:**

Uma denúncia levou a polícia e representantes de uma ONG que cuida de animais até uma casa no Centro de Itapetininga (SP), onde uma cachorra e uma gata foram encontradas abandonadas em meio a muita sujeira. A União Internacional Protetora dos Animais (Uipa) recebeu a denúncia de moradores e, junto com a polícia, foi até a casa, no centro da cidade, informa o G1 de Itapetininga e Região. A Delegacia Eletrônica de Proteção Animal é citada no final da matéria como canal de denúncia.

Ao chegarem no local, os agentes da ONG encontraram mato alto do lado de fora do imóvel. Dentro havia lixo acumulado, além de sacolas, garrafas plásticas, papel. Os agentes encontraram a cachorra acuada em um canto de um cômodo, com fome e sede. O morador não foi encontrado.

Ainda conforme a Uipa, o que chamou a atenção é que o animal parecia ser adestrado porque atendia a comandos em inglês. O animal foi alimentado e levado para a sede da ONG.

Vizinhos disseram que uma gata também vivia ali, mas sempre comia em uma outra casa do bairro. A felina foi resgatada pela Uipa, horas depois, e levada para o abrigo.

A polícia aguarda um laudo veterinário que vai apontar a situação da cachorra e da gata para depois registrar um boletim de ocorrência por crime de maus-tratos. A polícia também informou que vizinhos disseram que o morador da casa não é visto no bairro desde o fim do ano passado, mas que quando estava na casa, cuidava bem dos animais.

A Vigilância Sanitária deve ser acionada para tomar providências em relação à sujeira dentro da casa. Segundo a Uipa, a cachorra vai passar por exames nesta segunda-feira (27). A Prefeitura de Itapetininga disse que aguarda ser notificada para tomar as providências necessárias.

Durante a ação na casa, no centro de Itapetininga, agentes da ONG receberam outra denúncia e encontraram uma cachorra morta. De acordo com a ONG, a dona da cadela disse que o animal dela havia sido morto na Vila Olho d'Água.

2

30

Chegando no local, a equipe encontrou a cachorra deitada no chão, já sem vida. Segundo a Uipa, há suspeita de que ela tenha sido vítima de espancamento ou envenenamento. O animal foi recolhido para exame necroscópico.

Assim que sair o resultado, vai ser registrado um boletim de ocorrência e, a partir daí, a polícia vai investigar quem teria cometido o crime de maus-tratos contra a cachorra.

Maltratar, ferir ou mutilar animais silvestres ou domésticos é crime. A lei federal prevê prisão de três meses a um ano, além de multa. Em caso de morte do animal, a punição pode ser aumentada de um sexto a um terço.

Denúncias podem ser feitas para a Polícia Militar, pelo telefone 190, ou na sede da Polícia Militar Ambiental. Em São Paulo, também dá para fazer denúncia pela internet pela Delegacia Eletrônica de Proteção Animal (Depa).

**PONTOS POSITIVOS:** A menção que em São Paulo também dá para fazer denúncia pela internet pela Delegacia Eletrônica de Proteção Animal (Depa).

**RISCOS À IMAGEM:** Ainda que a Polícia estivesse junto com a ONG na investigação da denúncia, a ONG foi acionada primeiramente, o que pode levar a questionamentos da mídia sobre subnotificação de casos com indicativos de necessária melhoria nos canais de denúncia.

**AÇÕES DE ASSESSORIA DE IMPRENSA:** A divulgação da Depa deve ser intensificada como canal de denúncia. A questão da proteção animal ganha cada vez mais relevância na sociedade e na mídia. Números de registros e atendimentos na Depa e um como “funciona” a delegacia devem ser explicitados nos textos. Parcerias com outras forças policiais e entidades de proteção animal devem ser mencionadas nos textos de divulgação.

<b>ANÁLISE DIÁRIA</b>	<b>28/01/2020</b>
<b>Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo</b>	
<b>Pesquisa: Delegacia Eletrônica</b>	
<b>Destaque do dia:</b>	
G1: Laudo aponta que cadela e gata achadas abandonadas em casa sofreram maus-tratos	

### **Análise:**

Laudo veterinário constatou nesta terça-feira (28) que a cadela e a gata resgatadas de uma casa com sujeira, em Itapetininga (SP), sofreram maus-tratos, informa o G1 Itapetininga e Região. A União Internacional Protetora dos Animais (Uipa) recebeu a denúncia de moradores e, junto com a polícia, foi até a casa que fica na área central da cidade no fim de semana. Ao chegarem, os agentes da ONG encontraram mato alto do lado de fora do imóvel. Dentro havia lixo acumulado, além de sacolas, garrafas plásticas, papel. O caso foi registrado na Polícia Civil pela prática de abuso a animais. Depa é citada como canal para denúncias.

Os dois animais passaram por exames, que constataram os maus-tratos. A cachorra apresentou anemia fosfatase alcalina, que está relacionada à função renal e hepática, caracterizadas por desnutrição e fome severa. Na gata foi constatada otite, causada por sarna, além de lesões. Os animais seguem em tratamento na Uipa.

A polícia informou que vizinhos disseram que o morador da casa não é visto no bairro desde o fim do ano passado, mas que quando estava na casa, cuidava bem dos animais.

A Vigilância Sanitária foi informada sobre o caso para tomar providências em relação à sujeira do local. O caso foi registrado na Polícia Civil pela prática de abuso a animais. O morador não foi encontrado.

Em nota, a Prefeitura de Itapetininga informou que os setores de Vigilância Sanitária e Controle de Vetores e Zoonoses estão à disposição para averiguar as condições do local quando receberem as informações.

Maltratar, ferir ou mutilar animais silvestres ou domésticos é crime. A lei federal prevê prisão de três meses a um ano, além de multa. Em caso de morte do animal, a punição pode ser aumentada.

Denúncias podem ser feitas para a Polícia Militar, pelo telefone 190, ou na sede da Polícia Militar Ambiental. Em São Paulo, também dá para fazer denúncia pela internet pela Delegacia Eletrônica de Proteção Animal (Depa).



**PONTOS POSITIVOS:** Ação policial e citação à Depa.

**RISCOS À IMAGEM:** Não há risco à imagem no noticiário do dia.

**AÇÕES DE ASSESSORIA DE IMPRENSA:** Depa merece comunicação abrangente como canal de denúncia. Treinar porta-vozes, levantar números de atendimento e de como funciona o processo de apuração das denúncias pode despertar o interesse de editores na mídia.

<b>ANÁLISE DIÁRIA</b>	<b>30/01/2020</b>
<b>Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo</b>	
<b>Pesquisa: Delegacia Eletrônica</b>	
<b>Destaques do dia:</b>	
Porto Ferreira Hoje - Polícia Civil informa que as ocorrências podem ser Registradas Online	

### **Análise:**

No site do Porto Ferreira Hoje, Polícia Civil informa que as ocorrências podem ser registradas online. A página pontua, uma abaixo da outra, as 10 ocorrências que podem ser registradas na Delegacia Eletrônica, disponibilizando o link de acesso.

Estão listados: Roubo ou Furto de Veículos; Furto de Documentos/Celular/Placa de Veículo/Bicicleta; Perda de Documentos/Celular/Placa de Veículo; Roubo de Documentos, Celulares e/ou Objetos; Injúria, Calúnia ou Difamação; Acidente de Trânsito Sem Vítimas; Desaparecimento de Pessoas; Encontro de Pessoas; Furto de Fios/Cabos em vias públicas (somente para empresas concessionárias); Depa - Delegacia de Proteção Animal.

Também são enumeradas na página, as seguintes informações: “1. Esclarecemos que este serviço está disponível apenas para o registro de fatos ocorridos no Estado de São Paulo. 2. As investigações sobre crimes registrados em boletins eletrônicos são realizadas pelas delegacias de polícia das áreas ou municípios onde ocorreram os fatos. 3. A Polícia Civil adverte que falsidade ideológica e falsa comunicação de crime também configuram crimes, conforme previsão no artigo 299 e 340, respectivamente, do Código Penal Brasileiro. O usuário poderá receber a visita de policiais civis, devidamente identificados, para entrevista pessoal sobre o delito notificado. 4. A Delegacia Eletrônica não envia e-mails para cumprimento de intimações, nem para pedir atualização dos seus dados cadastrais. Caso receba alguma mensagem com esse teor, não acesse nenhum link, marque o remetente como SPAM e apague o e-mail de sua caixa.”

Sobre o Atestado de Antecedentes Criminais Online, a reportagem oferece o link de acesso e a informação de que o Atestado de Antecedentes é um documento fornecido pelo Instituto de Identificação Ricardo Gumbleton Daunt (IIRGD), órgão da Secretaria da Segurança Pública, que tem por objetivo informar a existência ou a inexistência de registro de antecedentes criminais, apresentando a situação do cidadão no exato momento da pesquisa nos registros informatizados do Instituto.

2

1

34

O Atestado de Antecedentes não apresenta a ficha pessoal do cidadão. Ele só coloca disponível uma resposta negativa ou positiva quanto a possíveis pendências jurídico-criminais atuais.

**PONTOS POSITIVOS:** Divulgação completa dos serviços que podem ser acessados por meio da Delegacia Eletrônica.

**RISCOS À IMAGEM:** Não há riscos à imagem no noticiário do dia.

**AÇÕES DE ASSESSORIA DE IMPRENSA:** Além de textos mais coloquiais na comunicação da Delegacia Eletrônica, números de registro e de tratamento da ocorrência devem constar nos releases. Artes ilustrativas ou ícones para cada uma das ocorrências podem ser criados para facilitar o entendimento e a comunicação geral. Delegados, investigadores e escrivães locais podem receber um press-kit sobre a Delegacia Eletrônica para facilitar a divulgação e o contato com a mídia.

2

1

35  
f

<b>ANÁLISE DIÁRIA</b>	<b>01/02/2020</b>
<b>Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo</b>	
<b>Pesquisa: Delegacia Eletrônica</b>	
<b>Destaque do dia:</b>	
Mundo Animal - Mais de dez caminhões retiram lixo de casa onde cadela e gata vítimas de maus tratos foram resgatadas	

### Análise:

Menção pontual e positiva a Delegacia Eletrônica em reportagem que trata de uma denúncia sobre animais que sofriam maus-tratos.

A residência onde viviam uma cadela e um gato, vítimas de maus-tratos, passou por uma limpeza dos agentes de Vigilância Sanitária e mais de dez caminhões de lixo foram retirados da casa.

A União Internacional Protetora dos Animais (Uipa) recebeu a denúncia de moradores e, junto com a polícia, foi até a casa que fica na área central da cidade de Itapetininga-SP no fim de semana. Ao chegarem, os agentes da ONG encontraram mato alto do lado de fora do imóvel. Dentro havia muito lixo. Os agentes encontraram a cachorra acuada em um canto de um cômodo e horas depois a gata também foi resgatada. O caso foi registrado na Polícia civil pela prática de abuso a animais. O morador não foi encontrado.

O texto reforça que maltratar, ferir ou mutilar animais silvestres ou domésticos é crime. A lei federal prevê prisão de três meses a um ano, além de multa. Em caso de morte do animal, a punição pode ser aumentada de um sexto a um terço.

Denúncias podem ser feitas para a Polícia Militar, pelo telefone 190, ou na sede da Polícia Militar Ambiental. Em São Paulo é possível realizar a denúncia por meio da Delegacia Eletrônica de Proteção Animal (Depa).

**PONTOS POSITIVOS:** A Delegacia Eletrônica de Proteção Animal é mencionada como uma das formas de denúncia como maus-tratos a animais. A matéria mostra ação das autoridades policiais no resgate dos animais.

**RISCOS À IMAGEM:** O noticiário do dia não apresenta risco à imagem.

**AÇÕES DE ASSESSORIA DE IMPRENSA:** Fazer levantamento do número de denúncias de maus-tratos contra animais são recebidas por ano por meio da Delegacia Digital de Proteção Animal (Depa) e qual o percentual de encaminhamento e resolução

2

36



destes casos. Ter esses dados mapeados e atualizados para fornecer a imprensa em caso de solicitação.

2

7

<b>ANÁLISE DIÁRIA</b>	<b>06/02/2020</b>
<b>Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo</b>	
<b>Pesquisa: Delegacia Eletrônica</b>	
<b>Destaques do dia:</b>	
A Crítica - Mortes pela rota aumentam 98% em São Paulo, afirma ouvidoria da polícia	
Estadão - Mortes pela rota aumentam 98% em São Paulo, afirma ouvidoria da polícia	
Correio Popular - Mortes pela rota aumentam 98% em São Paulo, afirma ouvidoria da polícia	
Terra - Mortes pela rota aumentam 98% em São Paulo, afirma ouvidoria da polícia	
UOL - Mortes pela rota aumentam 98% em São Paulo, afirma ouvidoria da polícia	
Estado de Minas - Mortes pela rota aumentam 98% em São Paulo, afirma ouvidoria da polícia	

#### **Análise:**

Notícia veiculada em cenário sensível para a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo – SSP-SP. Conteúdo com origem no Estadão, assinado pela repórter Paula Félix, destaca que as mortes em confronto causadas por agentes da Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (Rota), da polícia paulista, aumentaram 98% em 2019 em relação a 2018.

A reportagem repercute nas edições online dos veículos A Crítica, Correio Popular, Terra, UOL e Estado de Minas.

Os dados sobre o crescimento são da Ouvidoria da Polícia do Estado de São Paulo, órgão independente que cuida de queixas e do monitoramento de ações policiais. De acordo com o ouvidor da Polícia do Estado de São Paulo, Benedito Domingos Mariano, esse crescimento teve impacto no crescimento da letalidade de policiais em serviço no Estado de 12% no período. As mortes relacionadas a PMs em serviço passaram de 642 em 2018 para 716 em 2019.

Procurada, a Secretaria de Segurança Pública (SSP) afirma, em nota, trabalhar para reduzir os "casos de morte decorrente de intervenção policial". Ainda conforme a pasta, as polícias têm "rigoroso sistema corregedor, que não compactua com eventuais desvios de conduta de seus agentes", além de treinamento. As denúncias, acrescenta a SSP, são "investigadas e as apurações têm início na área dos fatos e sempre são encaminhadas às respectivas Corregedorias antes do envio ao Judiciário". No ano passado, informa a gestão

2

39

Doria, 510 policiais foram presos, demitidos ou expulsos das instituições. O levantamento mostrou ainda os batalhões com mais registros de ocorrências de mortes em decorrência de intervenção policial no Estado.

O coronel da reserva da PM paulista e ex-secretário nacional de Segurança Pública, José Vicente da Silva Filho afirmou que a alta é "preocupante", uma vez que a polícia deve fazer com que "letalidade seja estritamente aquela necessária, dentro dos limites da legalidade". Ressaltou, porém, que a Rota é deslocada para onde há mais potencial de confronto, com a presença de "criminosos com armamento mais pesado, que atacam bancos, caixas eletrônicos, etc."

A matéria ressalta que a ouvidoria listou uma série de recomendações para reduzir as queixas e os índices de violência policial. "Para diminuir a letalidade, a principal medida é a centralização na corregedoria dos Inquéritos Policiais Militares. Não estou dizendo que os batalhões não têm a imparcialidade para conduzi-los, mas não têm a expertise. É preciso fortalecer o órgão corregedor. Em curto a longo prazo, vai reduzir de 40 a 50% o número de casos", disse Mariano. Outras medidas sugeridas são definir novos protocolos de abordagem policial, modernização do sistema de atendimento da Delegacia Eletrônica (DE) e inclusão da disciplina Saúde Mental nos cursos de formação dos policiais militares.

**PONTOS POSITIVOS:** A Delegacia Eletrônica é mencionada em noticiário sensível para a SSP-SP em reportagem sobre o crescimento do número de óbitos causado por agentes da Rondas Ostensivas Tobias Aguiar (Rota), da polícia paulista. A reportagem, no entanto, não faz críticas diretas ao serviço oferecido pela DE.

**RISCOS À IMAGEM:** A sugestão de modernização demanda atenção para que possa ser atendida melhorando os serviços para a sociedade.

**AÇÕES DE ASSESSORIA DE IMPRENSA:** Preparar pauta para imprensa ressaltando a importância do serviço da Delegacia Eletrônica, com dados atualizados de atendimentos realizados, número de encaminhamentos e resoluções destes Boletins de Ocorrência. Fazer levantamento de melhorias previstas para serem implantadas no serviço. Ter este material organizado para divulgação em veículos segmentados e regionais.

<b>ANÁLISE DIÁRIA</b>	<b>14/02/2020</b>
<b>Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo</b>	
<b>Pesquisa: Delegacia Eletrônica</b>	
<b>Destaques do dia:</b>	
A Tribuna - Registro de BOs on-line sobe 25% no Estado de São Paulo; saiba como fazer queixa	

**Análise:**

Notícia publicada em A Tribuna, de Santos (SP), posiciona os serviços de Registro de Boletins de Ocorrência (BO) online em cenário de eficiência e crescimento.

Reportagem assinada por Tatiane Calixto traz no título a informação que o número de registros de Boletins de Ocorrências (BO) sobe 25% no Estado de São Paulo. A matéria ainda traz um descritivo de como realizar uma queixa e quais as ocorrências podem ser registradas por meio da Delegacia Eletrônica (DE).

Com uma lista das ocorrências que podem ser registradas online, a reportagem traz um link para o site da Delegacia Eletrônica.

O texto ressalta que em 2019 o serviço computou 1,5 milhão de BOs contra 1,2 milhão em 2018. Para estimular o uso do serviço a reportagem traz um passo a passo a auxiliar o cidadão.

**PONTOS POSITIVOS:** Notícia veiculada com conotação 100% positiva para a Delegacia Eletrônica ressaltando crescimento dos serviços em um cenário de eficiência e auxílio a sociedade.

**RISCOS À IMAGEM:** O noticiário do dia não traz riscos.

**AÇÕES DE ACESSORIA DE IMPRENSA:** A notícia sobre o crescimento de 25% do número de Boletins de Ocorrência é altamente positiva. Para ampliar o alcance desta informação, a sugestão é fazer um levantamento regional de como foi o crescimento do serviço no último ano. A estratégia é divulgar aos jornalistas e veículos regionais a notícia com dados locais e ainda oferecer um passo a passo de uso dos serviços.



<b>ANÁLISE DIÁRIA</b>	<b>18/02/2020</b>
<b>Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo</b>	
<b>Pesquisa: Delegacia Eletrônica</b>	
<b>Destaque do dia:</b>	
IstoÉ Dinheiro - Carnaval 2020: dicas para curtir a festa com segurança	
UOL - Carnaval 2020: dicas para curtir a festa com segurança	

### Análise:

Reportagem assinada pelo Estadão Conteúdo é veiculada nos sites IstoÉ Dinheiro e UOL trazendo dicas para o folião curtir o Carnaval 2020 com segurança.

O texto traz dicas de especialista de como se prevenir em situações como furtos e assédio. Também destaca que vítimas de roubos devem procurar um distrito policial para comunicar o caso e registrar o Boletim de Ocorrência (BO).

A Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (SSP-SP) também sugere a possibilidade de fazer o Boletim de Ocorrência pela internet, por meio da Delegacia Eletrônica. O BO eletrônico também pode ser feito em casos de roubo/furto de veículo; ameaça; roubos em que não haja danos e/ou vítima de lesão corporal e morte; injúria, calúnia ou difamação; e casos de acidente de trânsito furto ou perda de documentos; furto ou perda de placa de veículo.

No caso do furto de aparelho de celular, a matéria reforça que com o BO em mãos é possível o consumidor pedir o bloqueio da linha utilizada.

O texto reforça que assédio sexual é crime. O ano de 2020 será o segundo desde que a importunação sexual foi tipificada em lei. Durante a folia, o "não" nem sempre é respeitado e as vítimas que se sentirem assediadas podem acionar a polícia, comparecendo em qualquer unidade policial do Estado ou ainda procurar uma das 133 Delegacias de Defesa da Mulher, dez delas oferecem atendimento 24h.

A SSP-SP informa também que haverá postos de apoio nos principais corredores de desfiles de blocos e no sambódromo, além de tendas com ao menos uma policial militar feminina, para acolhimento a mulheres vítimas de assédio ou em situação vulnerável.

**PONTOS POSITIVOS:** Reportagem ressalta a praticidade e objetividade do uso dos serviços da Delegacia Eletrônica, apontando a orientação da Secretaria de Segurança Pública para a utilização da plataforma para o registro de Boletins de Ocorrência diversos durante o Carnaval.

2

1

41

**RISCOS À IMAGEM:** A notícia não traz riscos a imagem da Delegacia Eletrônica.

**AÇÕES DE ASSESSORIA DE IMPRENSA:** Levantar os números de ocorrências registradas na Delegacia Eletrônica no Carnaval nas principais regiões onde vão acontecer as festas. Ter os dados em mãos em caso de consulta feita pelos veículos de imprensa.

2

4

<b>ANÁLISE DIÁRIA</b>	<b>19/03/2020</b>
<b>Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo</b>	
<b>Pesquisa: Delegacia Eletrônica</b>	
<b>Destaque do dia:</b>	
G1 - Justiça determina que Estado adote medidas de prevenção contra coronavírus em delegacias	
Agora SP - Servidores de SP reclamam da demora do estado em colocar todos em home office	

### **Análise:**

Em cenário sensível à Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (SSP-SP), menções à Delegacia Eletrônica recebem visibilidade no G1 SP e Agora SP em reportagens sobre a cobrança de medidas de prevenção contra o coronavírus em delegacias.

O G1, em reportagem de Leo Arcoverede, da Globo News, destaca no título: Justiça determina que Estado adote medidas de prevenção contra coronavírus em delegacias. Liminar desta quinta-feira (18) acatou pedido do Sindicato dos Delegados de Polícia; Portaria do Delegado-Geral, publicada no Diário Oficial, prevê restrição de funcionamento, informa o subtítulo. A liminar é da juíza Paula Fernanda de Souza Vasconcelos Navarro, da 9ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, que dá prazo de 72 horas para a adoção das medidas. SSP-SP, em nota, e o Delegado-Geral de Polícia, Ruy Ferraz Fontes, afirmam a adoção de medidas necessárias de prevenção e recomendam a utilização da Delegacia Eletrônica.

O G1 segue no relato de que as delegacias de São Paulo já funcionam em regime especial desde quarta-feira (18) em razão do novo coronavírus. Segundo Portaria do delegado-geral, publicada no Diário Oficial na quarta, o policial não pode se recusar a prestar atendimento a quem procurar a delegacia, mas, na medida do possível, a pessoa deve ser orientada a fazer tudo pela internet. "Caberá ao Delegado de Polícia decidir se o fato apresentado ou noticiado demanda imediata providência de polícia judiciária ou poderá ser postergado, sem eventual prejuízo para a prova", afirma o Delegado-Geral de Polícia, Ruy Ferraz Fontes, no documento.

O Agora SP registra que o Sindicato dos Delegados de SP (Sindpesp) protocolou, na última terça-feira (17), uma ação de obrigação de fazer para que o governo estadual tome medidas para evitar a propagação do coronavírus entre os profissionais da categoria. Entre as reivindicações do documento, estão a priorização do atendimento via Delegacia Eletrônica (com exceção de ocorrências urgentes), a suspensão de aulas na Acadepol (Academia de

Polícia) e a dispensa de servidores acima de 60 anos e em grupo de risco (com problemas cardíacos e outros quadros de debilidade

A Justiça aceitou parte do pedido, relata o texto assinado por Cristiane Gercina e Laísa Dall'Agnol. Segundo o sindicato, a determinação é para que o estado estabeleça medidas temporárias de prevenção ao contágio da covid-19 na Polícia Civil. O prazo é de 72 horas após saber da decisão. "A nossa profissão não pode 'não sair' de casa. Por isso, pedimos que o governo não seja omissivo e tome medidas urgentes que diminuam ou minimizem o risco do vírus entre os servidores da Polícia Civil. O direito à saúde está previsto na Constituição Federal e é isso o que pretendemos com essa ação", diz Raquel Gallinati, presidente do sindicato.

Em ambas as reportagens, a Secretaria da Segurança Pública disse que tem adotado todas as medidas necessárias para garantir a proteção e a orientação de servidores e agentes de segurança acerca da Covid-19. O texto diz ainda que, seguindo orientação do Centro de Contingência do coronavírus a secretaria recomenda que a população evite a presença física nas unidades e ampliou a lista de crimes que podem ser registrados por meio da Delegacia Eletrônica.

**PONTOS POSITIVOS:** A Delegacia Eletrônica é apresentada tanto como esforço de gestão de governo como reivindicação de servidores públicos. A informação de que as delegacias de São Paulo já funcionam em regime especial desde quarta-feira (18) em razão do novo coronavírus. Aspas com declaração do Delegado-geral de Polícia e a nota da SSP-SP.

**RISCOS À IMAGEM:** O aumento do número de acessos à Delegacia Eletrônica. O sistema deve estar preparado para não gerar demora ou desistência do usuário.

**AÇÕES DE ASSESSORIA DE IMPRENSA:** Reforçar a comunicação da Delegacia Eletrônica com releases sobre a ampliação da lista de crimes que podem ser registrados por meio da DE.

2

5

44



<b>ANÁLISE DIÁRIA</b>	<b>22/03/2020</b>
<b>Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo</b>	
<b>Pesquisa: Delegacia Eletrônica</b>	
<b>Destaques do dia:</b>	
Cosmopolense OL - CORONAVÍRUS: Polícia Civil pede à cosmopolenses que realizem BO pela internet	

### Análise:

Reportagem no site Cosmopolense, da cidade de Cosmópolis, na região metropolitana de Campinas, registra o pedido da Polícia Civil aos cidadãos cosmopolenses que realizem o boletim de ocorrência pela internet, em prevenção ao coronavírus.

Um dos locais com maior circulação de pessoas com certeza é uma delegacia de polícia. Muitas pessoas passam por lá diariamente em busca de um registro de um Boletim de Ocorrências (BO). Perda de documentos e principalmente informações, sublinha o texto. A Polícia Civil de Cosmópolis realiza um trabalho de conscientização e pede aos munícipes que registrem algumas ocorrências pela internet, pela Delegacia Eletrônica.

O site da Polícia Civil e da Secretaria de Segurança Pública do Estado tem o mesmo trabalho de um plantão policial, reforça a matéria. Porém, o cidadão poderá fazer isso em sua casa, sem precisar se deslocar para a Delegacia da cidade. Este procedimento, de acordo com a Polícia Civil, é para evitar aglomerações no plantão policial na prevenção do coronavírus, descreve o Cosmopolense.

A reportagem pontua oito tópicos para as ocorrências que podem ser feitas pela Delegacia Eletrônica (Roubo ou Furto de Veículos, Furto de documentos, Celular, Placa de Veículos ou Bicycletas, Perda de documentos, celular ou placa de veículos, Injúria, calúnia ou difamação, Acidente de Trânsito sem vítimas, Desaparecimento de Pessoas, Encontro de pessoas, Proteção animal) e reforça que o atendimento é 24 horas, sete dias por semana e que todas as ocorrências são encaminhadas para a Delegacia de Polícia da cidade onde aconteceu o fato.

**PONTOS POSITIVOS:** Iniciativa de comunicação local com registro na imprensa que aponta a internet como facilitadora no registro de ocorrências policiais associada à prevenção sanitária. Texto da reportagem é dirigido aos cosmopolenses trazendo familiaridade na leitura.

2

1

45  
p

**RISCOS À IMAGEM:** As ocorrências são encaminhadas para a Delegacia de Polícia da cidade, aponta o texto da reportagem, mas não apresenta o que acontece depois de feita a denúncia.

**AÇÕES DE ASSESSORIA DE IMPRENSA:** A iniciativa deve ser replicada em todas as localidades do Estado como forma de continuidade na garantia de prestação de serviço essencial e prevenção ao coronavírus. Roteirizar e ilustrar o processo de registro da ocorrência, do contato presencial ou remoto e da apuração é recomendável para dar maior transparência e antecipar-se a questionamentos futuros da mídia.

<b>ANÁLISE DIÁRIA</b>	<b>24/03/2020</b>
<b>Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo</b>	
<b>Pesquisa: Delegacia Eletrônica</b>	
<b>Destaques do dia:</b>	
G1 - Delegacias Eletrônicas de SP passam a registrar crimes de estelionato, roubo e furto	
R7 - São Paulo amplia registro de boletim de ocorrência pela internet	
Portal CBN Campinas - Delegacia Eletrônica amplia opções para ocorrências virtuais	
Jornal de Jundiaí OL - São Paulo amplia possibilidade de registros na Delegacia Eletrônica	
Voz Olimpense OL - Delegacia eletrônica amplia serviços e passará a registrar roubos, furtos, ameaças dentre outros crimes	
Diário do Litoral OL - Coronavírus: Delegacia Eletrônica vai ampliar possibilidades de registros de crimes	

#### **Análise:**

A ampliação de serviços prestados à população de São Paulo com as Delegacias Eletrônicas permitindo o registro pela internet de crimes como ameaças, estelionato, roubo ou furto a estabelecimento comercial, roubo ou furto a residência, roubo ou furto de carga e crimes contra o consumidor, a partir de quarta-feira (25), divulgada em comunicado feito pelo governador João Doria, em entrevista coletiva, é destaque em sites de Santos, Olímpia, Jundiaí, da rádio CBN-Campinas\_e dos portais nacionais G1 e R7.

“A única exceção são ocorrências que dependem de coleta imediata de prova como homicídios, latrocínios, estupros e violência doméstica”, disse Doria, em coletiva de imprensa, registra o G1, em reportagem de Tatiana Santiago, Lívia Machado e Beatriz Borges. Todos os veículos veiculam o anúncio com aspas do pronunciamento do governador João Doria.

Na reportagem de André Berenguel, no portal da CBN-Campinas, o Delegado titular do Deinter-2, José Henrique Ventura também é entrevistado e avalia a medida como boa, já que é favorável tanto para as vítimas quanto para os policiais.

O Diário do Litoral, em reportagem assinada por Gilmar Alves Junior, traz a avaliação do Diretor da Polícia Civil na Baixada Santista e Vale do Ribeira, Manoel Gatto Neto. "O procedimento de registro é muito simples e a subnotificação de crimes irá diminuir. Neste

momento de pandemia, funcionará como medida preventiva, evitando a exposição do cidadão e dos policiais ao vírus", afirmou ao Diário do Litoral.

Positivamente, as reportagens assinalam que, a partir do registro feito pelo cidadão no portal, as ocorrências serão avaliadas pela Central Eletrônica de Polícia Judiciária da área do fato. O delegado responsável, assim que receber a notificação, fará o enquadramento da natureza do crime e adotará as medidas cabíveis, como entrar em contato com a vítima e providenciar as diligências e perícias necessárias. A vítima também vai receber mensagem por e-mail com as devidas requisições de perícia médico-legal, juntamente com uma cópia do Boletim de Ocorrência finalizado.

O Jornal de Jundiaí, em reportagem assinada por Thiago Batista de Olim, realça essas informações em "como funciona" e ilustra a reportagem com imagem da página principal da DE na internet. Na Voz Olimpiense, o site também traz imagem ilustrativa para as ocorrências que podem ser registradas em BO.

**PONTOS POSITIVOS:** O delegado responsável, assim que receber a notificação, fará o enquadramento da natureza do crime e adotará as medidas cabíveis, como entrar em contato com a vítima e providenciar as diligências e perícias necessárias. A vítima também vai receber mensagem por e-mail com as devidas requisições de perícia médico-legal, juntamente com uma cópia do Boletim de Ocorrência finalizado. O trecho acima está presente nas reportagens e transmite segurança sobre o funcionamento da Delegacia Eletrônica.

**RISCOS À IMAGEM:** Aumento da demanda pode provocar demora no contato com a vítima.

**AÇÕES DE ASSESSORIA DE IMPRENSA:** Multiplicar espaços de divulgação para o tema Delegacia Eletrônica. Além dos textos, resumos ilustrados com as ocorrências permitidas para os BOs eletrônicos e um "como funciona", explicando as providências a partir do registro são recomendáveis para ampliar a visibilidade do tema. Prover de informações o público interno da SSP-SP, os especialistas, consultores e acadêmicos que militam na área de segurança pública, promotores e procuradores de Justiça, além de policiais que exercem mandatos eletivos sobre a Delegacia Eletrônica a fim de ampliar o número de interlocutores no tema.



<b>ANÁLISE DIÁRIA</b>	<b>25/03/2020</b>
<b>Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo</b>	
<b>Pesquisa: Delegacia Eletrônica</b>	
<b>Destaque do dia:</b>	
Jornal O Dia SP - Governo de SP amplia possibilidade de registros na Delegacia Eletrônica	
TI Inside - Governo de São Paulo amplia tipos de crimes que podem ser registrados online	

### Análise:

A Delegacia Eletrônica volta a receber protagonismo na edição impressa do Jornal O DIA SP e no site segmentado em notícias de tecnologia TI Inside. Ambas as publicações registram no título das reportagens a ampliação de serviços anunciadas pelo Governo de São Paulo. O Jornal O Dia SP abre espaços para aspas do governador João Doria.

Os textos informam que será possível notificar pela Internet roubos ou furtos a residência; roubo ou furto a estabelecimento comercial; crimes contra o consumidor; roubo ou furto de carga; ameaça; estelionato; entre outros. A Delegacia Eletrônica pode ser acessada a partir de computadores, smartphones ou tablets complementam os textos, informando o endereço eletrônico de acesso.

As reportagens ressaltam que as delegacias territoriais seguem funcionando normalmente, mas, em razão da disseminação da covid-19, a Polícia Civil recomenda a utilização do modelo eletrônico para evitar aglomerações nos DPs e, assim, reduzir os riscos de contágio. A ampliação da Delegacia Eletrônica estava prevista para o segundo semestre, mas foi antecipada por causa da doença.

O roteiro de funcionamento da Delegacia Eletrônica é explicitado no texto das duas reportagens. A partir do registro feito pelo cidadão no portal, as ocorrências serão avaliadas pela Central Eletrônica de Polícia Judiciária da área do fato. O delegado responsável, assim que receber a notificação, fará o enquadramento da natureza do crime e adotará as medidas cabíveis, como entrar em contato com a vítima e providenciar as diligências e perícias necessárias. A vítima também vai receber mensagem por e-mail com as devidas requisições de perícia médico-legal, juntamente com uma cópia do Boletim de Ocorrência finalizado.

O TI Inside acrescenta dois parágrafos com o intertítulo “Combate à subnotificação”: Criada em 2000, a Delegacia Eletrônica tem como principal objetivo facilitar e incentivar o

*J*

*r*

*49*

registro de ocorrências, evitando assim a subnotificação de crimes. O sistema, disponível a partir de qualquer dispositivo conectado à internet, proporciona maior comodidade e praticidade às vítimas, que não precisam mais se deslocar até os distritos policiais para registrar as ocorrências.

Desde que entrou em funcionamento, a Delegacia Eletrônica já registrou mais de 13 milhões de ocorrências, sendo mais de 220 mil somente nos dois primeiros meses deste ano. Em 2019, por exemplo, as modalidades disponíveis no serviço digital apresentaram movimento 29% superior ao total de ocorrências presenciais, registra a publicação especializada em tecnologia da informação.

A reportagem pontua os crimes que poderão ser registrados na Delegacia Eletrônica a partir da quarta-feira (25) e os que já eram permitidos.

**PONTOS POSITIVOS:** Protagonismo da Delegacia Eletrônica. Ambas as publicações registram no título das reportagens a ampliação de serviços anunciadas em entrevista coletiva pelo governador João Doria. O roteiro de funcionamento da Delegacia Eletrônica é explicitado no texto das duas reportagens. O TI Inside acrescenta dois parágrafos no intertítulo “Combate à subnotificação” que apresenta o histórico de criação da DE e número de ocorrências registradas.

**RISCOS À IMAGEM:** Atenção ao aumento da demanda de boletins eletrônicos para que não cause atrasos na comunicação com o usuário do serviço.

**AÇÕES DE APOIO À IMPRENSA:** Além da ampliação de espaços com a notícia da ampliação de serviços nos registros de BOs, do roteiro de funcionamento da DE, os registros das ocorrências na plataforma contribuem no combate à subnotificação como apontado no texto da TI Inside. Resumidos em um pequeno parágrafo, o histórico e os números de atendimento da DE podem ser mais bem aproveitados por editores de mídia. A sistematização dos dados pode gerar pautas específicas e ampliar o conhecimento público do trabalho e da importância da DE. Regionalizar as informações também pode gerar interesse da mídia em abordar o tema com recortes locais e segmentados. Videoconferências podem ajudar no mídia-training.

<b>ANÁLISE DIÁRIA</b>	<b>26/03/2020</b>
<b>Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo</b>	
<b>Pesquisa: Delegacia Eletrônica</b>	
<b>Destaques do dia:</b>	
Site Consultor Jurídico - SP aumenta rol de crimes que podem ser registrados em boletim de ocorrência online	

### **Análise:**

O site do Consultor Jurídico traz a notícia de que a Secretária de Segurança Pública do Estado de São Paulo decidiu aumentar a lista de crimes cujas ocorrências podem ser comunicadas de modo remoto por meio da Delegacia Eletrônica da Polícia Civil.

A medida faz parte da série de esforços do governo estadual em combater o avanço da pandemia do coronavírus em São Paulo, ressalta o texto.

Em tópicos, são relacionados os novos tipos de ocorrências que podem ser registradas online: Ameaça, Estelionato, Roubo ou furto a estabelecimento comercial, Roubo ou furto a residência, Roubo ou furto de carga, Crimes contra o consumidor.

A relação também pontua os crimes que já admitiam o registro eletrônico da ocorrência: Roubo de veículos, Furto de veículos, Furto de documentos/celular/placa de veículo/bicicleta, Perda de documentos/celular/placa de veículo, Roubo de documentos/celular/objetos, Injúria, calúnia ou difamação, Acidente de trânsito sem vítimas, Desaparecimento de pessoas, Encontro de pessoas, Furto de fios/cabos em vias públicas (somente para empresas concessionárias), DEPA - Proteção Animal. No encerramento, a reportagem aponta o clique aqui para acessar a página da Delegacia Eletrônica.

**PONTOS POSITIVOS:** A notícia em publicação segmentada no meio jurídico revela o esforço de gestão para fazer frente aos desafios da pandemia de coronavírus e amplia a interlocução da Delegacia Eletrônica.

**RISCOS À IMAGEM:** Aumento da demanda pode provocar demora no contato com a vítima e gerar reclamação.

**AÇÕES DE ASSESSORIA DE IMPRENSA:** Entrar em contato remoto com assessoria do Conjur para ampliar a interlocução sobre a Delegacia Eletrônica e estimular novas abordagens sobre o tema.

*Handwritten mark*

*Handwritten mark*

*Handwritten mark*

<b>ANÁLISE DIÁRIA</b>	<b>27/03/2020</b>
<b>Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo</b>	
<b>Pesquisa: Delegacia Eletrônica</b>	
<b>Destaques do dia:</b>	
Jornal da Zona Sul OL - Boletins de ocorrência podem ser registrados pela internet	

### Análise:

O site do Jornal Zona Sul, na Capital, avisa que a Delegacia Eletrônica ([www.delegaciaeletronica.policiacivil.sp.gov.br](http://www.delegaciaeletronica.policiacivil.sp.gov.br)) passou a registrar uma série de crimes que antes só podiam ser registrados presencialmente. Será possível notificar pela internet roubo ou furto a residência; roubo ou furto a estabelecimento comercial; crimes contra o consumidor; roubo ou furto de carga; ameaça; estelionato; entre outros, relata.

“O sistema da Polícia Civil do Estado de São Paulo registrará pela internet a quase totalidade das ocorrências policiais. A única exceção são ocorrências que dependem de coleta imediata de provas, como homicídios, latrocínios, estupros e violência doméstica”, disse o governador João Doria, transcreve o Zona Sul.

As delegacias territoriais seguem funcionando normalmente, mas, em razão da disseminação da Covid-19, a Polícia Civil recomenda a utilização do modelo eletrônico para evitar aglomerações nos DPs e, assim, reduzir os riscos de contágio. A ampliação da Delegacia Eletrônica estava prevista para o segundo semestre, mas foi antecipada por causa da doença.

A partir do registro feito pelo cidadão no portal, as ocorrências serão avaliadas pela Central Eletrônica de Polícia Judiciária da área do fato. O delegado responsável, assim que receber a notificação, fará o enquadramento da natureza do crime e adotará as medidas cabíveis, como entrar em contato com a vítima e providenciar as diligências e perícias necessárias. A vítima também vai receber mensagem por e-mail com as devidas requisições de perícia médico-legal, juntamente com uma cópia do Boletim de Ocorrência finalizado.

A Delegacia Eletrônica pode ser acessada a partir de computadores, smartphones ou tablets, por meio do endereço eletrônico [www.delegaciaeletronica.policiacivil.sp.gov.br](http://www.delegaciaeletronica.policiacivil.sp.gov.br).

No final da notícia, é apresentado o histórico da Delegacia Eletrônica, desde a sua criação em 2000, com o os 13 milhões de atendimento desde então, sendo mais de 220 mil somente nos dois primeiros meses deste ano. Em 2019, por exemplo, as modalidades disponíveis no serviço digital apresentaram movimento 29% superior ao total de ocorrências

presenciais. O texto é finalizado com a pontuação dos crimes que podem ser registrados na Delegacia Eletrônica desde o dia 25 e a relação dos que eram anteriormente permitidos.

**PONTOS POSITIVOS:** Ampliação dos serviços da Delegacia Eletrônica é apresentada como esforço de gestão. A ampliação da Delegacia Eletrônica estava prevista para o segundo semestre, mas foi antecipada por causa da doença. Texto deixa claro o processo de funcionamento da Delegacia Eletrônica e explica que as territoriais continuam em funcionamento.

**RISCOS À IMAGEM:** Aumento da demanda pode provocar demora no contato com a vítima e gerar reclamação.

**AÇÕES DE ASSESSORIA DE IMPRENSA:** A publicação do release na mídia indica um conjunto de informações práticas sobre o funcionamento da Delegacia Eletrônica. Treinar porta-vozes e elaborar plano de comunicação a partir dos dados sobre as ocorrências podem gerar pautas específicas para manter a DE entre os assuntos da mídia. Videoconferências podem ajudar no mídia-training.



<b>ANÁLISE DIÁRIA</b>	<b>02/04/2020</b>
<b>Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo</b>	
<b>Pesquisa: Delegacia Eletrônica</b>	
<b>Destaque do dia:</b>	
UOL - Subnotificação de violência doméstica preocupa e SP libera B.O. online	

### **Análise:**

Reportagem no UOL, veiculada com chamadas em duas seções do portal, Últimas Notícias e na plataforma feminina Universa, retrata no título a preocupação com a subnotificação da violência doméstica e a liberação do B.O. online no Estado de São Paulo. A reportagem assinada por Tereza Novaes informa na abertura que a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo ampliou o serviço da Delegacia Eletrônica (DE) e passou a disponibilizar, por causa da pandemia de covid-19, o registro de ocorrências de violência doméstica online.

Três juízas, uma promotora e uma delegada, todas focadas no combate à violência doméstica no Estado de São Paulo, foram ouvidas na reportagem do Universa e contaram que a procura pelo atendimento presencial caiu. "Houve uma queda de ocorrências e percebemos que tem a ver com a subnotificação", afirma a juíza Carolina Moreira Gama.

A delegada Cristine Nascimento Guedes Costa, da 1ª Delegacia da Mulher da capital, relata a diminuição de cerca de 60% na procura por atendimento. "Há casos mais graves e outros menos. Entre denunciar um homem que a ofendeu ou pegar coronavírus, a mulher prefere deixar xingar", exemplifica Costa. Há um prazo de seis meses para o registro de injúria e dois anos para lesão corporal. Mas a delegada recomenda que, principalmente em caso de agressão física, a vítima vá o quanto antes. "É bom ir logo e, se não for possível, ter uma constatação, como uma foto." Na delegacia eletrônica, não existe a opção "violência doméstica" porque essa é uma medida emergencial. Para seguir com a denúncia, a vítima pode selecionar opções relacionadas à natureza do crime, caso de injúria, calúnia ou difamação, ou ainda "outras ocorrências" e preencher os campos. Estupros devem ser registrados pessoalmente.

Ao mesmo tempo que o isolamento social é necessário para combater o coronavírus, ele cria um ambiente propício para a violência contra as mulheres. "A violência não diminuiu. As vítimas estão presas dentro de casa com esses companheiros agressivos. Em um ambiente tenso, com medo de adoecer, muitas vezes com falta de dinheiro. Há o desconhecimento: 'Se eu pedir [uma medida protetiva], o que vou fazer? Vou pra onde? Vou ter que voltar a conviver com o

2

1

54

agressor?"" , explica a promotora de Justiça Juliana Gentil Tocunduva, que destaca que a iniciativa da SSP-SP "é um piloto".

**PONTOS POSITIVOS:** A informação na abertura do texto de que a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo ampliou o serviço da delegacia eletrônica e passou a disponibilizar, por causa da pandemia de covid-19, o registro de ocorrências de violência doméstica online.

**RISCOS À IMAGEM:** Embora seja uma resposta rápida para um caminho de busca de proteção à violência doméstica, há dificuldade na comunicação do procedimento, já que para seguir com a denúncia, a vítima deverá selecionar opções relacionadas à natureza do crime, caso de injúria, calúnia ou difamação, ou ainda "outras ocorrências" e preencher os campos. Casos de necessidade de medida protetiva podem gerar questionamentos da mídia.

**AÇÕES DE ASSESSORIA DE IMPRENSA:** Alinhar junto à SSP-SP a comunicação da liberação do B.O online para denúncias de violência doméstica com porta-vozes institucionais para ampliar o conhecimento das medidas e do esforço de gestão em respostas rápidas aos desafios impostos pelo coronavírus e antecipar-se a questionamentos da mídia. Videoconferências podem ajudar no mídia-training sem a necessidade de deslocamentos na pandemia.

55

<b>ANÁLISE DIÁRIA</b>	<b>03/04/2020</b>
<b>Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo</b>	
<b>Pesquisa: Delegacia Eletrônica</b>	
<b>Destaques do dia:</b>	
Agência Brasil - Polícia Civil de SP permite registro eletrônico de violência doméstica	
Poliarquia OL - Polícia Civil de SP permite registro eletrônico de violência doméstica	
UOL - Quarentena eleva risco de violência doméstica	
A Cidade OL - Delegacia Eletrônica passa a registrar BOs de violência contra a mulher	
Repórter Diário OL- Mais de 150 policiais civis estão afastados por conta do Covid-19	

#### **Análise:**

A Agência Brasil notícia e distribui a reportagem “Polícia Civil de SP permite registro eletrônico de violência doméstica”. Poliarquia, site do Rio de Janeiro que agrega blogs, também veicula a matéria assinada pela repórter da Agência Brasil, Flávia Albuquerque. As reportagens ressaltam que a ferramenta pode ser acessada de qualquer dispositivo eletrônico, visando o atendimento necessário sem que haja a necessidade de a vítima sair de casa e sem despertar a desconfiança de seu agressor. A maioria dos crimes pode ser noticiada eletronicamente, menos estupro e estupro de vulnerável.

No UOL, a reportagem do Estadão Conteúdo sobre a elevação do risco de violência doméstica menciona que, desde o dia 25, injúria, insultos e calúnias podem ser reportados sem a necessidade de que a vítima saia de casa com a denúncia online na Delegacia Eletrônica da Polícia Civil. Na quarentena, ferramentas online de denúncia, oficiais ou não, ganham força, focaliza a reportagem. O governo federal pretende lançar ainda esta semana um aplicativo para denúncias de violência doméstica, revela a reportagem, que apresenta canais de denúncias e iniciativas de proteção.

No site A Cidade, em São Carlos, o texto abre com o registro de que a Polícia Civil do Estado de São Paulo, por meio da Delegacia Geral de Polícia, informa que as ocorrências de violência doméstica contra a mulher ou familiares poderão ser registradas pela internet.

2

1

56

No Repórter Diário, de Santo André, texto de George Garcia aponta, com informações do Sindpesp, que mais de 150 policiais civis estão afastados por conta do Covid-19. A Delegacia Eletrônica é mencionada apenas no subtítulo da reportagem ao registrar que apesar da ampliação do atendimento eletrônico, delegacias continuam abertas ao público.

**PONTOS POSITIVOS:** Reportagens de agências de notícias – Agência Brasil e Estadão Conteúdo - ganham escala nas publicações da mídia. Matérias ressaltam que a ferramenta pode ser acessada de qualquer dispositivo eletrônico, visando o atendimento necessário sem que haja a necessidade de a vítima sair de casa e sem despertar a desconfiança de seu agressor. Mesmo em cenário sensível para a Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP-SP), caso do Repórter Diário, a Delegacia Eletrônica é apontada como parte da solução em período de isolamento social por conta do coronavírus.

**RISCOS À IMAGEM:** Aumento da demanda pode provocar demora no contato com a vítima e gerar reclamação na mídia. Aumento de casos de contágio nas delegacias é tema monitorado pela mídia.

**AÇÕES DE ASSESSORIA DE IMPRENSA:** A subnotificação de ocorrências de violência doméstica é um tema que tem ganhado aderência no noticiário. O esforço de gestão e de resposta rápida ao problema deve ser apontado em releases e comunicados com matérias que explicam o funcionamento da DE. Na notícia do veículo A Cidade, a reportagem não é assinada. Parte dos verbos na segunda pessoa do plural contida na abertura de parágrafos do texto publicado – como em ressaltamos e solicitamos – denota a participação de fontes locais da Polícia Civil no contato com a mídia e apontam para a possibilidade de aprimorar a comunicação interna e externa e ampliar a divulgação da DE. No caso da reportagem de George Garcia, no Repórter Diário, vale um contato remoto para sugerir pautas sobre o funcionamento da DE. Sumários executivos sobre a DE devem acompanhar entrevistados e podem ser enviados a delegados, escrivães e investigadores que terão informações alinhadas no contato com o público e a mídia.

2

7

57  
p

<b>ANÁLISE DIÁRIA</b>	<b>04/04/2020</b>
<b>Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo</b>	
<b>Pesquisa: Delegacia Eletrônica</b>	
<b>Destaques do dia:</b>	
O Liberal - Notas Rápidas: A Distância	
Giro SA - Delegacia Eletrônica passa a registrar violência doméstica	
Mais Expressão - Delegacia Eletrônica fará atendimento virtual às mulheres	
Acontece Botucatu - Delegacia Eletrônica fará atendimento virtual de violência doméstica	

### **Análise:**

Protagonismo para a Delegacia Eletrônica (DE) em nota na edição impressa de O Liberal, em Americana, e matérias nos sites regionais O Giro, de Osasco, Mais Expressão, de Indaiatuba, e Acontece Botucatu com a notícia de que a Delegacia Eletrônica fará atendimento virtual às mulheres e passa a registrar casos de violência doméstica. O objetivo é permitir que a vítima possa prestar queixa sem sair de casa e sem despertar a desconfiança de seu agressor, ressaltam as reportagens.

“Acrescentamos a possibilidade do registro do boletim de ocorrência de forma eletrônica. Dado o aumento do isolamento social, nós estamos atentos para a proteção das mulheres dentro das suas casas”, disse Doria, durante entrevista coletiva no Palácio dos Bandeirantes com a participação do Secretário da Segurança Pública, General João Camilo Pires de Campos, relatam O Giro, Mais Expressão e o Acontece Botucatu.

De acordo com a Delegada Jamila Ferrari, Coordenadora das Delegacias de Defesa da Mulher (DDMs) em São Paulo, o atendimento eletrônico às vítimas de violência contra a mulher já estava sendo planejado pela Polícia Civil e teve seu lançamento antecipado por conta da crise da Covid-19. "Buscamos nos antecipar a um fenômeno que ocorreu em outros países", afirmou a delegada.

Os boletins de violência doméstica passarão por uma triagem e serão encaminhados às DDMs da região correspondente, como os demais casos registrados. Nas cidades sem unidades da Delegacia da Mulher, serão direcionados a outras unidades próximas à residência da vítima. "É muito importante que as vítimas guardem as provas em lugar seguro, como fotos, vídeos e diálogos escritos. Elas são necessárias para dar materialidade aos casos e serão requisitadas pelos delegados", alertou a Coordenadora das DDMs.

2

1

58



No Liberal, em Notas Rápidas, texto curto, “À Distância” também relata que a Polícia Civil permite registro online de violência doméstica sem sair de casa. A maioria dos crimes pode ser noticiada eletronicamente, menos estupro. O Notas Rápidas registra também os 400 casos de policiais com suspeita de contaminação pela Covid.

**PONTOS POSITIVOS:** Delegacia Eletrônica fará atendimento virtual às mulheres e passará a registrar casos de violência doméstica. O objetivo é permitir que a vítima possa prestar queixa sem sair de casa e sem despertar a desconfiança de seu agressor, ressaltam as reportagens. Lançamento antecipado por conta da crise da Covid-19, apontando capacidade de gestão e atualização tecnológica. Agilidade na notificação de ocorrências. Tratamento das informações de violência doméstica e providências no funcionamento da DE nas aspas da Delegada Jamila Ferrari, Coordenadora das DDMs em São Paulo.

**RISCOS À IMAGEM:** Não sistematizar dados que permitam o dimensionamento e a eficiência no atendimento e operação da DE.

**AÇÕES DE ASSESSORIA DE IMPRENSA:** Buscar formas de contribuir na sistematização de dados de ocorrências da DE para disponibilizar informações sobre os casos de violência doméstica. Delegadas das DDMs devem ser consideradas como porta-vozes naturais no tema da violência doméstica. Videoconferências podem ajudar no media training.

<b>ANÁLISE DIÁRIA</b>	<b>07/04/2020</b>
<b>Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo</b>	
<b>Pesquisa: Delegacia Eletrônica</b>	
<b>Destaque do dia:</b>	
O Defensor - Delegacia Eletrônica passa a registrar boletins de ocorrência de violência doméstica contra a mulher	

### **Análise:**

O Defensor, de Taquaritinga, divulga a notícia de que a Polícia Civil do Estado de São Paulo, por meio da Delegacia Geral de Polícia, informa que as ocorrências de violência doméstica contra a mulher ou familiares poderão ser registradas virtualmente pela internet, através da Delegacia Eletrônica.

Neste momento de isolamento social, por conta da epidemia de COVID-19, a Polícia Civil do Estado de São Paulo, sempre sensível e atenta à proteção da mulher, disponibiliza esta ferramenta que poderá ser acessada de qualquer dispositivo eletrônico, visando o atendimento necessário sem que haja a necessidade de a vítima sair de casa e sem despertar a desconfiança de seu agressor.

A Polícia Civil ressalta que, após o registro da ocorrência, a delegacia responsável pelas investigações fará contato de forma discreta com a vítima, para saber da necessidade da realização de exames periciais e de medida protetiva, dentre outros.

As vítimas devem guardar provas, seja conversa eletrônica e/ou fotos de ferimentos, bem como outras que julgar necessárias, uma vez que posteriormente serão solicitadas e deverão ser disponibilizadas para a autoridade policial responsável pelo caso para análise e deliberação.

“Para finalizar, ressaltamos que a maioria dos crimes poderão ser comunicados eletronicamente, exceto estupro e estupro de vulnerável”, sublinha o texto.

Se houver alguma dúvida, faça contato com a delegacia eletrônica através do e-mail: [eletronica@policiacivil.sp.gov.br](mailto:eletronica@policiacivil.sp.gov.br), informa a matéria, que traz o endereço para registro de ocorrência: <https://www.delegaciaeletronica.policiacivil.sp.gov.br>.

**PONTOS POSITIVOS:** Clareza ao comunicar que as ocorrências de violência doméstica contra a mulher ou familiares poderão ser registradas virtualmente pela

2

60  
P

internet, através da Delegacia Eletrônica. Sintonia e sensibilidade em apresentar uma ferramenta que poderá ser acessada de qualquer dispositivo eletrônico, sem que haja a necessidade de a vítima sair de casa e sem despertar a desconfiança de seu agressor. A Polícia Civil ressalta que, após o registro da ocorrência, a delegacia responsável pelas investigações fará contato de forma discreta com a vítima, para saber da necessidade da realização de exames periciais e de medida protetiva, dentre outros.

**RISCOS À IMAGEM:** Há necessidade de sistematizar os dados que permitam o dimensionamento e a eficiência no atendimento e operação da DE. Caso não seja realizada essa dinâmica, podem haver futuros questionamentos da mídia.

**AÇÕES DE ASSESSORIA DE IMPRENSA:** Mais que a aderência na mídia, a violência doméstica é um problema social. Releases, artes e ilustrações, vídeos, áudios e disponibilizar porta-vozes sobre a DE devem ser considerados na comunicação da SSP-SP.

Handwritten initials in blue and red ink.

Handwritten number 61 and a signature in blue ink.

<b>ANÁLISE DIÁRIA</b>	<b>08/04/2020</b>
<b>Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo</b>	
<b>Pesquisa: Delegacia Eletrônica</b>	
<b>Destaque do dia:</b>	
Jornal O Dia SP - Cravi disponibiliza canais de contato para vítimas de violência doméstica	

### **Análise:**

Destaque para a Delegacia Eletrônica no impresso Jornal O Dia SP, na reportagem Cravi disponibiliza canais de contato para vítimas de violência doméstica, que recebe a segunda manchete da capa e espaço de destaque no alto da página dois.

O Cravi (Centro de Referência e Apoio à Vítima) disponibilizou dois canais de contato para vítimas de violência doméstica: telefone (11) 32912624 e e-mail [cravi@justica.sp.gov.br](mailto:cravi@justica.sp.gov.br). O Cravi é vinculado à Secretaria da Justiça e Cidadania.

Durante a quarentena, decretada pelo Governo do Estado como medida de prevenção ao novo coronavírus, um profissional de plantão está disponível para encaminhar os casos para uma das unidades do Cravi localizadas em São Paulo. Barueri. Suzano, Araçatuba. Santos ou São Vicente, explica o texto.

A primeira triagem ocorre por telefone ou e-mail, mas dependendo da urgência ou gravidade, o caso será encaminhado para atendimento nos plantões disponibilizados pelo Ministério Público ou Defensoria Pública do Estado de São Paulo, parceiros do programa.

A Delegacia Eletrônica ([www.delegaciaeletronica.policiacivil.sp.gov.br](http://www.delegaciaeletronica.policiacivil.sp.gov.br)) também fará registro online de eventuais casos de violência doméstica em São Paulo. O serviço é mais uma ferramenta disponibilizada pelo Governo de São Paulo para proteger as mulheres.

O atendimento presencial prossegue normalmente nas 134 DDMs (Delegacia de Defesa da Mulher) do Estado, mas agora as vítimas desse tipo de crime têm a opção digital para buscar ajuda e se defender dos agressores, finaliza a reportagem.

**PONTOS POSITIVOS:** A reportagem sobre canais de contato para proteção da violência doméstica informa que a Delegacia Eletrônica também fará registro online de eventuais casos de violência doméstica em São Paulo. O serviço é mais uma ferramenta disponibilizada pelo Governo de São Paulo para proteger as mulheres. O

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten mark]*

*[Handwritten mark]*

atendimento presencial prossegue normalmente nas 134 DDMs (Delegacia de Defesa da Mulher) do Estado, mas agora as vítimas desse tipo de crime têm a opção digital para buscar ajuda e se defender dos agressores.

**RISCOS À IMAGEM:** Não sistematizar dados que permitam o dimensionamento e a eficiência no atendimento e operação da DE, em futuros questionamentos da mídia.

**AÇÕES DE ASSESSORIA DE IMPRENSA:** Releases, artes e ilustrações, vídeos, áudios e disponibilizar porta-vozes sobre a DE devem ser considerados na comunicação da SSP-SP. Publicações voltadas ao público feminino devem entrar no radar da Comunicação para receber press-kits e ações de relacionamento remoto.



<b>ANÁLISE DIÁRIA</b>	<b>21/04/2020</b>
<b>Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo</b>	
<b>Pesquisa: Delegacia Eletrônica</b>	
<b>Destaques do dia:</b>	
UOL - O que acontece após a vítima de violência doméstica fazer um B.O. online?	

### Análise:

O que acontece após a vítima de violência doméstica fazer um B.O. online?, pergunta a reportagem da plataforma feminina Universa do portal UOL, na reportagem de Priscila Gomes. "Conversamos com advogadas e a Secretaria de Segurança Pública (SSP) para descobrir", explica o texto.

Assim como os demais casos registrados pela delegacia eletrônica, os boletins de violência doméstica passam por uma triagem e são encaminhados à Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) da região de cada ocorrência. Nas cidades que não contam com uma DDM, a ocorrência será direcionada a uma delegacia territorial correspondente à residência da vítima.

Em seguida, cabe aos delegados ou delegadas responsáveis providenciar as diligências e perícias necessárias, assim como entrar em contato com a vítima, de forma discreta, para saber da necessidade da realização de exames periciais e de medida protetiva. De acordo com a SSP-SP, é importante que as vítimas guardem provas em lugar seguro, como fotos, vídeos e diálogos escritos, pois elas são necessárias para materialidade dos casos e serão requisitados pelos delegados.

De acordo com Celeste Leite dos Santos, promotora de Justiça do Ministério Público de São Paulo e gestora do projeto Mente Saudável e do Projeto Avarc (Projeto de Acolhimento de Vítimas, Análise e Resolução de Conflitos), há várias opções de medidas protetivas de urgência que podem ser aplicadas à vítima. Para ela, o boletim de ocorrência online é uma ferramenta a mais para o combate à subnotificação de delitos e garantia dos direitos da vítima, pois estimula a denúncia. "Trata-se de instrumento que veio para ficar, já que tem o lado positivo de dar mais anonimato para a mulher no sentido de o agressor não tomar conhecimento imediato porque alguém viu sua esposa, filha, mãe idosa entrar na delegacia e narrar o ocorrido", afirma. "Mas deve haver um monitoramento contínuo dos casos pela autoridade policial a fim de que sejam tomadas providências imediatas pela autoridade policial visando a preservação das provas materiais, a integridade da própria vítima e das testemunhas." De acordo com a promotora, tal

medida ainda vem ao encontro da sistematização de dados em um cadastro único nacional — assim, além das medidas repressivas e preventivas individuais, ele vai possibilitar o desenvolvimento de políticas públicas nacionais de enfrentamento da violência contra a mulher.

**PONTOS POSITIVOS:** A explicação do processo da Delegacia Eletrônica em três parágrafos. As declarações da Promotora de que o boletim de ocorrência online é uma ferramenta que veio para ficar e que contribui no combate à subnotificação de delitos.

**RISCOS À IMAGEM:** As declarações da Promotora Celeste apontam a necessidade de maior interlocução social e acompanhamento do tema ao relatar que deve haver um monitoramento contínuo dos casos pela autoridade policial a fim de que sejam tomadas providências imediatas pela autoridade policial visando a preservação das provas materiais, a integridade da própria vítima e das testemunhas.

**AÇÕES DE ASSESSORIA DE IMPRENSA:** A matéria poderia apresentar porta-voz institucionais. Sessões remotas de media training às delegadas das DDMs poderiam ampliar o número de porta-vozes institucionais e regionais na interlocução do tema. A importância da sistematização de dados de ocorrências na DE é apontada na matéria ao referendar nas aspas da promotora Celeste sobre a sistematização de dados em um cadastro único nacional, que - além das medidas repressivas e preventivas individuais - vai possibilitar o desenvolvimento de políticas públicas nacionais de enfrentamento da violência contra a mulher, assunto permanente na mídia.

*Handwritten signatures and initials in blue and red ink.*

<b>ANÁLISE DIÁRIA</b>	<b>08/05/2020</b>
<b>Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo</b>	
<b>Pesquisa: Delegacia Eletrônica</b>	
<b>Destaques do dia:</b>	
G1 - Projeto 'Justiceiras' recebe denúncias de violência contra mulher durante quarentena; SP concentra casos	
Le Monde Diplomatique BR - Aumento das denúncias pode significar maior confiança na Justiça	

### Análise:

G1 e Le Monde Diplomatique BR destacam a importância da Delegacia Eletrônica em reportagem de Beatriz Castro e no artigo dos advogados criminalistas André Damiani e Mayra Carrillo.

No G1, segundo dados do projeto Justiceiras entre os dias 27 de março e 5 de maio, 376 mulheres, de 21 estados e do Distrito Federal, registraram pedido de ajuda e 59% das denúncias são do estado de São Paulo. O Justiceiras é uma iniciativa mantida por três institutos - Nelson Wilians, Justiça de Saia e Querer Mulher - e por uma rede de voluntários de 1.300 pessoas. A ajuda oferecida pelo projeto é pelo whatsapp com o preenchimento de um formulário direcionado à equipe de voluntários, que conta com advogadas, psicólogas e assistentes sociais.

A DE é destacada no parágrafo final da reportagem com a informação de que a partir do dia 25 de março o Governo de São Paulo permitiu que denúncias de violência doméstica fossem realizadas por meio eletrônico. Para fazer o boletim, basta acessar o site da Delegacia Eletrônica da Polícia Civil.

No artigo do Le Monde Diplomatique BR, os autores afirmam que há margem para uma conclusão otimista: a causa do aumento estatístico das denúncias de violência contra a mulher é o surgimento de uma cidadã brasileira mais bem informada, segura e confiante na Justiça para denunciar o seu algoz. Apesar do crescimento intolerável, há leis mais duras, avanço legislativo e das políticas públicas e ações governamentais de combate à violência contra a mulher iniciados há mais de uma década.

Há de se destacar, ainda, que mesmo em meio à atual quarentena, ações emergenciais de natureza administrativa estão no radar. Nesse sentido, no Estado de São Paulo permitiu-se o registro dos casos de violência doméstica ou familiar contra a mulher pela internet, por intermédio da Delegacia Eletrônica, ressaltam os autores na versão brasileira do Le Monde.

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten mark]*

*66*  
*[Handwritten mark]*

Segundo eles, criou-se um rigoroso estatuto repressivo, preventivo e assistencial de resposta à violência contra a mulher, por meio de um vasto rol de medidas protetivas de urgência – com o propósito de se garantir a segurança pessoal e patrimonial da vítima e de sua prole, bem como para deter o agressor –, que vão desde o afastamento do lar, suspensão da posse ou restrição do porte de armas, até a proibição de determinadas condutas como aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas; o contato com estes por qualquer meio de comunicação; prestação de alimentos provisionais ou provisórios etc.

**PONTOS POSITIVOS:** A DE é destacada no parágrafo final da reportagem com a informação de que o Governo de São Paulo permitiu que denúncias de violência doméstica fossem realizadas por meio eletrônico, na matéria do G1. Já no Le Monde Diplomatique BR, há de se destacar, ainda, que mesmo em meio à atual quarentena, ações emergenciais de natureza administrativa estão no radar, ressaltam os articulistas. Nesse sentido, no Estado de São Paulo, permitiu-se o registro dos casos de violência doméstica ou familiar contra a mulher pela internet por intermédio da Delegacia Eletrônica.

**RISCOS À IMAGEM:** O noticiário do dia não apresenta risco à imagem.

**AÇÕES DE ASSESSORIA DE IMPRENSA:** Seguir na elaboração de releases, notas e novos conteúdos sobre os serviços da Delegacia Eletrônica com enfoques diversos permitidos pela natureza dos registros da plataforma.

2

1

67  
P

<b>ANÁLISE DIÁRIA</b>	<b>11/05/2020</b>
<b>Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo</b>	
<b>Pesquisa: Delegacia Eletrônica</b>	
<b>Destaque do dia:</b>	
Portal do Governo SP - Saiba como registrar casos de violência doméstica pela Delegacia Eletrônica	

### **Análise:**

No Portal do Governo, reportagem informa que, desde abril, já é possível registrar casos de violência doméstica e familiar contra a mulher pela internet por meio da Delegacia Eletrônica. O atendimento digital da Polícia Civil do Estado de São Paulo foi ampliado e agora, além de fazer o boletim de ocorrência online, as vítimas desse tipo de violência também podem solicitar medidas protetivas sem sair de casa.

Para facilitar o acesso à ferramenta e orientar as mulheres, a instituição elaborou um manual virtual com o passo a passo para comunicar crimes dessa natureza à Polícia, bem como pedir medidas para garantir a segurança em relação aos agressores.

Já nas primeiras páginas, o manual esclarece quais os tipos de violência doméstica (física, psicológica, sexual, patrimonial e moral), quando e como eles acontecem. “A violência contra a mulher não é só física. Muitas vezes, as vítimas não sabem que certos hábitos e atitudes de seus companheiros configuram crimes e que elas podem pedir ajuda à Polícia”, explica a coordenadora das Delegacias de Polícia de Defesa Da Mulher do Estado, Jamila Jorge Ferrari.

O manual também detalha todas as etapas para o registro do boletim de ocorrência eletrônico. Vale ressaltar que as vítimas não precisam dispor de todas as informações pessoais do agressor para concluir a comunicação do crime. Algumas, no entanto, são fundamentais para a apuração dos fatos – entre elas, o grau de parentesco ou relacionamento com o agressor; local, horário e descrição da ocorrência; características do agressor; bem como a vontade de solicitar uma medida protetiva e qual delas.

Com a ampliação do sistema, a Delegacia Eletrônica também permite o envio de fotos do agressor, de ferimentos causados por ele ou mensagens enviadas. No fim de todas as etapas, a vítima tem acesso ao boletim de ocorrência e declara se tudo está de acordo com o informado. Com tudo finalizado corretamente, ela recebe um protocolo de registro e é contatada pela Polícia Civil se necessário.



Criada em 2000, a Delegacia Eletrônica tem como objetivo incentivar e facilitar o registro de ocorrência pela população e, desde então, mais de 11 milhões de boletins já foram registrados pela plataforma. Inicialmente, a ferramenta permitia o registro de ocorrências de naturezas específicas, o que mudou desde março, quando o sistema foi ampliado, possibilitando a comunicação de outros tipos de casos. No início de abril, outra melhoria incluiu na plataforma os registros de violência doméstica.

No encerramento da reportagem, a informação de que o Governador João Doria e o Secretário da Segurança Pública, General João Camilo Pires de Campos, participaram virtualmente da inauguração da sede da Delegacia de Defesa da Mulher e do Núcleo Especial Criminal (Necrim) da cidade de Praia Grande. “Tenho certeza de que essa inauguração é um ganho enorme à população”, afirmou o Secretário.

**PONTOS POSITIVOS:** A matéria relata como o atendimento digital da Polícia Civil do Estado de São Paulo foi ampliado e agora, além de fazer o boletim de ocorrência online, as vítimas desse tipo de violência podem solicitar medidas protetivas sem sair de casa.

**RISCOS À IMAGEM:** Não há risco na reportagem que presta informações de interesse público.

**AÇÕES DE ASSESSORIA DE IMPRENSA:** Colaborar na divulgação do material, reforçando a divulgação remota e buscar novas abordagens para a Delegacia Eletrônica.

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten mark]*

*[Handwritten initials]*

<b>ANÁLISE DIÁRIA</b>	<b>13/05/2020</b>
<b>Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo</b>	
<b>Pesquisa: Delegacia Eletrônica</b>	
<b>Destaque do dia:</b>	
UOL - Denúncia sem sair de casa	

### **Análise:**

No UOL, na plataforma feminina do portal, Universa, reportagem de Mariana Kotscho apresenta aplicativos e botões de pânico no combate à violência doméstica. Durante o isolamento, em que as agressões contra mulheres dentro de suas próprias casas se intensificaram, recursos como esses nunca se fizeram tão necessários, sublinha a reportagem. O aplicativo PenhaS funciona como um botão de pânico no celular. Gratuito, permite acionar a rede de proteção da mulher vítima de violência doméstica em situações de emergência. No Facebook, além dos tradicionais grupos de apoio, o ISA.bot, atualizado durante a pandemia, permite acessar recursos para segurança online. No estado de São Paulo, a Delegacia Eletrônica (DE) já permite registrar boletins de ocorrência de violência doméstica pela internet, destaca o texto no primeiro parágrafo.

Gráfico com a legenda "Denúncias caem nas delegacias e fora de delegacias aumentam" aponta em números, com "registros estaduais". Em São Paulo, os dados indicam 4.753 registros, de 9 a 15 de março de 2019, e 4.329 entre 16 e 23 de março de 2020.

Nota técnica divulgada pelo MP mostra que, no Estado, em março, quando o isolamento social teve início, houve um aumento de 51% das prisões em flagrante em casos de violência doméstica e de 29% de solicitações de medidas protetivas em relação ao mês anterior. Uma pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública também revelou um aumento de 44% de procura pela Polícia Militar em casos de violência contra a mulher.

Embora não haja números atualizados ainda, é possível supor que os casos de feminicídio devem aumentar muito no período de isolamento social. Apenas de 24 de março (início da quarentena em São Paulo) até 13 de abril, 16 mulheres foram assassinadas dentro de casa no estado, de acordo com o Ministério Público. No mesmo período de 2019, foram nove. Dados consolidados mostram que 66% dos feminicídios consumados ou tentados acontecem dentro da casa da vítima. E, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, de cada dez vítimas de feminicídio no país, nove são mortas por parceiros ou ex, alerta a reportagem.

70

70

**PONTOS POSITIVOS:** No Estado de São Paulo, a Delegacia Eletrônica já permite registrar boletins de ocorrência de violência doméstica pela internet, destaca o texto no primeiro parágrafo.

**RISCOS À IMAGEM:** Não sistematizar dados que permitam o dimensionamento e a eficiência no atendimento e operação da Delegacia Eletrônica.

**AÇÕES DE ASSESSORIA DE IMPRENSA:** Reportagem volta a destacar a importância da DE na pandemia e no combate à violência doméstica. Treinar porta-vozes locais, principalmente, as delegadas das DDMs, pode aumentar a divulgação da DE em rádios e tevês. Press releases preparados pela agência com depoimentos de agentes locais de segurança para serem enviados à mídia local transmitem mais proximidade e segurança na divulgação da DE.

<b>ANÁLISE DIÁRIA</b>	<b>21/05/2020</b>
<b>Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo</b>	
<b>Pesquisa: Delegacia Eletrônica</b>	
<b>Destaque do dia:</b>	
Jornal Ouvidor - Violência doméstica na quarentena: denúncias podem ser feitas via telefone e internet	

### Análise:

No site do Jornal Ouvidor, de Igaratá, reportagem sobre a violência doméstica na quarentena destaca que as denúncias podem ser feitas por telefone à Guarda Civil Municipal e à Polícia Militar e via internet na Delegacia Eletrônica. A reportagem é assinada pela Assessoria de Imprensa da Prefeitura de Arujá.

Para a presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Arujá, Lúcia Ribeiro, o aumento dos casos de violência doméstica em meio ao isolamento social divulgado pela imprensa é motivo de grande preocupação. “Imagina a vítima formalizar denúncia e ter de conviver com o agressor em casa, 24 horas por dia. O medo de denunciar pode tomar conta das mulheres, por isso é essencial o apoio da família e do poder público no ato da denúncia, assim como nas medidas de proteção”, afirma.

De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, cuja edição mais recente compila dados referentes a 2018, apenas 7,5% das vítimas de violência sexual registram boletim de ocorrência, seja por medo de retaliação do agressor (geralmente um conhecido), seja por receio do julgamento que será exposta após a denúncia, além de outros fatores que interferem na decisão de notificar ou não o caso à polícia.

O texto explica que a violência contra a mulher, segundo a Lei 11.340/2006, pode ser classificada em cinco tipos: violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral

Ao final, a reportagem disponibiliza o link com o passo a passo sobre como registrar ocorrência de violência doméstica pela internet na Delegacia Eletrônica.

**PONTOS POSITIVOS:** A Delegacia Eletrônica é apresentada como canal de denúncia na internet. O passo a passo sobre como registrar o boletim de ocorrência de violência doméstica online.

**RISCOS À IMAGEM:** O noticiário do dia é de prestação de serviços e não apresenta risco à imagem.

2

8

72

**AÇÕES DE ASSESSORIA DE IMPRENSA:** As formas de violência contra a mulher descritas na Lei 11.340/2006 é uma forma de abordagem para reforçar o papel da Delegacia Eletrônica em pautas futuras.

2

1

73  
f



<b>ANÁLISE DIÁRIA</b>	<b>22/05/2020</b>
<b>Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo</b>	
<b>Pesquisa: Delegacia Eletrônica</b>	
<b>Destaques do dia:</b>	
Jornal O Dia SP - Governo de São Paulo reforça ações para mulheres vítimas de violência doméstica	
Site Consultor Jurídico - As medidas de combate à violência doméstica contra a mulher na pandemia	

### **Análise:**

O site do Consultor Jurídico traz a notícia de que a Secretária de Segurança Pública do Estado de São Paulo decidiu aumentar a lista de crimes cujas ocorrências podem ser comunicadas de modo remoto por meio da Delegacia Eletrônica da Polícia Civil.

A medida faz parte da série de esforços do governo estadual em combater o avanço da pandemia do coronavírus em São Paulo, ressalta o texto.

Em tópicos, são relacionados os novos tipos de ocorrências que podem ser registradas online: ameaça; estelionato; roubo ou furto a estabelecimento comercial; roubo ou furto a residência; roubo ou furto de carga; crimes contra o consumidor.

A relação também pontua os crimes que já admitiam o registro eletrônico da ocorrência: roubo de veículos; furto de veículos; furto de documentos/celular/placa de veículo/bicicleta; perda de documentos/celular/placa de veículo; roubo de documentos/celular/objetos; injúria, calúnia ou difamação; acidente de trânsito sem vítimas; desaparecimento de pessoas; encontro de pessoas; furto de fios/cabos em vias públicas (somente para empresas concessionárias); DEPA - Proteção Animal. No encerramento, a reportagem aponta o clique aqui para acessar a página da Delegacia Eletrônica.

**PONTOS POSITIVOS:** A notícia em publicação segmentada no meio jurídico revela o esforço de gestão para fazer frente aos desafios da pandemia de coronavírus e amplia a interlocução da Delegacia Eletrônica.

**RISCOS À IMAGEM:** Aumento da demanda pode provocar demora no contato com a vítima e gerar reclamação.

2

74  
P

**AÇÕES DE ASSESSORIA DE IMPRENSA:** Entrar em contato remoto com assessoria do Conjur para ampliar a interlocução sobre a Delegacia Eletrônica e estimular novas abordagens sobre o tema.

<b>ANÁLISE DIÁRIA</b>	<b>24/05/2020</b>
<b>Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo</b>	
<b>Pesquisa: Delegacia Eletrônica</b>	
<b>Destaque do dia:</b>	
G1 - Casos de violência doméstica e familiar contra a mulher podem ser denunciados por telefone ou site em Arujá	

### Análise:

Em Arujá, os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher podem ser denunciados às autoridades por meio do telefone ou registrados pelo site das instituições, registra o G1 Mogi das Cruzes e Suzano.

Segundo a Prefeitura, as ocorrências podem ser notificadas à Guarda Civil Municipal (GCM), pelo telefone 153, e à Polícia Militar (PM), discando 190. As vítimas também podem fazer registro na Central de Atendimento à Mulher por meio do número 180 ou na Delegacia Eletrônica, acessando o site da instituição.

As denúncias de estupro devem ser realizadas presencialmente na delegacia de polícia. De acordo com dados de 2018, do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 7,5% das vítimas de violência sexual registram boletins de ocorrência devido a diversos fatores que interferem na decisão de notificar o caso à polícia.

A violência contra mulher pode ser classificada em 5 tipos, segundo a Lei 11.340/2006: violência física: qualquer conduta que ofenda a integridade ou saúde corporal da mulher; violência psicológica: qualquer conduta que cause danos emocionais à mulher, que prejudique seu desenvolvimento ou que vise controlar suas ações, comportamentos; violência sexual: qualquer conduta que constranja a mulher a presenciar, manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, uso da força; violência patrimonial: qualquer conduta que configure retenção, dano ou furto de seus objetos, documentos, bens e valores econômicos; violência moral: qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria contra a mulher.

Informações sobre como registrar ocorrência podem ser acessadas pelo site da Delegacia Eletrônica da Polícia Civil de São Paulo.

2

2

76  
4

**PONTOS POSITIVOS:** A relação da Delegacia Eletrônica entre os canais de denúncia, no início da reportagem, e a orientação sobre como registrar ocorrência de violência doméstica pela internet na Delegacia Eletrônica, no final da matéria.

**RISCOS À IMAGEM:** O noticiário do dia é de prestação de serviços e não apresenta risco à imagem.

**AÇÕES DE ASSESSORIA DE IMPRENSA:** As formas de violência contra a mulher descritas na Lei 11.340/2006 é uma forma de abordagem para reforçar o papel da Delegacia Eletrônica em pautas futuras relacionadas ao tema. Enviar material sobre a DE às assessorias de prefeituras podem ajudar na divulgação da plataforma e nas iniciativas locais de combate à violência doméstica.

2

1

77  
P

<b>ANÁLISE DIÁRIA</b>	<b>26/05/2020</b>
<b>Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo</b>	
<b>Pesquisa: Delegacia Eletrônica</b>	
<b>Destaque do dia:</b>	
Folha Metropolitana - Crimes contra animais também aumentam na quarentena e exigem atenção redobrada	

### **Análise:**

Os crimes contra animais também aumentam na quarentena e exigem atenção redobrada, segundo reportagem da Folha Metropolitana, em Guarulhos. O texto ressalta que autores de crueldades contra animais são potenciais agressores/abusadores de pessoas. É o que explica a chamada “Teoria do Elo”, também conhecida como “Teoria do Link”, apresentada na reportagem, a partir de um estudo americano.

A reportagem aponta um levantamento de Marcelo Robis Francisco Nassaro, autor do livro “Maus-tratos aos Animais e Violência Contra Pessoas”, que demonstra que as mais de 600 pessoas autuadas por maus-tratos a animais pela Polícia Militar Ambiental do Estado de São Paulo, em 2013 e 2014, 34% possuíam registros por outros crimes. Os mais violentos – lesão corporal, homicídio e estupro – representavam 20% do total registrado.

O cenário desenhado pela quarentena tem sido motivo de alerta para o aumento da violência doméstica – aquela praticada no núcleo familiar contra mulheres, idosos, crianças e adolescentes e pessoas com deficiência. Os números assustam. Segundo o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, entre 1 de março e 18 de maio houve crescimento nas denúncias de violência a grupos vulneráveis. O registro foi de 12,1 mil casos no País no período. São Paulo foi o Estado com maior concentração (3,4 mil).

O recorte de violência doméstica sofrida por mulheres no Estado é ainda mais grave. Dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo (SSP-SP) mostram que 20 casos resultaram em feminicídio em março deste ano, uma alta de 53%, na comparação com os 13 registrados no mesmo mês do ano passado.

No que diz respeito a ocorrências de crimes contra cães, gatos e outras espécies de estimação, o aumento foi superior a 10%. Na Delegacia Eletrônica de Proteção Animal (Depa) da SSP-SP, o número de denúncias passou de 4.108 no início de 2019 para 4.524 no mesmo período deste ano.

A reportagem traz o depoimento da médica-veterinária Tália Missen Tremori, que

*2*

*1*

*28*  
*1*



integra a Comissão Técnica de Medicina Veterinária Legal (CTMVL) do Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo (CRMV-SP). Em um de seus trabalhos como orientadora de pesquisa, foram selecionados boletins de ocorrência registrados na Delegacia da Mulher do município de Botucatu. A partir de documentos, entrevistas concedidas pelas vítimas e exames nos animais destas mulheres, a conclusão no recorte regional é alarmante: “Um terço das vítimas confirmou que seus pets sofreram algum tipo de agressão”.

A reportagem aponta o recém-inaugurado Ambulatório de Corpo de Delito e Medicina Veterinária Legal do Hospital Veterinário da Unesp, em Botucatu, que atende casos de animais vivos encaminhados pela Polícia Civil da região, e o Guia Prático Para Avaliação Inicial de Maus-tratos a cães e gatos do CRMV-SP.

Em caso de crimes contra animais, está disponível a Delegacia Eletrônica de Proteção Animal (Depa). Para denúncias de casos de violência doméstica, é possível registrar ocorrências por meio da Delegacia Eletrônica. Para ambos os casos, todas as delegacias de polícia físicas também podem ser procuradas. Em situações de flagrante, a Polícia Militar deve ser acionada pelo 190, finaliza a reportagem.

**PONTOS POSITIVOS:** Citações à Delegacia Eletrônica de Proteção Animal e a Delegacia Eletrônica como meios para denúncias de crimes de violência contra animais e violência doméstica.

**RISCOS À IMAGEM:** Não sistematizar dados que permitam o dimensionamento e a eficiência no atendimento e operação da DEPA.

**AÇÕES DE ASSESSORIA DE IMPRENSA:** Há um conjunto de informações na reportagem que podem subsidiar novas abordagens sobre a importância da DEPA e de toda a Delegacia Eletrônica na Segurança Pública.

2

1

79  
P

<b>ANÁLISE DIÁRIA</b>	<b>27/05/2020</b>
<b>Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo</b>	
<b>Pesquisa: Delegacia Eletrônica</b>	
<b>Destaque do dia:</b>	
IG - Denúncias de maus-tratos contra animais aumentam mais de 10% durante quarentena	

### Análise:

No Canal Pet, do IG, volta a receber destaque a divulgação do Conselho Regional de Medicina Veterinária de São Paulo de dados de denúncias de maus-tratos contra animais, que tiveram aumento superior a 10% se comparados com a mesma data em 2019. A Delegacia Eletrônica de Proteção Animal recebe menção pontual.

A teoria de que os autores de crueldade contra animais são potenciais agressores/abusadores de pessoas também é mencionada na matéria. A Teoria do Elo foi comprovada em um estudo de Tália Missen Tremori, médica veterinária da Comissão Técnica de Medicina Veterinária Legal (CTMVL) do CRMVSP. Segundo Tália, um terço das mulheres vítimas de violência doméstica confirmou que seus pets já haviam sofrido maus-tratos por seus agressores. "Já fiz atendimentos clínicos em que a tutora relatou que seu parceiro foi o autor da agressão contra o animal. Frequentemente, esse cônjuge pratica essa violência como forma de ameaça e agressão psicológica à mulher, o que já configura um contexto de violência doméstica", diz Tália.

O Conselho Regional de Medicina Veterinária de São Paulo disponibilizou um guia online para que os donos possam identificar agressões em seus animais. Se você conhece casos de violência contra pets, pode denunciar à Delegacia Eletrônica de Proteção Animal (Depa) .

**PONTOS POSITIVOS:** Em caso de crimes contra animais, está disponível a Delegacia Eletrônica de Proteção Animal (Depa), aponta a reportagem.

**RISCOS À IMAGEM:** Não sistematizar dados que permitam o dimensionamento e a eficiência no atendimento e operação da DEPA.

**AÇÕES DE ASSESSORIA DE IMPRENSA:** Há um conjunto de informações na reportagem que pode subsidiar novas abordagens sobre a importância da Delegacia Eletrônica de Proteção Animal e de toda a Delegacia Eletrônica na Segurança Pública.

80  
p

Parcerias de comunicação podem ser pensadas junto à assessoria do Conselho de Medicina Veterinária

Handwritten marks: a blue scribble and a red checkmark.

Handwritten marks: the number '91' and a blue scribble.

<b>ANÁLISE DIÁRIA</b>	<b>01/06/2020</b>
<b>Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo</b>	
<b>Pesquisa: Delegacia Eletrônica</b>	
<b>Destaque do dia:</b>	
O Globo - Casos de feminicídio crescem 22,2% no Brasil durante a quarentena para conter novo coronavírus	

### **Análise:**

Os efeitos colaterais da pandemia são múltiplos e ampliam o drama de mulheres em situação de risco na própria casa, aponta reportagem de Maiá Menezes, em O Globo, na plataforma de conteúdo Celina, de temas ligados a mulheres e que homenageia a professora Celina Guimarães Viana, pioneira do voto feminino no Brasil. Delegacia Eletrônica “para mulheres” é apontada como avanço na reportagem.

A reportagem tem como base o estudo “Violência Doméstica durante a pandemia de Covid-19”, em sua segunda edição, feita via Lei de Acesso à Informação, pesquisa que analisou o aumento de denúncias em 12 estados que têm o número 180 como socorro para casos tipificados como feminicídio. O Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a pedido do Banco Mundial, elevou em 22,2% o avanço do número de casos de feminicídio no país em março e abril, que foi de 117 para 143.

Samira Bueno, diretora executiva do Fórum, é entrevistada na reportagem e fala sobre o agravamento dos feminicídios em época da pandemia mais grave do último século. À pergunta de como se evita a expansão do feminicídio nesse período, ela responde e cita a Delegacia Eletrônica. “É a pergunta de um milhão que outros países estão tentando resolver. Espanha e Itália locaram quartos de hotéis para prevenir violência doméstica, uma espécie de casa abrigo. A gente tem casa abrigo em São Paulo para mulheres, que agora estão atendendo pessoas em situação de rua. Temos que encontrar outras soluções para elas. Na Espanha, tinha uma palavra-chave sobre o fato de estar sendo alvo de violência que era dita em farmácias. Havia uma rede de proteção em favor das mulheres no auge da covid. Em São Paulo, foi criada uma Delegacia Eletrônica para mulheres, depois da pandemia. Perceberam que elas não estavam chegando às delegacias. São cinco delegadas. Isso foi em março. Temos que ser capazes de adotar medidas protetivas, porque não temos previsibilidade de quando isso acaba. Não existe vacina, nem medicamento comprovadamente eficaz. A questão é como a gente resgata essas mulheres. Outro ponto é que a gente não tem ideia do que ocorre com as crianças

82  
P

vítimas de violência sexual nesse período. Os professores é que costumam denunciar. Mas estamos sem aulas”.

**PONTOS POSITIVOS:** Declaração da diretora do Fórum Brasileiro de Segurança Pública que destacou a ampliação da Delegacia Eletrônica que passou a acolher os boletins de violência doméstica. Ressaltando ainda a atuação de cinco delegadas responsáveis pelas ocorrências.

**RISCOS À IMAGEM:** Não sistematizar dados que permitam o dimensionamento e a eficiência no atendimento e operação da Delegacia Eletrônica.

**AÇÕES DE ASSESSORIA DE IMPRENSA:** Os dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública podem subsidiar novas matérias e permitir mais espaços de divulgação para a Delegacia Eletrônica.



<b>ANÁLISE DIÁRIA</b>	<b>02/06/2020</b>
<b>Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo</b>	
<b>Pesquisa: Delegacia Eletrônica</b>	
<b>Destaque do dia:</b>	
Agência Brasil - SP: mais de 4 mil policiais estão afastados por suspeita de covid-19	

### **Análise:**

A Delegacia Eletrônica é apontada como recomendação para o registro do boletim de ocorrência via internet, na reportagem de Camila Boehm, da Agência Brasil, que pontua, em cenário sensível para a Secretaria de Segurança Pública, que mais de 4 mil policiais estão afastados no estado de São Paulo por suspeita ou diagnóstico de covid-19. O número corresponde a 3,6% do efetivo, que tem cerca de 113 mil agentes. Até a data, foram 16 agentes mortos pela covid-19, sendo 10 militares e seis civis. A Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (SSP-SP) informou que começou a testagem massiva do efetivo no dia 15 de maio na capital paulista nas três polícias. Até o dia 1º de junho, foram feitos mais de 68 mil testes em policiais que moram ou trabalham na capital e em parentes que vivem com eles.

A reportagem informa que, em caso de resultado positivo do policial ou qualquer um de seus familiares, o agente, mesmo assintomático, é afastado preventivamente, conforme orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS), do Ministério da Saúde e do Comitê de Contingência do Coronavírus. Segundo a SSP-SP, policiais de outras regiões também passarão por exames, mas ainda não há data definida.

De acordo com a SSP-SP, as atividades das três corporações não reduziram. Delegacias, batalhões e atividades de investigação continuam com funcionamento normal, como antes da pandemia. Apesar disso, a recomendação é que os boletins de ocorrência sejam feitos por meio da Delegacia Eletrônica, se possível. Apenas os crimes de homicídio, latrocínio e estupro devem ser registrados pessoalmente nos Distritos Policiais.

A secretaria informou que cerca de R\$ 8 milhões já foram investidos em equipamentos de proteção aos agentes de segurança estaduais. Além disso, as corporações receberam, por meio de doações, mais de 230 mil equipamentos de proteção individual (EPIs), além de produtos de limpeza e higiene, para distribuição aos policiais.

**PONTOS POSITIVOS:** A Delegacia Eletrônica é apontada como recomendação para o registro do boletim de ocorrência via internet. A SSP-SP informou que cerca de R\$

*Handwritten signature*

*Handwritten number 94*

8 milhões já foram investidos em equipamentos de proteção aos agentes de segurança estaduais. As corporações receberam, por meio de doações, mais de 230 mil equipamentos de proteção individual (EPIs), além de produtos de limpeza e higiene, para distribuição aos policiais. Em caso de resultado positivo do policial ou qualquer um de seus familiares, o agente, mesmo assintomático, é afastado preventivamente.

**RISCOS À IMAGEM:** Explosão no número de casos de coronavírus nos efetivos policiais. Não sistematizar dados que permitam o dimensionamento e a eficiência no atendimento e operação da Delegacia Eletrônica.

**AÇÕES DE ASSESSORIA DE IMPRENSA:** Reforçar a divulgação da Delegacia Eletrônica no contexto da pandemia é fundamental para garantir o direito à segurança e à saúde da população e dos policiais. Monitorar os casos de covid vai além da comunicação. A comunicação da Delegacia Eletrônica deve ser em frentes externa e interna na SSP-SP.

<b>ANÁLISE DIÁRIA</b>	<b>09/06/2020</b>
<b>Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo</b>	
<b>Pesquisa: Delegacia Eletrônica</b>	
<b>Destaque do dia:</b>	
Diário de Santa Bárbara d'Oeste - Violência doméstica na pandemia	

### **Análise:**

A violência doméstica na pandemia é tema no impresso Diário de Santa Bárbara d'Oeste, em espaço de opinião, na página dois, da colaboradora do jornal, a advogada Germina Dottori, ex-vereadora e integrante do Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Direitos da Mulher, com citação à Delegacia Eletrônica. Segundo a articulista, há um desconhecimento de que pode ser feito boletim de ocorrência online através de qualquer dispositivo eletrônico na Delegacia Eletrônica.

No texto, ela relata que há um desconhecimento dos mecanismos de proteção e defesa por parte da população e das próprias mulheres vítimas de violência doméstica, no próprio município e o artigo é focado em apresentar canais de denúncia, legislação, garantias e programas de amparo à mulher na cidade de Santa Bárbara, pela internet ou telefone. Segundo Dottori, nas cidades de Americana, Hortolândia, Nova Odessa, Santa Bárbara d'Oeste e Sumaré, uma mulher foi agredida a cada 3,5 horas, no período de 14 de março a 13 de abril, ou seja, sete mulheres eram agredidas diariamente.

Ela diz acreditar “que o número da violência doméstica e contra a mulher seja ainda maior do que o informado em estatísticas, por vários motivos: as denúncias são subnotificadas e pelo fato de existirem várias portas de entradas das denúncias sem gerar dados estatísticos totais da violência doméstica e contra a mulher”, descreve Germina. Cita ainda como exemplo o programa local Anjo da Guarda da mulher, do município de Santa Bárbara D'Oeste, que no período de janeiro até 15 de março de 2020, incluiu 32 mulheres com medidas protetivas. Mas durante o período de 15 de março até 15 de maio, foram 17 medidas protetivas.

Do ponto de vista das políticas públicas de segurança, ela relata ainda que muitos “profissionais das delegacias não estão preparados e/ou capacitados para entender os mecanismos da violência doméstica, prejudicando na elaboração das declarações apontadas no Boletim de Ocorrência, impossibilitando a concessão da Medida protetiva de Urgência na Lei Maria da Penha.

Handwritten signature in blue ink.

Handwritten number 86 in blue ink.

**PONTOS POSITIVOS:** Ainda que a articulista acredite que há um desconhecimento de que pode ser feito boletim ocorrência online através de qualquer dispositivo eletrônico na Delegacia Eletrônica, a citação é positiva e espera-se que contribua com a divulgação dos serviços.

**RISCOS À IMAGEM:** Menção a baixa sistematização dos dados relativos à violência doméstica e contra a mulher. Crítica ao despreparo de delegacias e profissionais para entender os mecanismos da violência doméstica, o que prejudica a elaboração das declarações apontadas nos Boletins de Ocorrência.

**AÇÕES DE ASSESSORIA DE IMPRENSA:** Os números apontados no texto da articulista devem ser checados. Encontrar formas de agregar o papel de entidades de apoio à mulher vítima da violência, das polícias e do e agentes do judiciário, ainda que no campo da comunicação, transmitem maior eficiência na Segurança Pública do Estado. Roteirizar e ilustrar o processo de registro da ocorrência na DE e da apuração segue como recomendável para dar maior transparência e antecipar-se a questionamentos futuros da mídia.

<b>ANÁLISE DIÁRIA</b>	<b>10/06/2020</b>
<b>Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo</b>	
<b>Pesquisa: Delegacia Eletrônica</b>	
<b>Destaque do dia:</b>	
SBNotícias - SP monitora impacto das ações de enfrentamento à covid-19 em metas propostas pela ONU	

**Análise:**

Delegacia Eletrônica é citada entre as medidas tomadas pelo Governo do Estado de São Paulo para enfrentar a pandemia do novo coronavírus e que impactaram positivamente 11 dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela ONU – Organização das Nações Unidas na Agenda 2030, veicula o site do Santa Bárbara Notícias, de Sta Bárbara d’Oeste.

O monitoramento foi realizado de 10 de março a 30 de abril sobre 122 ações publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo pelas Secretarias de Estado e compiladas pelo Comitê Administrativo Extraordinário Covid-19.

O texto da reportagem destaca que outro ODS impactado por apenas uma ação principal, mas correlacionado a outros objetivos de desenvolvimento sustentável, foi o ODS 5 – Igualdade de Gênero, que prevê a eliminação de todas as formas de violência contra as mulheres e meninas. A ação destacada no monitoramento foi a possibilidade de registro online das ocorrências de violência doméstica contra as mulheres, por meio da Delegacia Eletrônica.

**PONTOS POSITIVOS:** A Delegacia Eletrônica é citada entre as medidas tomadas pelo Governo do Estado de São Paulo para enfrentar a pandemia do novo coronavírus e que impactaram positivamente em 11 dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela ONU – Organização das Nações Unidas na Agenda 2030.

**RISCOS À IMAGEM:** Não há risco à imagem na notícia.

**AÇÕES DE ACESSORIA DE IMPRENSA:** A informação do destaque da Delegacia Eletrônica no ODS da ONU pode subsidiar pautas no atendimento à imprensa sobre a importância da iniciativa.

89  
P



<b>ANÁLISE DIÁRIA</b>	<b>19/06/03/2020</b>
<b>Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo</b>	
<b>Pesquisa: Delegacia Eletrônica</b>	
<b>Destaque do dia:</b>	
G1 - Buscas por famílias de pessoas desaparecidas aumentam 75% na cidade de SP durante a pandemia	

### Análise:

O número de solicitações de localização por familiares de pessoas consideradas desaparecidas aumentou em 75% durante a pandemia de coronavírus na capital paulista. Segundo a Divisão de Localização Familiar e Desaparecidos da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), entre os meses de março e maio de 2020, foram registrados 290 pedidos de busca, enquanto no mesmo período de 2019, o número foi de 165. O registro do boletim de ocorrência por desaparecimento pode ser feito online por meio do site da Delegacia Eletrônica da Polícia Civil, explica a reportagem de Beatriz Borges, no G1.

Darko Hunter, diretor técnico da Divisão de Localização Familiar e Desaparecidos da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania de São Paulo, acredita que a procura por famílias ou por desaparecidos será ainda maior no período pós-pandemia devido a portaria publicada no dia 31 de março pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pelo Ministério Público que estabelece procedimentos excepcionais para sepultamento e cremação de corpos.

O documento autoriza, durante a pandemia de coronavírus no Brasil, o sepultamento e a cremação de pessoas sem a necessidade de um atestado de óbito registrado em cartório, mesmo em casos em que há ausência de familiares.

"A preocupação maior no caso da pandemia será a pós-pandemia. No caso, o Conselho Nacional de Justiça criou um novo protocolo para identificação. Antes da pandemia, quando não havia registro de causas naturais feito pelo médico no hospital, o corpo ia passar pelo registro e depois seguia para o sepultamento. Com a pandemia esse protocolo muda, então, a pessoa faleceu no hospital por covid-19, ou por outra razão, o corpo já é encaminhado para o sepultamento. A minha preocupação é se essas informações estão sendo computadas, se essas informações estão sendo armazenadas conforme estabelece o Conselho Nacional de Justiça", ressalta Darko.

O Estado de São Paulo registrou na quinta-feira (18) 325 mortes por coronavírus confirmadas nas últimas 24h, segundo dados da Secretaria Estadual da Saúde. Desde o início

da pandemia, São Paulo teve 11.846 mortes pela doença. Na quinta, a taxa de ocupação de leitos de UTI caiu para 71,3% na Grande São Paulo e 67% no estado. Já o número de pacientes internados com suspeita ou confirmação de covid-19 subiu para 14.041. Desses, são 5.421 em UTI e 8.620 em enfermaria, finaliza o texto.

**PONTOS POSITIVOS:** A reportagem menciona registro do boletim de ocorrência por desaparecimento pode ser feito online por meio do site da Delegacia Eletrônica da Polícia Civil.

**RISCOS À IMAGEM:** Com a mudança dos protocolos de sepultamento na pandemia, desencontros nos dados de desaparecidos podem provocar questionamentos da mídia.

**AÇÕES DE ASSESSORIA DE IMPRENSA:** O tema “pessoas desaparecidas” merece releases para reforçar o trabalho da Delegacia Eletrônica e desmistificar mitos de que a pessoa deve esperar 24 horas para comunicar o fato. Treinar porta-vozes para orientação e informações gerais humaniza a comunicação.

<b>ANÁLISE DIÁRIA</b>	<b>24/06/2020</b>
<b>Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo</b>	
<b>Pesquisa: Delegacia Eletrônica</b>	
<b>Destaques do dia:</b>	
Metrópoles -Assessor acusa Ana Paula de homofobia e registra boletim contra ex-atleta	
JCNet - Ana Paula diz que desconhece acusação de homofobia	

### Análise:

Menção à Delegacia Eletrônica, na editoria de Esportes do Metrôpoles, Brasília, na notícia de que o assessor de imprensa Alexandre Alvim, 33 anos, registrou um boletim de ocorrência contra a ex-jogadora de vôlei Ana Paula Henkel, 48 anos. Ele acusa a ex-atleta de homofobia, informa o repórter Samir Melo. No JCNet, de Bauru, também na editoria de Esportes, a ex-jogadora de vôlei Ana Paula Henkel disse que não sabe do que se trata a acusação do assessor de imprensa Alexandre Alvim, de que ela teria feito uma ofensa homofóbica contra ele.

Em nota, a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo informou que o caso foi registrado como injúria na Delegacia Eletrônica e encaminhado para a Delegacia de Atibaia, no Interior paulista, onde mora Alvim. "A vítima foi orientada quanto ao prazo para representação do crime", disse a SSP-SP, nas duas reportagens.

Segundo Alvim, Ana Paula mandou uma mensagem para ele pelo Instagram no domingo, o chamando de bicha e brega, descreve o Metrôpoles. Em entrevista na quarta-feira (24) ao programa Pânico, da rádio Jovem Pan, a ex-atleta afirmou que é atacada toda semana no Brasil por ser conservadora e "remar contra a corrente", relata o JCNet.

"Muita gente me criticou por expor a situação por ela ser uma conservadora, dizendo que estou dando mais espaço para ela, mas acho que a comunidade LGBTQ+ já ficou calada muito tempo, chegou a hora de expor quando a gente é ofendido, por isso decidi fazer o B.O. e também por uma questão de proteção", afirmou Alvim no JC Net.

**PONTOS POSITIVOS:** Nota objetiva da SSP-SP que informou que o caso foi registrado como injúria na Delegacia Eletrônica e encaminhado para a Delegacia de Atibaia, no Interior paulista, onde mora Alvim. "A vítima foi orientada quanto ao prazo para representação do crime", disse a SSP, nas duas reportagens.

**RISCOS À IMAGEM:** Não há risco à imagem no noticiário do dia.

*Handwritten mark*

*Handwritten mark*

*Handwritten mark*

**AÇÕES DE ASSESSORIA DE IMPRENSA:** Notas curtas e objetivas da SSP-SP - a exemplo da apresentada nas matérias - devem nortear solicitações em pautas semelhantes.

<b>ANÁLISE DIÁRIA</b>	<b>26/06/2020</b>
<b>Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo</b>	
<b>Pesquisa: Delegacia Eletrônica</b>	
<b>Destaques do dia:</b>	
Diário de Penápolis - Internet: Delegacia Eletrônica registra casos de violência doméstica	

### **Análise:**

Desde abril, já é possível registrar casos de violência doméstica e familiar contra a mulher pela internet, por meio da Delegacia Eletrônica. O atendimento digital da Polícia Civil do Estado de São Paulo foi ampliado e agora, além de fazer o boletim de ocorrência online, as vítimas desse tipo de violência também podem solicitar medidas protetivas sem sair de casa, informa o site do Diário de Penápolis com crédito às informações do “Portal do Governo de SP” e à ilustração da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo sobre o passo a passo no uso da Delegacia Eletrônica.

O texto explica que para facilitar o acesso à ferramenta e orientar as mulheres, a instituição elaborou um manual virtual com o passo a passo para comunicar crimes dessa natureza à Polícia e esclarece quais os tipos de violência doméstica (física, psicológica, sexual, patrimonial e moral), quando e como eles acontecem. Muitas vezes, as vítimas não sabem que certos hábitos e atitudes de seus companheiros configuram crimes e que elas podem pedir ajuda à Polícia”, explica a coordenadora das Delegacias de Polícia de Defesa Da Mulher do Estado, Jamila Jorge Ferrari.

O manual também detalha todas as etapas para o registro do boletim de ocorrência eletrônico. Com a ampliação do sistema, a Delegacia Eletrônica também permite o envio de fotos do agressor, de ferimentos causados por ele ou mensagens enviadas. No fim de todas as etapas, a vítima tem acesso ao boletim de ocorrência e declara se tudo está de acordo com o informado. Com tudo finalizado corretamente, ela recebe um protocolo de registro e é contatada pela Polícia Civil se necessário.

Criada no ano 2000, a Delegacia Eletrônica tem como objetivo incentivar e facilitar o registro de ocorrência pela população e, desde então, mais de 11 milhões de boletins já foram registrados pela plataforma.

Inicialmente, a ferramenta permitia o registro de ocorrências de naturezas específicas, o que mudou desde o mês de março, quando o sistema foi ampliado, possibilitando a

97  
4



comunicação de outros tipos de casos. No início de abril, outra melhoria incluiu na plataforma os registros de violência doméstica.

As iniciativas, que já estavam sendo estudadas para implementação, especialmente para combater a subnotificação, foram antecipadas para atender às recomendações das autoridades de saúde no combate à covid-19, evitando a aglomeração de pessoas nas unidades policiais. O serviço é mais uma ferramenta disponibilizada para proteger as mulheres. O atendimento presencial prossegue normalmente nas 134 Delegacias de Defesa da Mulher (DDMs) do Estado, mas agora as vítimas desse tipo de crime têm a opção digital para buscar ajuda e se defender dos agressores.

**PONTOS POSITIVOS:** Informações do Portal do Governo de SP e ilustração da Escola Superior do Ministério Público de São Paulo sobre o passo a passo no uso da Delegacia Eletrônica.

**RISCOS À IMAGEM:** Não há risco.

**AÇÕES DE ASSESSORIA DE IMPRENSA:** Reforço na iniciativa da produção de releases, artes gráficas, áudios e vídeos que aprofundem o conhecimento dos serviços da Delegacia Eletrônica.

2

8

54  
P

<b>ANÁLISE DIÁRIA</b>	<b>29/06/2020</b>
<b>Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo</b>	
<b>Pesquisa: Delegacia Eletrônica</b>	
<b>Destaques do dia:</b>	
Folha de S. Paulo – Abandono de animais se multiplica na pandemia e atinge até cavalos e coelhos	
Gaúcha ZH - Abandono de animais se multiplica na pandemia e atinge até cavalos e coelhos	

### **Análise:**

A reportagem aponta o crescente abandono de bichos por desemprego, quarentena e medo da covid-19. Não existem dados oficiais sobre o abandono de animais no Brasil, mas ONGs e instituições ouvidas pela Folha têm registros parecidos durante a pandemia e apontam para um aumento de até seis vezes no número de abandonos.

Voluntários não dão conta de pedidos de ajuda e de denúncias, embora tenha crescido o número de adoções, informa o texto de Diego Garcia, distribuído pela FolhaPress, que repercute no Gaúcha Zero Hora. Em São Paulo, a Secretaria de Segurança Pública criou a Delegacia Eletrônica de Proteção Animal (Depa), em 2016, que possibilita à população denunciar atos dessa natureza pela internet. Nos quatro primeiros meses de 2020 foram registradas 4.524 denúncias, 10,1% a mais do que as 4.108 denúncias do mesmo período do ano passado, aponta a matéria.

Segundo o Instituto Pet Brasil (IPB), a população pet no Brasil é de cerca de 140 milhões de animais, entre cães, gatos, peixes, aves e répteis e pequenos mamíferos. A maioria é de cachorros, com 54,2 milhões de bichos, e gatos, com 23,9 milhões). Desses, 3.9 milhões - 2,7 milhões de cães e 1,2 milhões de gatos - estão em condição de vulnerabilidade, vivendo sob tutela de famílias abaixo da linha de pobreza ou nas ruas, mas recebendo cuidados de pessoas.

Em São Paulo, são aproximadamente 52 mil bichos vulneráveis acolhidos por 120 ONGs - é o estado brasileiro com o maior registro de instituições do tipo. "Esses números classificam São Paulo como o estado que mais possui animais em condição de vulnerabilidade no Brasil, concentrando 30% das organizações que acolhem pets. Em São Paulo existem mais ONGs do que nas Regiões Norte e Nordeste somadas", disse Nelo Marraccini, presidente do IPB.

2

9

95  
P

De acordo com números do IPB, o crescimento na adoção de bichos havia superado os 50% no primeiro trimestre, antes da pandemia. Segundo o IBGE, o Brasil tem 28,8 milhões de domicílios com algum cachorro, o que representa 44% do total de domicílios, e outros 11,5 milhões com algum gato. Os dados ainda apontam que o Brasil vacina 75% da população animal.

**PONTOS POSITIVOS:** A menção à Secretaria de Segurança Pública que criou a Delegacia Eletrônica de Proteção Animal (Depa), em 2016, que possibilita à população denunciar atos dessa natureza pela internet. Nos quatro primeiros meses de 2020 foram registradas 4.524 denúncias, 10,1% a mais do que as 4.108 denúncias do mesmo período do ano passado.

**RISCOS À IMAGEM:** Como apontado pelas próprias ONGs, que não dão conta dos pedidos de ajuda e de denúncias, o aumento nos registros dos Boletins de Ocorrência pode demonstrar descompasso no dimensionamento dos quadros de atendimento e investigação, trazendo repercussão na mídia.

**AÇÕES DE ASSESSORIA DE IMPRENSA:** Material de apoio com informações sobre o número de atendimentos da DEPA são fundamentais no contato com a mídia. O tema deve manter a aderência na mídia. Tabular dados, preparar notas técnicas e preparar porta-vozes para reportagens especiais. Treinar porta-vozes continua como recomendação.

<b>ANÁLISE DIÁRIA</b>	<b>06/07/2020</b>
<b>Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo</b>	
<b>Pesquisa: Delegacia Eletrônica</b>	
<b>Destaque do dia:</b>	
G1 - Jogador de 'Valorant' sofre ataque racista durante partida	

### **Análise:**

Um jogador do "Valorant" sofreu ataques racistas durante uma partida no domingo (5), informa o G1, na editoria Pop & Arte, Games. O engenheiro de software Guilherme Assemany, de 27 anos, jogava online quando sofreu injúrias de outro jogador. Segundo Assemany, ele fez um boletim de ocorrência pela Delegacia Eletrônica da Polícia Civil de São Paulo e também reportou o jogador dentro da plataforma, mas recebeu resposta automática e teve a reclamação marcada como resolvida.

"Assim que terminou a partida, reportei o jogador utilizando a ferramenta dentro do jogo, saí do jogo e fiz um report também na plataforma de suporte no site. Porém, nessa plataforma, os reports parecem estar sendo respondidos de forma automática. O ticket é fechado automaticamente. Fiz isso duas vezes e o texto de resposta deles é o mesmo", disse.

A mensagem automática que o jogador recebeu em resposta à acusação feita no canal de suporte diz que a empresa não pode revelar quais medidas serão tomadas por "questões de privacidade". Assemany disse que pretende procurar uma delegacia especializada em crimes cibernéticos nesta semana.

De acordo com a Riot Games, desenvolvedora do jogo, um código de conduta foi publicado no site da empresa no dia do lançamento do game, em 2 de junho, com regras e ações contra assédio e injúrias. Entre elas, estão a detecção automática de palavras-chave, análise de chats para identificação de violações e restrições de 72 horas ao chat de equipe por violações de comportamento.

A desenvolvedora disse que está, ainda, "estudando novas maneiras de atender denúncias de jogadores". Para casos reportados, como o de Assemany, uma equipe fica responsável por analisar e adotar medidas disciplinares, como banimentos temporários, suspensão ou encerramento e exclusão da conta. A empresa, no entanto, não comentou esse caso especificamente.

**PONTOS POSITIVOS:** Menção ao boletim de ocorrência pela Delegacia Eletrônica da Polícia Civil de São Paulo.

**RISCOS À IMAGEM:** O noticiário não traz risco.

**AÇÕES DE ASSESSORIA DE IMPRENSA:** Levantamento e acompanhamento do caso e enviar nota ao G1 sobre como a ocorrência será desenvolvida na Delegacia Eletrônica.

Handwritten marks: a blue scribble and a red mark.

Handwritten initials: "SP" and "P".



<b>ANÁLISE DIÁRIA</b>	<b>08/07/2020</b>
<b>Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo</b>	
<b>Pesquisa: Delegacia Eletrônica</b>	
<b>Destaques do dia:</b>	
G1 - Polícia de Mogi das Cruzes prende suspeito de criar cobras ilegalmente e usá-las para atacar animais em vídeos para internet	
BOL - Homem é suspeito de criar cobras ilegalmente para atacar animais em vídeos	

### Análise:

Denúncia feita através da Delegacia Eletrônica de Proteção Animal (Depa) levou à detenção de um homem de 21 anos, em Mogi das Cruzes (SP), suspeito de criar cobras ilegalmente e usá-las para atacar outros animais, para a produção de vídeos para postagens na internet, destaca o G1 Mogi das Cruzes e Suzano, em reportagem de Aniele Santos e Patrícia Leal, do Diário TV 1ª Edição, e no BOL, em texto de Simone Machado, do UOL. Três cobras de espécies venenosas foram apreendidas no apartamento dele, no bairro do Rodeio. O homem não teve a identidade divulgada pela polícia. De acordo com a Polícia Civil, foi feito um Boletim de Ocorrência. O homem foi ouvido e liberado em seguida e vai responder em liberdade por praticar ato de abuso a animais, incitação ao crime, matar espécie da fauna silvestre e perigo para a vida ou saúde de outro.

"Nós recebemos uma denúncia através da Depa, que é uma delegacia na internet para que a população denuncie maus-tratos aos animais. Ele postava vídeo de uma das cascavéis atacando um porquinho-da-índia de uma forma cruel. [A cobra] mordendo e ele agonizando até a morte", descreve o chefe dos investigadores do 1º Distrito Policial, Luís Roberto Burg de Mello, no G1.

O caso será enviado para a Polícia Ambiental que deverá aplicar multa ao suspeito. As cobras foram recolhidas e passaram por exames. Elas serão encaminhadas para o Instituto Butantan, informa o BOL.

**PONTOS POSITIVOS:** A denúncia foi recebida pela Depa e gerou a identificação do suspeito e resgate dos animais.

**RISCOS À IMAGEM:** Não há risco à imagem no noticiário.

**AÇÕES DE APOIO À IMPRENSA:** Casos como o focalizado na reportagem despertam atenção e curiosidade pública e veiculação na mídia. Enviar ao

2

1

99

mailing de jornalistas nota curta sobre a Depa e texto explicativo sobre a Delegacia Eletrônica ajuda a complementar novas abordagens do caso na mídia.

<b>ANÁLISE DIÁRIA</b>	<b>10/07/2020</b>
<b>Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo</b>	
<b>Pesquisa: Delegacia Eletrônica</b>	
<b>Destaque do dia:</b>	
Jovem Pan OL - Cobras criadas em cativeiro levam à prisão em São Paulo	

**Análise:**

Volta a receber destaque na mídia o caso do jovem Charlie Venom, de 21 anos, que cria cobras ilegalmente há pelo menos quatro anos, no site da Jovem Pan.

As investigações começaram há 20 dias, depois que os policiais receberam uma denúncia de maus-tratos, feita pela Delegacia Eletrônica de Proteção Animal. O homem foi ouvido e liberado e agora vai responder em liberdade por praticar ato de abuso a animais, incitação ao crime, matar espécie da fauna silvestre e perigo para a vida ou saúde do outro, registra a reportagem.

**PONTOS POSITIVOS:** O registro na reportagem de que as investigações começaram há 20 dias, depois que os policiais receberam uma denúncia de maus-tratos, feita pela Delegacia Eletrônica de Proteção Animal.

**RISCOS À IMAGEM:** Não há risco à imagem no noticiário.

**AÇÕES DE ASSESSORIA DE IMPRENSA:** Casos como o focalizado na reportagem seguem despertando atenção e curiosidade pública e veiculação na mídia. Enviar ao mailing de jornalistas nota curta sobre a Depa e texto explicativo sobre a Delegacia Eletrônica pode complementar novas abordagens do caso na mídia.

2

1

101

<b>ANÁLISE DIÁRIA</b>	<b>12/07/2020</b>
<b>Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo</b>	
<b>Pesquisa: Delegacia Eletrônica</b>	
<b>Destaque do dia:</b>	
G1 - PM é flagrado invadindo casa e dando tapa no rosto de morador em SP; veja	

### **Análise:**

Menção à Delegacia Eletrônica no caso de um jovem de 21 anos que foi agredido por um policial militar no quintal de uma residência no bairro Melvi, em Praia Grande, no litoral de São Paulo. O G1 teve acesso a imagens da agressão no domingo (12), registradas por familiares da vítima, que mostram o rapaz sendo empurrado pelo PM para dentro da garagem e levando tapas, informa a reportagem de Vanessa Ortiz, do G1 Santos.

A mãe do jovem afirma que os policiais quebraram o portão da casa dela aos chutes. Dois dias depois da agressão, ela resolveu registrar o caso pela Delegacia Eletrônica. “Ele não tem o direito de entrar na minha casa. Se uma coisa aconteceu lá na rua, ele não pode invadir a casa de ninguém. Meu filho é trabalhador, não tem nenhum vagabundo aqui”, alega indignada.

Em nota, a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo (SSP-SP) informou que a Polícia Militar abriu um Inquérito Policial Militar (IPM) para identificar o PM que aparece no vídeo e apurar sua conduta. O caso foi registrado na Delegacia Eletrônica como abuso de autoridade e encaminhado ao 2º Departamento Policial de Praia Grande, que também investiga os fatos. A pasta ainda reiterou que não compactua com qualquer desvio de conduta e defende a responsabilização do autor, comprovadas as denúncias.

**PONTOS POSITIVOS:** A Delegacia Eletrônica é mencionada como canal de apresentação da denúncia. A nota da SSP-SP empenhada em não compactuar com qualquer desvio de conduta e defender a responsabilização do autor, caso sejam comprovadas as denúncias.

**RISCOS À IMAGEM:** Noticiário sensível. Mas a nota de posicionamento da SSP-SP ajuda a amenizar o impacto sobre a imagem da Secretaria.

**AÇÕES DE ASSESSORIA DE IMPRENSA:** Notas como a apresentada na reportagem devem servir como exemplo para situações semelhantes.

2

102

<b>ANÁLISE DIÁRIA</b>	<b>16/07/2020</b>
<b>Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo</b>	
<b>Pesquisa: Delegacia Eletrônica</b>	
<b>Destaque do dia:</b>	
TV Jaguari OL – Delegacia Virtual está agora no site da Tv Jaguari para auxiliar a todos	

**Análise:**

No site da TV Jaguari/Gazeta de Cosmópolis, a notícia de que um novo botão que representa uma Delegacia Eletrônica, com o link oficial da Polícia Civil do Estado de São Paulo, foi incluído na barra lateral do site da tevê para ajudar o cosmopolense a registrar o boletim de ocorrência de forma rápida e segura, informa o texto.

A reportagem informa os tipos de ocorrência que podem ser registradas e as restrições, nos casos de estupro, homicídio e latrocínio.

Ao final da reportagem, com o subtítulo Aviso importante da Secretaria de Segurança do Estado de São Paulo, é esclarecido que a Delegacia Eletrônica está disponível apenas para registros de ocorrências no Estado de São Paulo, as investigações dos B.Os são realizadas pelas delegacias de polícias das áreas ou municípios onde ocorreram os fatos e a advertência de que falsidade ideológica e falsa comunicação de crime também configuram crimes. O texto com os avisos lembra ainda que a DE não envia e-mails para cumprimento de intimações nem para pedir atualização de dados cadastrais. Caso receba alguma mensagem com esse teor, não acesse nenhum link, marque o remetente como spam e apague o e-mail, registra o texto.

**PONTOS POSITIVOS:** A matéria valoriza a iniciativa da Delegacia Eletrônica e o site disponibiliza um link direto da DE.

**RISCOS À IMAGEM:** Não há risco à imagem no noticiário do dia.

**AÇÕES DE ASSESSORIA DE IMPRENSA:** A assessoria de imprensa pode disponibilizar um ícone da DE ou até mesmo uma nova identidade visual para a DE que pode abrir espaços em diversos sites e de comunicação geral.

2

103



<b>ANÁLISE DIÁRIA</b>	<b>17/07/2020</b>
<b>Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo</b>	
<b>Pesquisa: Delegacia Eletrônica</b>	
<b>Destaques do dia:</b>	
Veja Saúde - Crimes contra animais aumentam na quarentena	
Gazeta de Cosmópolis - Delegacia Virtual está agora no site da Tv Jaguari para auxiliar a todos	

### **Análise:**

O site Veja Saúde destaca no primeiro parágrafo da reportagem que a Delegacia Eletrônica de Proteção Animal (Depa) do Estado de São Paulo registrou um crescimento de aproximadamente 10% nas denúncias de crimes contra animais ao comparar o início de 2019 com o mesmo período deste ano. Um dos fatores por trás do triste dado é o maior tempo de permanência das pessoas dentro de casa, medida incentivada para aplacar a disseminação do coronavírus, relata a reportagem de Thaís Manarini. Na edição impressa da Gazeta de Cosmópolis, a notícia de que um novo botão que representa a Delegacia Eletrônica, com o link oficial da Polícia Civil do Estado de São Paulo, foi incluído na barra lateral do site da tevê volta a receber destaque.

Na matéria da Veja sobre crimes contra os animais, a veterinária Tália Tremori, do Conselho Regional de Medicina Veterinária de São Paulo (CRMV-SP), lembra que, em um lar violento, os bichos estão em situação de extrema vulnerabilidade. “Eles não falam. Se nós não os protegemos, podem ficar esquecidos”, diz. Atitudes agressivas colocam em risco a saúde física e mental do pet — e da família inteira. “Quem machuca um animal é um potencial agressor de mulheres, crianças e idosos”, alerta Tália.

Ilustração com o passo a passo da denúncia é apresentada na página. No ícone Procure Ajuda chama a atenção uma informação: “Para prestar queixa, busque a polícia comum ou ambiental. Em certas cidades dá para denunciar online”.

A reportagem da Gazeta Cosmopolense informa os tipos de ocorrência que podem ser registrados na Delegacia Eletrônica e as restrições, nos casos de estupro, homicídio e latrocínio.

Ao final da reportagem, com o subtítulo Aviso importante da Secretaria de Segurança do Estado de São Paulo, é esclarecido que a DE está disponível apenas para registros de ocorrências no Estado de São Paulo, que as investigações dos B.Os são realizadas pelas delegacias de polícias das áreas ou municípios onde ocorreram os fatos e a advertência de que

*2*

*1*

*104*  
*1*

falsidade ideológica e falsa comunicação de crime também configuram crimes. O texto com os avisos lembra ainda que a DE não envia e-mails para cumprimento de intimações nem para pedir atualização de dados cadastrais. Caso receba alguma mensagem com esse teor, não acesse nenhum link, marque o remetente como spam e apague o e-mail, registra o texto.

**PONTOS POSITIVOS:** Na Veja Saúde, o primeiro parágrafo é dedicado à Depa e seus números de atendimento. Na Gazeta, a matéria valoriza a iniciativa da Delegacia Eletrônica e o site disponibiliza um link direto da DE.

**RISCOS À IMAGEM:** Não há risco à imagem, no noticiário do dia.

**AÇÕES DE ASSESSORIA DE IMPRENSA:** Ação estadual da Depa bem como de toda a Delegacia Eletrônica merece reforço junto à mídia e à sociedade. Esforços tecnológicos e de inteligência policial podem gerar pautas no combate à violência e à pandemia. Ilustrações e passo a passo devem acompanhar os releases. Formatos tutoriais em áudio e vídeo devem ser considerados. A assessoria de imprensa pode disponibilizar um ícone da DE ou até mesmo uma nova identidade visual que pode abrir espaços em diversos sites e de comunicação geral.

2

105

105  
p

<b>ANÁLISE DIÁRIA</b>	<b>18/07/2020</b>
<b>Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo</b>	
<b>Pesquisa: Delegacia Eletrônica</b>	
<b>Destaque do dia:</b>	
O Eco - Delegacia Eletrônica é alternativa durante pandemia	

### **Análise:**

Criada para facilitar o registro de boletins de ocorrência, principalmente durante a pandemia do novo coronavírus, a Delegacia Eletrônica, disponível no site da Secretaria de Segurança Pública (SSP) do Governo do Estado de São Paulo possibilita à população o registro de 13 tipos de ocorrência, informa o site O Eco, de Lençóis Paulista.

Podem ser registrados casos de furto e roubo, perda de documentos, celulares e placas de veículos, injúria, difamação, calúnia, desaparecimento e encontro de pessoas, acidente de trânsito sem vítima e denúncias de violência doméstica. O site possui um manual com passo a passo para que vítimas possam denunciar e solicitar medidas protetivas pela internet, esclarece o texto publicado.

Para quem presenciar ou tomar conhecimento de casos envolvendo animais, também é possível registrar ocorrências através do Depa (Delegacia Eletrônica de Proteção Animal). No site da SSP-SP, a ocorrência online só não pode ser registrada nos casos de estupro, homicídio e latrocínio (roubo seguido de morte). Nesses casos, o cidadão precisa procurar a delegacia mais próxima e registrar a ocorrência pessoalmente.

O registro da ocorrência pela web depende do preenchimento correto de um formulário disponível no site da Delegacia Eletrônica. Além de informações pessoais da vítima, são pedidos dados como local onde o crime aconteceu e características de um possível autor.

Em alguns casos, como roubos e furtos, um policial da Delegacia Eletrônica analisará o caso e entrará em contato com a vítima por telefone para checar algum dado ou colher mais informações. Ele será responsável por aprovar ou reprovar o Boletim de Ocorrência. É possível acompanhar o andamento do pedido e ainda complementar, caso cheque alguma nova informação sobre o caso.

Uma vez aprovado, o boletim será encaminhado ao Distrito Policial da área onde ocorreu o crime, que o investigará. Nos casos de roubo, a vítima será orientada a comparecer à unidade policial indicada no prazo de cinco dias úteis após a aprovação do boletim. Este serviço

*2*

*106*

*106*

está disponível apenas para o registro de fatos ocorridos no Estado de São Paulo, finaliza a reportagem.

**PONTOS POSITIVOS:** A reportagem esclarece que a Delegacia Eletrônica, disponível no site da Secretaria de Segurança Pública do Governo do Estado de São Paulo, possibilita à população o registro de 13 tipos de ocorrência. O site possui um manual com passo a passo para que vítimas possam denunciar e solicitar medidas protetivas pela internet, esclarece o

**RISCOS À IMAGEM:** Não há risco à imagem, noticiário de prestação de serviços.

**AÇÕES DE ASSESSORIA DE IMPRENSA:** Informações completas sobre a DE e as possibilidades de registros de BO devem seguir como foco de divulgação. Elaborar material geral sobre a DE, destacando cada um dos 13 tipos de ocorrência pode gerar um número maior de reportagens sobre a DE. Esforços tecnológicos e de inteligência policial podem gerar pautas no combate à violência e à pandemia. Ilustrações e passo a passo devem acompanhar os releases. Importante avaliar a produção de tutoriais em áudio e vídeo.

2

7

127  
p

<b>ANÁLISE DIÁRIA</b>	<b>20/07/2020</b>
<b>Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo</b>	
<b>Pesquisa: Delegacia Eletrônica</b>	
<b>Destaques do dia:</b>	
Veja Saúde - Crimes contra animais aumentam na quarentena	
Revista Reação - Em meio à pandemia, cresce novamente o número de denúncias de violência contra pessoas com deficiência	

### **Análise:**

Nas páginas da revista impressa Veja Saúde e no site da Reação, Revista Nacional de Reabilitação, reportagens sobre o aumento de crimes e denúncias de crimes e maus-tratos em pessoas com deficiência e pequenos animais. Na Veja Saúde, a Depa abre a matéria. Na Reação, a Delegacia Eletrônica é citada no final da matéria junto aos canais de Denúncia com o link de acesso e a informação de que a denúncia pode ser feita no campo ‘Outras Ocorrências’.

Na revista impressa Veja Saúde, a reportagem de Thaís Manarini, a mesma veiculada na edição online dia 17 deste mês, abre com as informações de que a Delegacia Eletrônica de Proteção Animal (Depa) do Estado de São Paulo registrou um crescimento de aproximadamente 10% nas denúncias de crimes contra animais ao comparar o início de 2019 com o mesmo período deste ano.

No site da Reação, levantamento do Centro de Apoio Técnico (CAT) da 1ª Delegacia de Polícia da Pessoa com Deficiência, em São Paulo, revela que o número de atendimentos, que havia caído de 136 em janeiro para 30 em abril, voltou a subir, assim como o montante de Boletins de Ocorrência. Segundo o documento, em maio, foram 109 pessoas atendidas, presencial ou remotamente. Em junho, foram 134. Em relação aos Boletins de Ocorrência, foram registrados 12 em abril, 10 em maio e 17 em junho. A Delegacia Eletrônica é citada no final da matéria junto aos canais de Denúncia com o link de acesso e a informação de que a denúncia pode ser feita no campo ‘Outras Ocorrências’.

Para Cleyton Borges, supervisor do Centro de Apoio Técnico (CAT) — que é gerido pelo Instituto Jô Clemente (antiga Apae de São Paulo) —, esses números refletem um cenário preocupante. Este mês, o Instituto Jô Clemente, em parceria com o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente (FUMCAD), lançou uma campanha nas redes sociais para informar a população sobre a importância de denunciar a violência contra pessoas com deficiência.

2

109



Em 2019, o Disque Direitos Humanos (Disque 100), coordenado pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, registrou 12,9 mil denúncias de violências praticadas a pessoas com deficiência em todo o país. Esse número representa um aumento de 9% em relação ao ano anterior.

Para a titular da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo, Célia Leão, “o trabalho conjunto da 1ª Delegacia de Polícia da Pessoa com Deficiência, busca conter essa violência com ações concretas, como o novo ‘Programa Todas in-Rede’ no combate à violência contra a mulher com Deficiência e o CAT com profissionais capacitados para acompanhar de perto os casos que requerem maior atenção”.

**PONTOS POSITIVOS:** Na Veja SP, o primeiro parágrafo é dedicado à Depa e seus números de atendimento. Na Reação, a menção à Delegacia Eletrônica entre os canais de denúncia.

**RISCOS À IMAGEM:** Na Reação, o trecho que apresenta o campo outras ocorrências para registrar casos de violência a pessoas com deficiência pode gerar questionamentos da mídia.

**AÇÕES DE ASSESSORIA DE IMPRENSA:** Embora não seja apenas uma decisão de comunicação, o campo do site identificado como “outras ocorrências” para registrar casos de violência a pessoas com deficiência pode ter uma comunicação melhorada, um posicionamento no site que facilite sua visualização com um ícone específico. Ação estadual da Delegacia Eletrônica como amplo canal de denúncia para crimes merece reforço junto à mídia e à sociedade. Esforços tecnológicos e de inteligência policial podem gerar pautas no combate à violência e à pandemia. Ilustrações e passo a passo devem acompanhar os releases. Formatos tutoriais em áudio e vídeo devem ser considerados.

2

109

109

<b>ANÁLISE DIÁRIA</b>	<b>03/08/2020</b>
<b>Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo</b>	
<b>Pesquisa: Delegacia Eletrônica</b>	
<b>Destaque do dia:</b>	
G1 - Estado de SP registra 62 casos de violência doméstica por dia pela internet durante quarentena	

### Análise:

Na editoria São Paulo do G1, reportagem informa que o Estado de São Paulo contabilizou 5.559 boletins de ocorrência de violência doméstica feitos pela internet entre abril e junho deste ano. Isso representa uma média de 62 registros por dia, ou um a cada 23 minutos no período, em matéria assinada por Isabela Leite e Léo Arcoverde. Os dados são da Polícia Civil paulista obtidos com exclusividade pela GloboNews, que tem o vídeo com a reportagem de Isabela Leite veiculado na página do G1.

A Delegacia Eletrônica, sistema que permite o registro de boletins de ocorrência pela internet, foi criada em São Paulo em 2000 e vem sendo remodelada desde então. O registro de casos de violência doméstica é permitido desde 3 de abril de 2020. A mudança de procedimento foi feita para ajudar vítimas que, por causa do isolamento decorrente da pandemia do coronavírus, não conseguem sair de casa para registrar queixa contra o agressor. O estado de São Paulo vive desde 24 de março sob quarentena, informa a reportagem.

De acordo com a Polícia Civil, mensalmente, de abril a junho, os registros de violência doméstica feitos pela internet variaram de 1.510 a 2.050.

De acordo com a Delegada Jamila Jorge Ferrari, diretora das Delegacias de Defesa da Mulher, os registros pela internet representaram 19% (ou seja, praticamente 1 em cada 5) de todos os 29.117 boletins de ocorrência de violência doméstica contabilizados entre abril e junho, informa a matéria. No vídeo da Globo News, veiculado na mesma página da reportagem do G1, a Delegada Jamila ressalta a importância da ferramenta ao permitir a denúncia mesmo com o isolamento.

Outro fato relacionado aos casos de violência contra a mulher durante a quarentena é a retomada do crescimento dos pedidos de medidas protetivas de urgência feitos pela Polícia Civil, aponta a reportagem. Trata-se das solicitações feitas por delegadas ou delegados à Justiça para que uma série de medidas contra os agressores sejam determinadas pelo Judiciário.

*2*

*5*

*110*

De acordo com a Polícia Civil, em abril deste ano, os pedidos de medidas protetivas pela Polícia Civil caíram 32% em comparação com abril de 2019. Especialistas viram isso como um efeito da dificuldade das mulheres em encaminhar queixas de violência em razão do confinamento. Em maio, houve nova queda em relação ao mesmo período de 2019. Já em junho, terceiro mês em que a Delegacia Eletrônica estava apta a registrar casos de violência contra a mulher em São Paulo, o aumento dos pedidos foi retomado.

**PONTOS POSITIVOS:** O texto relata que o registro de casos de violência doméstica é permitido desde 3 de abril e que a mudança de procedimento foi feita para ajudar vítimas por causa do isolamento. A queda no número de pedidos de medidas preventivas, em abril e maio, os dois primeiros meses do período analisado, e a retomada em junho, terceiro mês em que a Delegacia Eletrônica estava apta a registrar casos de violência contra a mulher demonstra capacidade de resposta da gestão na questão da tecnologia em favor da segurança feminina.

**RISCOS À IMAGEM:** Baixo risco de imagem. A reportagem demonstra transparência no tratamento de dados de interesse público, mas a subnotificação sempre deve ser considerada.

**AÇÕES DE ASSESSORIA DE IMPRENSA:** O apontamento da reportagem, na declaração da Delegada Jamila, de que os registros pela internet representaram 19% de todos os 29.117 boletins de ocorrência de violência doméstica contabilizados entre abril e junho, requer incremento na divulgação da ampliação de serviços da DE ao permitir os registros de Boletins de Ocorrência online. Vídeos e áudios tutoriais, comunicações dirigidas a ongs e entidades de apoio podem multiplicar a ação de divulgação. O crescimento no número de pedidos de medidas protetivas registrado em junho pode ser o abre de textos para que impulse a percepção da DE como ferramenta tecnológica no combate à violência doméstica.

2

h

111  
p

<b>ANÁLISE DIÁRIA</b>	<b>05/08/2020</b>
<b>Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo</b>	
<b>Pesquisa: Delegacia Eletrônica</b>	
<b>Destaques do dia:</b>	
Agência Brasil - SP: boletins eletrônicos de violência doméstica chegam a 5,5 mil	
IstoÉ - SP: boletins eletrônicos de violência doméstica chegam a 5,5 mil	
UOL - SP: boletins eletrônicos de violência doméstica chegam a 5,5 mil	
R7 - SP registra cinco casos de violência doméstica a cada 2h na pandemia	

### **Análise:**

Registros diversificados na mídia expõem a contribuição da Delegacia Eletrônica como canal de combate à violência doméstica, na análise das ocorrências registradas online entre abril e junho, a partir de texto de Bruno Bocchini, repórter da Agência Brasil, em São Paulo, veiculados nos portais UOL, R7 e no site da Isto É.

Com a possibilidade de acionar a polícia pela internet durante a pandemia de covid-19, o número de boletins eletrônicos de ocorrência de violência doméstica chegou a 5,5 mil no estado de São Paulo, no período de abril a junho. O índice representa cerca de 20% do total de boletins deste tipo de crime registrado no período. Os dados, divulgados hoje (5), são da Secretaria de Segurança Pública (SSP).

A possibilidade inédita de registro eletrônico de violência doméstica teve início em 3 de abril no estado, dez dias após o início da quarentena. Segundo a coordenadora das Delegacias de Defesa da Mulher em São Paulo, Jamila Ferrari, a iniciativa da Polícia Civil de ampliar os crimes que podem ser registrados por meio da Delegacia Eletrônica tem encorajado vítimas de violência doméstica a denunciarem seus agressores, especialmente neste período de quarentena.

"Nos históricos de ocorrências tínhamos muitas vítimas que pediam ajuda, socorro. Justamente por isso nós passamos a permitir que a Delegacia Eletrônica registrasse esses casos. É mais uma ferramenta de combate a este crime", destacou.

Segundo a SSP, além do boletim eletrônico, as mulheres podem utilizar o aplicativo SOS Mulher, que permite que as vítimas de violência doméstica – que possuam medida protetiva expedida pela Justiça – peçam ajuda quando estiverem em situação de risco.

**PONTOS POSITIVOS:** Ampla exibição em mídias de audiência da reportagem que aponta a contribuição da DE no combate à violência doméstica e que, além do boletim eletrônico, as mulheres podem utilizar o aplicativo SOS Mulher, que permite às vítimas de violência doméstica – que possuam medida protetiva expedida pela Justiça – peçam ajuda quando em situação de risco, algo que ainda não havia ganhado ampla divulgação.

**RISCOS À IMAGEM:** Não há risco no noticiário do dia.

**AÇÕES DE ASSESSORIA DE IMPRENSA:** Ampliar a divulgação do aplicativo SOS Mulher, que permite que as vítimas de violência doméstica – que possuam medida protetiva expedida pela Justiça – peçam ajuda quando estiverem em situação de risco. O aplicativo deve ser o abre de texto seguido do número de registros no período de março e abril. A tecnologia no combate à violência doméstica deve ser o mote, demonstrando a queda nos pedidos de medidas protetivas com a pandemia, a retomada em junho e a implantação do aplicativo SOS mulher. O tema é de utilidade pública, os dados são oficiais e jornais noturnos de tevês abertas de maior audiência devem entrar no radar da assessoria para contatos.

2

1

117  
1



<b>ANÁLISE DIÁRIA</b>	<b>06/08/2020</b>
<b>Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo</b>	
<b>Pesquisa: Delegacia Eletrônica</b>	
<b>Destaques do dia:</b>	
UOL - Boletins eletrônicos de violência doméstica chegam a 5,5 mil em SP	
Tamoio News - Encontro discute atendimento das mulheres vítimas de violência	

### **Análise:**

No UOL, a reportagem sobre os boletins eletrônicos de violência doméstica, distribuída pela Agência Brasil ganha nova veiculação, depois de Últimas Notícias chega à plataforma feminina Universa. No Tamoios News, reportagem sobre encontro em Caraguatatuba para discutir o atendimento a mulheres vítimas de violência doméstica com menção a Delegacia Eletrônica e destaque para a tecnologia em prol da segurança feminina.

O encontro ocorrido na manhã de quarta-feira (05), para tratar sobre os fluxos de atendimento das mulheres vítimas de violência, reuniu o prefeito de Caraguatatuba, Aguilar Junior, o Delegado Seccional do Litoral Norte, Múcio Matos Monteiro de Alvarenga, a Delegada da DDM em Caraguatatuba, Júnia Cristina Macedo, o Comandante do 20º Batalhão da Polícia Militar do Interior, Major André Luiz Paes, a secretária de Desenvolvimento Social e Cidadania, Ângela Sbruzzi, juntamente com a diretora de gestão, Aline Alves, e a coordenadora do CREAS, Giselle de Jesus, responsáveis pelos atendimentos primários de muitas mulheres que buscam apoio social.

“Sabemos que o assunto é muito mais amplo e complexo. Precisamos integrar todos os serviços, incluindo o atendimento das ocorrências e investigações realizadas pela Polícia Militar e Civil. Fico muito feliz em poder contar com a sensibilidade e experiência da Dra Júnia para este trabalho de proteção as mulheres”, destacou Aguilar Junior.

Segundo a Delegada é preciso mapear os casos e acompanhar. “Podemos criar procedimentos até mesmo junto aos agentes comunitários de saúde, criar parcerias com o Hospital Pérola Byington para treinamento e implementação dos fluxos. Temos que garantir que os agressores não façam novamente”.

Para criar esse fluxo é fundamental garantir a proteção completa da mulher vitimizada. “Acredito que Caraguatatuba, por sua magnitude, é o lugar ideal para criarmos essa integração e tornar essa ação, um projeto piloto capaz de funcionar em diversos lugares”, explicou o Delegado Seccional do Litoral Norte, Múcio Matos Monteiro de Alvarenga.

*Handwritten signature and initials*

Atento aos índices de criminalidade e de mulheres vítimas de violência, Major André Luiz Paes ressaltou possíveis parcerias vindas do Governo. “Estamos buscando junto ao Ministério da Mulher alguns programas que possam integrar o atendimento com um núcleo especializado, apoio psicossocial e até mesmo um lar provisório. Acredito que em breve vamos trabalhar junto nisso, prefeito”.

Ao final da reunião, ficaram agendadas visitas da Delegada aos equipamentos públicos disponíveis para o atendimento de mulheres e uma próxima reunião com a presença das equipes da Saúde, Educação e também do Conselho da Condição Feminina.

Em complemento, a reportagem reproduz o conteúdo da Agência Brasil sobre o registro dos 5,5 mil boletins eletrônicos e acrescenta informações sobre o funcionamento da Delegacia Eletrônica e das Delegacias de Defesa da Mulher. Na questão da tecnologia em prol da segurança feminina, além do boletim eletrônico, desde março do ano passado o texto ainda menciona o aplicativo SOS Mulher, que permite que as vítimas de violência doméstica – que possuam medida protetiva expedida pela Justiça – peçam ajuda quando estiverem em situação de risco apertando apenas um botão no celular.

**PONTOS POSITIVOS:** Registro para as participações e declarações dos Delegado Seccional do Litoral Norte, Múcio Matos Monteiro de Alvarenga, e da Delegada Júnia Cristina Macedo. O realce para a questão da tecnologia em prol da segurança feminina.

**RISCOS À IMAGEM:** Não há risco à imagem no noticiário.

**AÇÕES DE ASSESSORIA DE IMPRENSA:** Contatos remotos para estimular pautas sobre o SOS Mulher, no contexto da Delegacia Eletrônica.

2

11P

11P

<b>ANÁLISE DIÁRIA</b>	<b>12/08/2020</b>
<b>Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo</b>	
<b>Pesquisa: Delegacia Eletrônica</b>	
<b>Destaque do dia:</b>	
UOL - São Paulo lança versão digital do RG; saiba como acessar	
Mix Vale - São Paulo lança versão digital do RG; saiba como acessar	
Jornal Cruzeiro do Sul - Polícia Civil lança RG digital para ser baixado por aplicativo	
Jornal da Franca - Polícia Civil de São Paulo lança aplicativo para versão digital do RG	

### **Análise:**

A notícia de que a partir desta quarta-feira (12) a versão digital da nova cédula de identidade pode ser baixada por meio do aplicativo RG Digital SP, do Estadão Conteúdo, recebe divulgação no UOL e no Mix Vale, de Cruzeiro. No Jornal da Franca, o texto tem a assinatura de Bernardo Teixeira. No Jornal Cruzeiro do Sul, em Sorocaba, o texto é da Redação com informações da SSP-SP. Delegacia Eletrônica é mencionada na reportagem para registro de casos de roubo ou furto do celular.

Lançado pela Polícia Civil de São Paulo, o aplicativo permite que a identidade virtual seja armazenada no smartphone gratuitamente. Válido em todo o território nacional, o documento integra uma série de medidas adotadas para a modernização da Polícia Civil. O documento eletrônico não substituirá a necessidade de emissão do RG físico, mas segundo a Polícia Civil, pode agilizar processos, informam as reportagens.

Podem acessar o documento virtual aqueles que tiverem RG emitido a partir de 04 de fevereiro de 2014, que possuam numeração vermelha, QR Code impresso no verso e estejam cadastrados no Sistema Automatizado de Identificação Biométrica (Abis) da Polícia Civil, complementa a reportagem. Caso não possua esse RG o interessado deve emitir o documento para usar o programa. O aplicativo também permite a obtenção de segunda via do RG Físico.

Para baixar o RG Digital basta instalar o programa que pode ser encontrado na loja de aplicativos correspondente ao sistema operacional do celular, abrir o aplicativo, selecionar a opção “Adicionar RG”, para escanear o Código QR do verso do documento em papel, seguindo os passos da tela do celular.

O aplicativo vai direcionar o cidadão para a “prova de vida”, feita via tecnologia de biometria facial, colhendo a imagem do rosto na tela do aparelho. O documento ficará

*Handwritten signature and initials in blue and red ink.*

disponível em só um aparelho de celular. “No caso de roubo ou furto, apesar da existência de sistema de segurança baseado em biometria, senhas e criptografia, que impede acesso a estranhos, o cidadão deve registrar o fato na Delegacia Eletrônica ou pessoalmente nas delegacias de polícia. Se for extraviado ou quebrado, basta reinstalar o aplicativo e emitir novamente o RG Digital”, explica a Polícia Civil.

O Jornal Cruzeiro do Sul, de Sorocaba, é o único a destacar claramente que em uma abordagem policial a apresentação do RG DIGITAL deve ser aceita como documento físico. O policial poderá, inclusive, verificar sua autenticidade via celular.

**PONTOS POSITIVOS:** Em uma matéria sobre o uso da tecnologia, a menção para que no caso de roubo ou furto, apesar da existência de sistema de segurança baseado em biometria, senhas e criptografia, que impede acesso a estranhos, o cidadão deve registrar o fato na Delegacia Eletrônica ou pessoalmente nas delegacias de polícia.

**RISCOS À IMAGEM:** Não há risco à imagem no noticiário do dia.

**AÇÕES DE ASSESSORIA DE IMPRENSA:** A tecnologia a favor do cidadão deve ser tema de pauta com os avanços na DE, do botão de pânico do aplicativo SOS Mulher, e agora no RG Digital como serviços oferecidos pela Polícia Civil.

<b>ANÁLISE DIÁRIA</b>	<b>17/08/2020</b>
<b>Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo</b>	
<b>Pesquisa: Delegacia Eletrônica</b>	
<b>Destaque do dia:</b>	
Justiça em Foco - Em meio à pandemia, cresce novamente o número de denúncias de violência contra pessoas com deficiência	

### Análise:

Voltou a ganhar veiculação na mídia o crescimento do número de denúncias de violência contra pessoas com deficiência, com a veiculação na Justiça em Foco, revista eletrônica sobre temas jurídicos, de Brasília. A Delegacia Eletrônica é citada no final da matéria junto aos canais de Denúncia com o link de acesso e a informação de que a denúncia pode ser feita no campo 'Outras Ocorrências'.

A reportagem retoma os dados do CAT da 1ª Delegacia de Polícia da Pessoa com Deficiência, em São Paulo, que mostram que entre abril e junho, o número de pessoas atendidas passou de 30 para 134; foram registrados 39 Boletins de Ocorrência nesse período.

Este mês, o Instituto Jô Clemente, em parceria com o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente (FUMCAD), lançou uma campanha nas redes sociais para informar a população sobre a importância de denunciar a violência contra pessoas com deficiência.

Em 2019, o Disque Direitos Humanos (Disque 100), coordenado pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, registrou 12,9 mil denúncias de violências praticadas a pessoas com deficiência em todo o país. Esse número representa um aumento de 9% em relação ao ano anterior.

Para a titular da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo, Célia Leão "O trabalho conjunto da 1ª Delegacia de Polícia da Pessoa com Deficiência, junto com o Governo do Estado de São Paulo, através da Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência, busca conter essa violência com ações concretas, como o novo 'Programa Todas in-Rede' no combate à violência contra a mulher com Deficiência e o Centro de Apoio Técnico (CAT) com profissionais capacitados para acompanhar de perto os casos que requerem maior atenção".

**PONTOS POSITIVOS:** A menção à Delegacia Eletrônica entre os canais de denúncia segue como positiva.

2

2

229



**RISCOS À IMAGEM:** O campo outras ocorrências para registrar casos de violência a pessoas com deficiência pode gerar questionamentos da mídia.

**AÇÕES DE ASSESSORIA DE IMPRENSA:** Vale reiterar, embora seja uma decisão de gestão e não de comunicação, o campo outras ocorrências para registrar casos de violência a pessoas com deficiência pode ter uma comunicação específica, um posicionamento no site que facilite sua visualização, assim como os avanços já registrados na ampliação da Delegacia Eletrônica e no botão de pânico do aplicativo SOS Mulher.

2

1

119  
f

<b>ANÁLISE DIÁRIA</b>	<b>22/08/2020</b>
<b>Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo</b>	
<b>Pesquisa: Delegacia Eletrônica</b>	
<b>Destaque do dia:</b>	
Consultor Jurídico - Síndico pode ser obrigado a denunciar maus-tratos a animais em São Paulo	

### **Análise:**

Projeto de Lei na Assembleia Legislativa de São Paulo pode obrigar síndicos a denunciar maus-tratos a animais no Estado. Rodrigo Karpát, especialista em Direito Imobiliário e questões condominiais, escreve sobre o tema, em espaço de opinião do Consultor Jurídico. A Delegacia Eletrônica de Proteção Animal (Depa) é mencionada como canal online de denúncia.

O autor do PL N° 492/2020 é o deputado Estadual Bruno Ganem (Podemos) e o objetivo é criar reponsabilidade para os síndicos e administradores, tanto de condomínios residenciais como comerciais, da comunicação às autoridades sobre maus-tratos a animais nas dependências dos condomínios.

O projeto busca ser mais um dispositivo na luta pela proteção dos animais no Estado de São Paulo e se junta a projetos de outros Estados, como é o caso do Projeto de Lei 617/2020, de autoria do presidente da Assembleia Legislativa do Mato Grosso, deputado Eduardo Botelho (DEM).

No caso do projeto de lei de São Paulo, quando a ocorrência estiver em andamento, a comunicação deve ser realizada de imediato aos órgãos de segurança pública. Caso a ocorrência já tenha acontecido, a comunicação deve ser feita em até 24 horas após o ocorrido, podendo ser realizada por meio eletrônico, utilizando-se o portal da Delegacia Eletrônica de Proteção Animal (Depa), ou em qualquer delegacia da Polícia Civil do Estado de São Paulo no município onde está localizado o condomínio.

Assim como no caso do Projeto de Lei Federal 2510/2020, que versa sobre a violência doméstica, síndicos e administradores têm a obrigação de denunciar esses casos e, caso seja comprovada a omissão, o condomínio será penalizado com a imposição de multa correspondente a 200 vezes o valor da Unidade Fiscal do Estado de São Paulo — Ufesp.

Projetos como esses são muito importantes. Esses são dispositivos que, se aprovados, irão somar-se aos dispositivos que já temos, como o artigo 32 da Lei Federal nº 9.605, de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), e pela Constituição Federal Brasileira de 1988, abrangendo de

*Handwritten signature and initials*

forma ainda maior o cuidado e atenção com os animais, sendo eles silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos, conclui o articulista.

**PONTOS POSITIVOS:** O reconhecimento à Delegacia Eletrônica de Proteção Animal (Depa) como canal para denúncia.

**RISCOS À IMAGEM:** Não há risco à imagem no artigo.

**AÇÕES DE ASSESSORIA DE IMPRENSA:** A Assessoria deve manter dados atualizados dos registros da Depa para casos de atendimento à imprensa, dada a regularidade do tema na mídia.

*Handwritten signature*

*Handwritten mark*

*Handwritten signature*

<b>ANÁLISE DIÁRIA</b>	<b>01/09/2020</b>
<b>Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo</b>	
<b>Pesquisa: Delegacia Eletrônica</b>	
<b>Destaque do dia:</b>	
R7 - Taxa de homicídios contra mulheres cai em São Paulo	

### **Análise:**

A taxa de homicídio contra mulheres caiu em São Paulo, segundo o Atlas da Violência 2020, divulgado na quinta-feira (27). Agora o estado é o lugar com menor índice de ocorrências em todo país, informa o R7. A Delegacia Eletrônica é apresentada como uma das vertentes no combate à violência doméstica.

O estudo - que é elaborado pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) em parceria com o FBSP (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) - analisou indicadores criminais durante uma década - no intervalo entre os anos de 2008 e 2018 - e apresentou os números paulistas com os melhores resultados.

Na avaliação feita sobre os dados de violência cometida contra as mulheres, o índice nacional subiu e alcançou a marca de 4,3 mortes, contra 2 a cada grupo de 100 mil habitantes registrado no estado de São Paulo. Em 2008, a taxa do Brasil era de 4,1 enquanto a de SP 3,1. O dado apresentou queda de 36,3%, isso porque o estado de SP é pioneiro no aprimoramento de políticas de combate à violência de gênero, de acordo com informações da SSP (Secretaria de Segurança Pública).

Desde o início da atual gestão, a violência doméstica e contra a mulher é enfrentada em todas as suas vertentes, de acordo com a SSP. No início da quarentena decretada pelo Governo de SP, a Delegacia Eletrônica começou a registrar casos de violência doméstica em São Paulo. De acordo com a Delegada Jamila Ferrari, o projeto de atendimento eletrônico já estava sendo planejado pela Polícia Civil e teve o lançamento antecipado por conta da crise da covid-19.

O serviço é mais uma ferramenta para proteger as mulheres dentro das suas casas. Somente na quarentena, mais de 9 mil registros eletrônicos foram contabilizados. Mesmo com a opção eletrônica, o atendimento presencial segue normalmente nas 135 DDMs do Estado. Durante este período, foi ampliada a estrutura de acolhimento das vítimas no estado, além do aumento na quantidade de delegacias especializadas e a expansão de uma para 10 as unidades preparadas para receber a população a qualquer hora do dia ou da noite.

2  
f

O governo de São Paulo também lançou o aplicativo SOS Mulher, que prioriza o atendimento policial às pessoas com medidas protetivas concedidas pela Justiça. Desde o lançamento, em março de 2019, a plataforma atingiu 15.765 downloads ativos, com 14.293 cadastros.

Ainda há o Programa Bem Me Quer, desenvolvido pela SSP em parceria com outras secretarias, para atendimento de vítimas de abusos sexuais - mulheres, crianças e adolescentes do sexo masculino de até 14 anos. De janeiro a julho de 2020 foram realizados 672 atendimentos.

**PONTOS POSITIVOS:** Desde o início da atual gestão, a violência doméstica e contra a mulher é enfrentada em todas as suas vertentes, de acordo com a SSP. No início da quarentena decretada pelo Governo de SP, a Delegacia Eletrônica começou a registrar casos de violência doméstica em São Paulo.

**RISCOS À IMAGEM:** Não há risco à imagem no noticiário do dia.

**AÇÕES DE ASSESSORIA DE IMPRENSA:** Reforçar a ação de divulgação do Atlas da Violência 2020 em mídias do Estado, destacando as iniciativas, principalmente durante a pandemia, como a ampliação dos registros de BOs na DE, o aplicativo SOS Mulher, além do Programa Bem Me Quer. A implantação de Centros de Apoio Técnico (CAT) em unidades da Polícia Civil para aprimorar o atendimento especializado de pessoas com deficiência vítimas de violência. Lançado no início de agosto, o programa deverá ser desenvolvido com base nas estatísticas criminais e será desenvolvido em parceria da SSP com a Secretaria dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Também deve ser apontado o lançamento da Delegacia da Diversidade Online para ampliar o combate à intolerância e também determinou que as Divisões Especializadas de Investigações Criminais (Deics) do Interior passem a investigar crimes relacionados à raça, cor, etnia, religião, procedência nacional, orientação sexual ou identidade de gênero.

2

1

127

1



<b>ANÁLISE DIÁRIA</b>	<b>03/09/2020</b>
<b>Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo</b>	
<b>Pesquisa: Delegacia Eletrônica</b>	
<b>Destaques do dia:</b>	
Yahoo Brasil - Denúncias de violência contra animais em São Paulo aumentam 81,5% em 2020	

### **Análise:**

No Yahoo Brasil, numa parceria com o Fiquem Sabendo, agência de dados independente e especializada na Lei de Acesso à Informação (LAI), texto da repórter Sophia Lopes revela que o Estado de São Paulo registrou um aumento de 81,5% nas denúncias de violência contra animais recebidas pela Delegacia Eletrônica de Proteção Animal (DEPA), de janeiro a julho de 2020, em relação ao mesmo período do ano passado. Foram 12.581 queixas contra 6.932 registradas nos primeiros sete meses de 2019. Isso já é mais do que o protocolado no ano passado inteiro, quando a delegacia recebeu 12.065 denúncias. O levantamento é da agência Fiquem Sabendo por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI).

Em média, foram 59 reclamações por dia neste ano. Os números incluem denúncias de maus-tratos, caça, cativeiro, envenenamento, mutilação, entre outros. Os casos de maus-tratos estão entre os mais frequentes, chegando a 4.800 registros. As práticas que se enquadram nessa categoria, conforme determina o Decreto Lei 24.645/1934, são abandonar, ferir, manter preso permanentemente em correntes, manter em locais pequenos e sem higiene, não abrigar do sol, da chuva e do frio, não dar comida e água diariamente, entre outras. Uma vez recebidas, as denúncias são analisadas simultaneamente pelas polícias Civil e Militar, explica a reportagem.

Entretanto, a Divisão de Investigações a Infrações contra o Meio Ambiente e Maus-Tratos a Animais explicou, via LAI, que parte das reclamações não geram boletins de ocorrência porque as denúncias não se confirmam. “Por vezes, os denunciadores, vizinhos ou anônimos denunciam maus-tratos, mas a razão é apenas perturbação, como cachorro latindo. Feita a verificação, constata-se que não há qualquer sinal de maus-tratos”, esclarece o departamento da Polícia Civil do estado.

A partir de março, quando começou o isolamento social em São Paulo, houve um salto no número de denúncias. De março a julho, a média é de 2 mil queixas por mês. No mesmo período do ano passado, foram 968 registros por mês em média. Antes da quarentena, em janeiro e fevereiro deste ano, o número ficava perto de 1.100 casos por mês.

*2*

*1*

*124*

Na ONG Amigos de São Francisco, na Grande São Paulo, sua fundadora, Gabriela Masson, credita o número de ocorrências de abandono, em partes, à perda de empregos e à necessidade das pessoas de mudarem de residência em meio à crise, deixando os animais para trás.

Ao final, a reportagem apresenta os canais de denúncia: “em caso de flagrante, o recomendado é ligar no 190, da Polícia Militar. Para suspeitas em São Paulo, a Secretaria de Segurança Pública mantém a Delegacia Eletrônica de Proteção Animal. Também no estado, a Polícia Militar Ambiental recebe denúncias por meio de diferentes canais, como o aplicativo Denúncia Ambiente, site e telefone. No caso de animais silvestres, o Ibama possui canais de denúncias indicados em seu site”.

**PONTOS POSITIVOS:** A transparência no tratamento dos dados ainda que obtidos pela LAI.

**RISCOS À IMAGEM:** Não há risco à imagem no noticiário.

**AÇÕES DE ASSESSORIA DE IMPRENSA:** Manter a atualização de dados da DE para todas as modalidades de ocorrências, preparando-se para futuros questionamentos da mídia via LAI ou não. Mesmo quando as informações são fornecidas via LAI, notas complementares à solicitação podem acompanhar o material fornecido em gesto de cordialidade.

Handwritten signature in blue ink and a red mark.

Handwritten number 128 and a checkmark.

<b>ANÁLISE DIÁRIA</b>	<b>08/09/2020</b>
<b>Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo</b>	
<b>Pesquisa: Delegacia Eletrônica</b>	
<b>Destaques do dia:</b>	
Fiquem Sabendo - Denúncias de violência contra animais em São Paulo aumentam 81,5% em 2020	

### **Análise:**

O site Fiquem Sabendo, agência de dados independente e especializada na Lei de Acesso à Informação (LAI), veicula a reportagem de Sophia Lopes demonstrando que o Estado de São Paulo registrou um aumento de 81,5% nas denúncias de violência contra animais recebidas pela Delegacia Eletrônica de Proteção Animal (DEPA), de janeiro a julho de 2020, em relação ao mesmo período do ano passado. Foram 12.581 queixas contra 6.932 registradas nos primeiros sete meses de 2019. Isso já é mais do que o protocolado no ano passado inteiro, quando a delegacia recebeu 12.065 denúncias. O texto completo da reportagem havia sido veiculado no portal Yahoo Brasil, parceiro do Fiquem Sabendo, no dia 03 de setembro.

Em média, foram 59 reclamações por dia neste ano. Os números incluem denúncias de maus-tratos, caça, cativeiro, envenenamento, mutilação, entre outros. Os casos de maus-tratos estão entre os mais frequentes, chegando a 4.800 registros.

Uma vez recebidas, as denúncias são analisadas simultaneamente pelas polícias Civil e Militar, explica a reportagem. Entretanto, a Divisão de Investigações a Infrações contra o Meio Ambiente e Maus-Tratos a Animais explicou, via LAI, que parte das reclamações não geram boletins de ocorrência porque as denúncias não se confirmam.

Na ONG Amigos de São Francisco, na Grande São Paulo, sua fundadora, Gabriela Masson, credita o número de ocorrências de abandono, em partes, à perda de empregos e à necessidade das pessoas de mudarem de residência em meio à crise, abandonando os animais.

**PONTOS POSITIVOS:** Ainda que obtida pela LAI, a SSP-SP e a DEPA demonstram efetividade no tratamento de dados ao apontar que registrou um aumento de 81,5% nas denúncias de violência contra animais recebidas pela Delegacia Eletrônica de Proteção Animal, de janeiro a julho de 2020, em relação ao mesmo período do ano passado. Além disso, a Divisão de Investigações a Infrações contra o Meio Ambiente e Maus-Tratos a Animais explicou, via LAI, que parte das reclamações não geram boletins de

*Handwritten signature*

*Handwritten mark*

*Handwritten initials*

ocorrência porque as denúncias não se confirmam. “Por vezes, os denunciantes, vizinhos ou anônimos apontam maus-tratos, mas a razão é apenas perturbação, como cachorro latindo. Feita a verificação, constata-se que não há qualquer sinal de maus-tratos”, esclarece o departamento da Polícia Civil do Estado.

**RISCOS À IMAGEM:** Não há risco à imagem. A Polícia Civil é apresentada com capacidade de tratamento de dados da DEPA e de verificação de denúncias.

**AÇÕES DE ASSESSORIA DE IMPRENSA:** A reportagem do Fiquem Sabendo pode guiar o preparo de materiais da Delegacia Eletrônica como um todo semelhante ao do caso da DEPA. Antecipar-se aos questionamentos da mídia é decisivo na construção da imagem. A ampliação de serviços com o registro de boletins de ocorrência online deve gerar questionamentos sobre a evolução em cada modalidade das ocorrências durante a pandemia. Notas que possam ser enviadas prontamente à imprensa sempre são importantes para posicionamento de importância pública, mas é preciso pensar em porta-vozes para os casos de reportagens em vídeo e áudio. A combinação de notas técnicas com uma pequena frase de um representante da SSP-SP, da Polícia Civil e da Delegacia Eletrônica é uma estratégia de comunicação a ser considerada. A Lei que aumenta as penas para maus tratos a animais aguarda sanção presidencial e deve provocar novos questionamentos da mídia.

2

127

<b>ANÁLISE DIÁRIA</b>	<b>09/09/2020</b>
<b>Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo</b>	
<b>Pesquisa: Delegacia Eletrônica</b>	
<b>Destaque do dia:</b>	
CNN Brasil - Senado aprova pena de até 5 anos para quem maltratar cães e gatos	
Folha de S. Paulo - Projeto que prevê até cinco anos de prisão por maus-tratos a cães e gatos vai à sanção presidencial	
Gazeta de SP - Senado aprova projeto que aumenta pena para quem maltratar cães e gatos	
JusBrasil - Aumento da pena para quem maltratar cães e gatos vai à sanção	
Primeira Página - Violência contra a população LGBTI+ cresce menos em São Paulo	

#### **Análise:**

Os sites da CNN Brasil, Folha, Gazeta de SP e JusBrasil divulgam que o Senado aprovou na noite de quarta-feira (9), em sessão remota, o projeto de lei que aumenta as penas para maus-tratos a cães e gatos. No site do Primeira Página, de Osasco, Violência contra a população LGBTI+ cresce menos em São Paulo, aponta o Atlas da Violência. A Delegacia Eletrônica é mencionada como indicador de referência e canal de denúncia nas matérias.

No caso das práticas de abuso, maus-tratos, ferimento ou mutilação dos animais domésticos, pelo texto da PL 1.095/2019, elas serão punidas com pena de reclusão, de dois a cinco anos, além de multa e proibição de guarda. Hoje, a pena é de detenção, de três meses a um ano, e multa, para quem cometer o crime com qualquer animal. A proposta agora segue para sanção.

O relator, senador Fabiano Contarato (Rede-ES), elogiou a iniciativa da matéria. Para o deputado Fred Costa (Patriota-MG), autor do projeto, o PL responde a um problema concreto da sociedade brasileira, que tem se revoltado a cada caso de violência com os animais.

No estado de São Paulo, por exemplo, denúncias de violência contra animais aumentaram 81,5% de janeiro a julho de 2020, em relação ao mesmo período do ano passado, de acordo com Contarato. Os dados têm como base registros da Delegacia Eletrônica de Proteção Animal (Depa).

A chamada Lei Sansão - em homenagem a um cão em Minas Gerais que teve as patas decepadas e causou comoção nas redes sociais - é fruto da mobilização de entidades ligadas

*Handwritten mark*

*Handwritten mark*

*Handwritten marks*



aos direitos dos animais. Na manhã de terça-feira (8), cerca de 30 organizações e militantes independentes manifestaram apoio ao projeto em ato em frente ao Congresso.

O site do Primeira Página, de Osasco, veicula o relatório do Atlas da Violência/ Ipea no período de 2011 a 2018. O estado de São Paulo trabalha para reduzir a subnotificação e o número de casos, destaca a reportagem. De acordo com o relatório, o número de denúncias envolvendo lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais ou transgêneros, queer e intersexuais cresceu 45,38% entre 2011 e 2018. Em São Paulo, o índice ficou 39,09% maior.

O texto relata que, as ocorrências são registradas considerando a identidade de gênero, não apenas o sexo biológico. A norma vale tanto para as delegacias físicas quanto para a delegacia eletrônica. A modificação é uma sinalização clara da gestão pública paulista de que as pessoas devem ser tratadas no estado pela forma como elas se enxergam e se apresentam, não pelo gênero de nascimento. O tema também está inserido nos cursos de formação de policiais, sejam eles civis ou militares.

**PONTOS POSITIVOS:** A Delegacia Eletrônica é mencionada como indicador de referência e canal de denúncia nas matérias.

**RISCOS À IMAGEM:** Não há risco à imagem no noticiário do dia.

**AÇÕES DE ASSESSORIA DE IMPRENSA:** Intensificar com releases e notas curtas a atuação e os números de registros da Depa, no contexto da nova lei.

<b>ANÁLISE DIÁRIA</b>	<b>21/09/2020</b>
<b>Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo</b>	
<b>Pesquisa: Delegacia Eletrônica</b>	
<b>Destaque do dia:</b>	
UOL – Nova lei de proteção aos animais está perto de sair. Saiba o que muda	

### **Análise:**

Texto da repórter Taís Ilhéu, no UOL Bichos, aponta as implicações com a nova lei de proteção aos animais, que modificará a Lei de Crimes Ambientais e substituirá o artigo contra maus-tratos animais, expandindo a pena para reclusão de dois a cinco anos no caso de agressão contra cães e gatos. O aumento nas denúncias captado pela Depa é mencionado na reportagem.

A reportagem conta que bastaram cinco dias para que o abaixo-assinado do deputado federal Fred Costa (Patriota-MG) no site change.org alcançasse 100 mil assinaturas. Na petição, o deputado pede que o presidente Jair Bolsonaro sancione o Projeto de Lei 1095/2019, escrito por ele e aprovado pelo Senado no último dia 9. O questionamento de Bolsonaro é se a nova punição contra os maus tratos não seria muito dura.

A aprovação do projeto de lei no Senado e seu envio à sanção não poderia vir em melhor hora: se o quadro de violência contra animais já era preocupante, nos últimos meses tem se tornado ainda mais grave, diz o texto. Ao mesmo tempo que algumas ONGs viram crescer a procura por adoção durante o período de isolamento social, aumentaram também os casos de abandono e denúncias de diversas outras formas de violência contra animais. De acordo com a agência de dados Fique Sabendo, a Delegacia Eletrônica de Proteção Animal (DEPA) do estado de São Paulo registrou um aumento de 81,5% nas denúncias de janeiro a julho de 2020 se comparado ao mesmo período do ano anterior, totalizando 12.581 queixas.

Para Carlos Frederico Ramos de Jesus, jurista especialista em direito animal e professor da Faculdade de Direito da USP, a punição é insuficiente e desproporcional se considerado que a própria Constituição veda em um dos seus artigos a crueldade contra os animais. As mudanças nas leis e no campo penal são importantes, mas estão longe de fornecer todas as respostas para esse e outros problemas sociais. “A luta pelos direitos animais tem o mesmo fundamento moral da luta pelos direitos humanos: trata-se de entender que a nossa animalidade comum nos faz todos seres vulneráveis à dor, à tortura, ao abandono, à fome e que essa característica demanda proteções legais, na forma de direitos e de punição às violações”, afirmou à reportagem.

2

130

**PONTOS POSITIVOS:** A Delegacia de Eletrônica de Proteção Animal como principal fonte de registro de dados divulgada em matéria de interesse nacional.

**RISCOS À IMAGEM:** Não sistematizar dados que permitam o dimensionamento e a eficiência no atendimento e operação da Depa.

**AÇÕES DE ASSESSORIA DE IMPRENSA:** Há um conjunto de informações na reportagem que podem subsidiar novas abordagens sobre a importância da Depa e de toda a Delegacia Eletrônica na Segurança Pública.

2

5

139  
4

<b>ANÁLISE DIÁRIA</b>	<b>29/09/2020</b>
<b>Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo</b>	
<b>Pesquisa: Delegacia Eletrônica</b>	
<b>Destaque do dia:</b>	
Pais&Filhos - Maus-tratos contra cães e gatos pode dar pena de até 5 anos de prisão, segundo nova lei	

**Análise:**

Texto no site Pais&Filhos informa que a lei que aumenta as penas para quem maltratar cães e gatos foi sancionada na terça-feira, 29 de setembro, em uma cerimônia no Palácio do Planalto. Registros da Depa são mencionados na matéria.

O crime, que antes era punido com uma detenção de três meses a um ano, além de uma multa, agora será justificado com prisão de dois a cinco anos, multa e proibição de guardas futuras – uma novidade do projeto.

A nova legislação, 1.095/2019, é de autoria do deputado federal Fred Costa, do Patriota. A pena prevê que a reclusão poderá ser cumprida em presídios de segurança média ou máxima, em regime fechado, semiaberto ou aberto.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil tem ao todo 40,3 milhões de casas com pelo menos um cachorro ou um gato. Durante a pandemia da covid-19, porém, os números de denúncias de maus-tratos aos pets foram maiores do que nos anos anteriores. De acordo com a Delegacia Eletrônica de Proteção Animal (Depa), em São Paulo as denúncias contra animais apresentaram um aumento de 81,5% de janeiro a julho de 2020, em relação ao mesmo período de 2019.

**PONTOS POSITIVOS:** A Delegacia Eletrônica de Proteção Animal, em São Paulo, registrou que as denúncias contra animais apresentaram um aumento de 81,5% de janeiro a julho de 2020, em relação ao mesmo período de 2019.

**RISCOS À IMAGEM:** Não há risco à imagem no noticiário do dia.

**AÇÕES DE ASSESSORIA DE IMPRENSA:** Espaço aberto para a divulgação da Depa com a sanção presidencial da chamada Lei Sansão. Textos atualizados sobre os atendimentos neste ano devem acompanhar o material.

<b>ANÁLISE DIÁRIA</b>	<b>30/09/2020</b>
<b>Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo</b>	
<b>Pesquisa: Delegacia Eletrônica</b>	
<b>Destaque do dia:</b>	
Z1 - São Paulo comemora o Dia da Polícia Civil	

### **Análise:**

No dia 30 de setembro comemora-se o Dia da Polícia Civil do Estado de São Paulo, lembra o Z1, de Indaiatuba. A data escolhida homenageia o segundo governador de São Paulo, Jorge Tibiriçá Piratininga, o responsável por efetivar a divisão entre o Poder Judiciário e uma polícia que apoiasse a Justiça. Delegacia Eletrônica é mencionada na matéria.

A Polícia Civil paulista conta com cerca de 9 mil viaturas, incluindo dois helicópteros, além de mais de 24 mil profissionais, entre delegados, investigações, escrivães, agentes policiais e de telecomunicações, papiloscopistas e auxiliares de papiloscopista.

São mais de 2 mil delegacias e distritos – incluindo delegacias seccionais e especializadas, como as delegacias de Defesa da Mulher (DDM), de Infrações Contra o Meio Ambiente (Dicma) e as de investigações Gerais (DIG) e Sobre Entorpecentes (Dise). Ainda há os grupos operacionais que são coordenados pelo Departamento de Operações Policiais Estratégicas (Dope), criado em agosto do ano passado.

Além destas, há os departamentos com equipes preparadas para atuar especificamente na repressão ao narcotráfico, homicídios, roubos a banco e veículos, de sequestros, de latrocínios, proteção à pessoa, ao consumidor, à saúde pública e à cidadania. Ao todo, para coordenar toda estrutura, a instituição conta com mais de 20 departamentos, um órgão de assessoria e um órgão consultivo – todos subordinados à Delegacia Geral de Polícia (DGP).

Desde o início da nova gestão, 558 escrivães e agentes policiais já se formaram. Além disso, o Governo do Estado de São Paulo autorizou a abertura de mais de 2,5 mil vagas, sendo 250 para delegados, 900 para investigadores e 1.600 para escrivães.

Com o compromisso de melhorar cada vez mais as condições trabalhistas desses profissionais que integram a instituição de 179 anos, o governador João Doria anunciou em outubro do ano passado, o reajuste de 5% do salário base dos policiais paulistas, além de outras medidas de valorização dos policiais e investimentos de R\$ 24 milhões.

Para combate os crimes de maior relevância: crime organizado, lavagem de dinheiro, homicídio e latrocínio, crimes contra o patrimônio (roubo a banco e roubos de maior



repercussão), tráfico de entorpecentes, entre outros, o Governo de São Paulo criou as Divisões Especializadas de Investigações Criminais (Deics) em dez cidades.

Além disso, houve a ampliação do atendimento 24h em nove das 135 DDMs do Estado. E, para auxiliar as mulheres vítimas de violência, foi ampliado o rol de ocorrências da Delegacia Eletrônica, incluindo casos de violência doméstica, no início de abril.

Desde a criação do aplicativo RG Digital, disponibilizando o documento pela internet, já foram feitos mais de meio milhão de downloads e mais de 195 mil pessoas já haviam armazenado o Registro Geral (RG) no celular gratuitamente.

Como resultado do constante investimento do Governo do Estado e do empenho da Polícia Civil, ao longo das ações deflagradas neste ano mais de 24 mil veículos foram recuperados, 86 mil pessoas presas e/ou apreendidas e mais de 5 mil armas ilegais retiradas de circulação. Mais de 159 toneladas de entorpecentes também foram recolhidas. Além disso, foram realizados 632.092 registros pela Delegacia Eletrônica.

**PONTOS POSITIVOS:** O texto ressalta os registros da Delegacia Eletrônica e a ampliação dos serviços, como no caso das denúncias de violência doméstica.

**RISCOS À IMAGEM:** Não há risco à imagem no noticiário do dia.

**AÇÕES DE ASSESSORIA DE IMPRENSA:** Notas e textos resumidos sobre o número de profissionais, viaturas, delegacias e departamentos devem estar sempre atualizados no atendimento à imprensa.

2

8

134

<b>ANÁLISE DIÁRIA</b>	<b>06/10/2020</b>
<b>Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo</b>	
<b>Pesquisa: Delegacia Eletrônica</b>	
<b>Destaque do dia:</b>	
Diário do Litoral OL: Tenente Coimbra - Cadeia para maus-tratos contra animais domésticos	

### **Análise:**

Artigo do Deputado Estadual do PSL, Tenente Coimbra, no site do Diário do Litoral, Santos - sobre maus-tratos a cães e gatos - cita o endereço eletrônico da Delegacia Eletrônica de Proteção Animal (DEPA) entre os canais de denúncia.

No artigo, ele lembra que, na semana passada, o Brasil deu um importante passo para combater os maus-tratos a cães e gatos: o presidente Jair Bolsonaro sancionou a Lei 14.064, que aumenta a pena para quem praticar abuso, maus-tratos, ferimento ou mutilação dos bichos. Desde o dia 30 de setembro, quem maltratar animais será punido com reclusão de dois a cinco anos, além de multa e proibição de guarda.

A chamada Lei Sansão, em homenagem ao cachorro que teve as patas traseiras decepadas com um facão em Minas Gerais, um caso que chocou o Brasil e repercutiu nas redes sociais, é uma importante vitória para todos os defensores da causa animal, explica o deputado no artigo. O aumento da pena é necessário para coibir os casos, que já eram previstos na Lei dos Crimes Ambientais, mas tinham penas brandas (detenção de três meses a um ano, mais multa), reforça o texto.

“E nós sabemos que, no Brasil, penas brandas podem aumentar a sensação de impunidade entre aqueles que, covardemente, maltratam animais. A nova lei supre nossa necessidade de penas severas para que a sociedade entenda, de uma vez por todas, que quem cometer esse crime será efetivamente punido”, reitera o articulista.

Ele chama a atenção ao número de animais domésticos abandonados durante a pandemia. O Brasil, que já tinha mais de 30 milhões de bichos vivendo nas ruas, viu o índice de abandono crescer mais de 60%, segundo o texto.

Todo mundo pode fazer a sua parte para coibir esses crimes, basta denunciar, lembra o texto que relata os telefones ou sites do Ibama, do Disque Denúncia, da Delegacia Eletrônica de Proteção Animal e da Polícia Militar.

No âmbito do governo do Estado, ele lembra que, em setembro, solicitou ao governador de São Paulo que instale, em Santos, sua base eleitoral, e em Monte Alto, hospitais públicos veterinários por meio do Programa Meu PET. As unidades oferecerão, gratuitamente, serviços como vacinação, castração, adoção responsável, consultas, cirurgias, exames laboratoriais, medicação e internação.

**PONTOS POSITIVOS:** O artigo cita o endereço eletrônico da Delegacia Eletrônica de Proteção Animal (Depa) entre os canais de denúncia para maus-tratos a cães e gatos.

**RISCOS À IMAGEM:** Não sistematizar dados que permitam o dimensionamento e a eficiência no atendimento e operação da Depa.

**AÇÕES DE ASSESSORIA DE IMPRENSA:** A divulgação dos serviços da Depa é fundamental em qualquer cenário onde o tema for o combate aos maus-tratos a cães e gatos. A cada veículo da mídia que trate do tema, a assessoria de imprensa deve buscar um contato remoto para subsidiar o profissional de imprensa ou articulistas em geral com um sumário de informações públicas sobre a Depa e da ampliação da lista de ocorrências da Delegacia Eletrônica como um esforço de gestão na Segurança Pública.

*Handwritten mark*

*Handwritten mark*

*Handwritten mark*

<b>ANÁLISE DIÁRIA</b>	<b>07/10/2020</b>
<b>Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo</b>	
<b>Pesquisa: Delegacia Eletrônica</b>	
<b>Destaques do dia:</b>	
Diário do Litoral - Cadeia para quem cometer maus-tratos contra animais	

### **Análise:**

Em espaço de opinião, na página dois da edição impressa, o Diário do Litoral, em Santos, veicula o artigo ‘Cadeia para quem cometer maus-tratos contra animais’, de autoria do deputado estadual do PSL, Tenente Coimbra, com menção à DEPA.

É o mesmo texto veiculado anteriormente no site do Diário. A sanção da Lei 14.064, que aumenta a pena para quem praticar abuso, maus-tratos, ferimento ou mutilação dos bichos, a chamada de Lei Sansão, em homenagem ao cachorro que comoveu o país, quando teve as patas traseiras decepadas com um facão em Minas Gerais, provocando revolta e indignação nas redes sociais.

O artigo chama atenção sobre o número de animais domésticos abandonados durante a pandemia, lembra que o abandono também é crime e apresenta os canais de denúncia, entre eles, a Delegacia Eletrônica de Proteção Animal. No âmbito do governo estadual, o autor relata que enquanto deputado solicitou ao governador de São Paulo a instalação, em Santos e em Monte Alto, hospitais públicos veterinários por meio do Programa Meu PET.

**PONTOS POSITIVOS:** O artigo cita o endereço eletrônico da Delegacia Eletrônica de Proteção Animal (Depa) entre os canais de denúncia para maus-tratos a cães e gatos.

**RISCOS À IMAGEM:** Não sistematizar dados que permitam o dimensionamento e a eficiência no atendimento e operação da Depa.

**AÇÕES DE ASSESSORIA DE IMPRENSA:** A divulgação dos serviços da Depa é fundamental em qualquer cenário onde o tema for o combate aos maus-tratos a cães e gatos. A cada veículo da mídia que trate do tema, a assessoria de imprensa deve buscar um contato remoto para subsidiar o profissional de imprensa ou articulistas em geral com um sumário de informações públicas sobre a Depa e da ampliação da lista de ocorrências da Delegacia Eletrônica como um esforço de gestão na Segurança Pública.

<b>ANÁLISE DIÁRIA</b>	<b>08/10/2020</b>
<b>Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo</b>	
<b>Pesquisa: Delegacia Eletrônica</b>	
<b>Destaque do dia:</b>	
Gazeta de S. Paulo - Lei mandará agressores de animais para a cadeia	

### Análise:

Na página dois da Gazeta de S. Paulo, recebe veiculação o artigo, Lei mandará agressores de animais para a cadeia com menção à Depa. A sanção da Lei Sansão ganha nova abordagem no texto do Deputado Estadual, Tenente Coimbra.

Ele abre o artigo lembrando que, no mês de julho, a notícia sobre a mutilação do cachorro Sansão tomou as redes sociais, causando uma grande revolta. O pitbull de dois anos teve suas duas patas traseiras decepadas com facão e foi amordaçado com arame farpado na cidade de Confins, na Região Metropolitana de Belo Horizonte.

O homem que torturou Sansão será julgado pela Justiça comum e não pelo Juizado Especial Criminal, relata o articulista. Além do cão, investigações apontaram que o agressor já cometeu maus-tratos com outros doze animais.

No artigo, o deputado afirma que se esse crime tivesse sido cometido hoje, o homem poderia ser preso por conta de sanção presidencial da Lei 14.064, que vai permitir que criminosos que cometerem atos como estes sejam punidos com o rigor necessário, acredita o articulista.

O artigo chama atenção sobre o número de animais domésticos abandonados durante a pandemia, lembra que o abandono também é crime e apresenta os canais de denúncia, entre eles, a Delegacia Eletrônica de Proteção Animal. No âmbito do governo estadual, o autor relata que o deputado solicitou ao governador de São Paulo a instalação, em Santos e em Monte Alto, de hospitais públicos veterinários por meio do Programa Meu PET.

**PONTOS POSITIVOS:** O texto cita o endereço eletrônico da Delegacia Eletrônica de Proteção Animal (Depa) entre os canais de denúncia para maus-tratos a animais

**RISCOS À IMAGEM:** Não sistematizar dados que permitam o dimensionamento e a eficiência no atendimento e operação da Depa.

**AÇÕES DE ASSESSORIA DE IMPRENSA:** O artigo foca no primeiro parágrafo, o comovente caso do cachorro Sansão para depois abordar a assinatura da Lei 14.064 de

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten mark]*

*[Handwritten number 138]*



punição aos maus-tratos de pets. Nos artigos anteriores, com o mesmo título e o mesmo conteúdo, a abordagem inicial tratava da sanção presidencial. Todo o preâmbulo para distinguir uma abordagem que pode ser emotiva ou política, que são igualmente importantes, e podem ser aproveitadas para o desenvolvimento de material técnico sobre os trabalhos da Depa e da Delegacia Eletrônica.

<b>ANÁLISE DIÁRIA</b>	<b>16/10/2020</b>
<b>Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo</b>	
<b>Pesquisa: Delegacia Eletrônica</b>	
<b>Destaque do dia:</b>	
Z1 - Fraude ao comprar pela internet: a quem recorrer?	

### **Análise:**

No portal Z1, de Indaiatuba, texto focaliza as fraudes nas compras pela internet, dá dicas de como evitar e a quem recorrer nos casos e menciona que na Delegacia Eletrônica de São Paulo é possível registrar o boletim de ocorrência online.

O texto, assinado por Luane Silvestre, explica que, no Brasil, existe uma regulamentação para proteção do consumidor, no caso o código de defesa do consumidor e o Decreto 7962/2013, que é base de regras seguidas pelos órgãos públicos para que os compradores sejam ressarcidos ou mais bem atendidos.

Segundo o texto, ao perceber que foi vítima de uma fraude, a primeira coisa a fazer é entrar em contato com a loja virtual e contatar o banco para solicitar a verificação ou o bloqueio do cartão de crédito. Em caso de clonagem, a responsabilidade passa a ser da operadora da bandeira — e o consumidor pode fazer uma reclamação ao Banco Central se houver demora.

A reportagem relata que, se o e-commerce no qual o consumidor sofreu a fraude não tomar as providências necessárias, a alternativa é acionar o Procon (Programa de Proteção e Defesa do Consumidor) ou IDEC (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor). Junte todos os documentos referentes à compra e ligue para o número 151 para solicitar orientações específicas.

Quase no final da reportagem apontamento às Delegacias Especializadas em crimes virtuais.

Se as opções anteriores ainda não ajudaram a lidar com os prejuízos de uma compra fraudulenta, a medida final indicada é acionar uma das Delegacias Especializadas em cibercrimes. Há diversas delas distribuídas pelos estados brasileiros, indica.

Com o intertítulo Boletim de Ocorrência de compra pela internet, destaque para a informação de que no estado de São Paulo é possível fazer esse registro online. Para isso, basta acessar a página da Delegacia Eletrônica e completar as informações requeridas para que uma investigação possa ser conduzida, sublinha o texto.

O texto ressalta ainda a importância de fornecer o máximo de informações possíveis sobre o caso, como capturas de tela das cobranças e de suas tentativas de contato com a loja. Dessa forma, as chances de que o caso seja resolvido aumentam.

**PONTOS POSITIVOS:** Texto menciona que na Delegacia Eletrônica de São Paulo é possível registrar o Boletim de Ocorrência online relatando operações de compra fraudulentas.

**RISCOS À IMAGEM:** Não há risco no noticiário do dia.

**AÇÕES DE ASSESSORIA DE IMPRENSA:** Releases e notas sobre a Delegacia Eletrônica como canal para registrar fraudes pela internet e dicas de segurança são assuntos de alta aceitação na mídia. Aumento dos canais de compra digitais durante a pandemia de coronavírus podem ampliar a aderência na mídia.

<b>ANÁLISE DIÁRIA</b>	<b>17/10/2020</b>
<b>Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo</b>	
<b>Pesquisa: Delegacia Eletrônica</b>	
<b>Destaque do dia:</b>	
Jornal Cruzeiro do Sul OL – Segurança pública requer investimentos	

### **Análise:**

No site do Jornal Cruzeiro do Sul, em Sorocaba, reportagem de Vinicius Camargo, no contexto das eleições municipais, relata que a segurança pública em Sorocaba precisa de melhorias, em alguns aspectos. O investimento em tecnologias para aprimorar as operações de fiscalização e investigações é igualmente necessário, aponta Mauro da Costa Ribas Júnior, membro do Conselho Municipal de Segurança Pública (Comsep), da Comissão de Direito Militar e bacharel em Ciências Policiais e de Segurança Pública, que cita a Delegacia Eletrônica da Polícia Civil de São Paulo.

Para ele, modernizar os procedimentos de fiscalização e combate a crimes, ampliar os investimentos no setor, bem como estabelecer integração eficiente entre as forças de segurança são as ações mais necessárias, neste momento.

Pesquisas mostram que o cenário da segurança na cidade é positivo. Neste ano, Sorocaba registrou o menor Índice de Exposição a Crimes Violentos (IECV) desde 2014, segundo o Instituto Sou da Paz. No ranking da pesquisa, entre os 139 municípios analisados, a cidade ficou na posição de número 76. Além disso, conforme estatísticas da Secretaria de Segurança Pública (SSP-SP) e da Polícia Civil do Estado de São Paulo, os índices de homicídios, estupros, roubos e furtos caíram em 2019, na comparação com o ano anterior.

Mesmo com a pandemia de Covid-19, que acarretou no isolamento social, até as estatísticas de violência doméstica tiveram redução de 63,34% neste ano, em comparação com o anterior, segundo registros da Delegacia de Defesa da Mulher (DDM). Por outro lado, a quantidade de drogas apreendidas na região, entre janeiro e agosto, foi recorde dos últimos 20 anos, com mais de 30 toneladas. A continuidade dos pancadões, apesar das ações para combatê-los, é outro problema.

Uma das principais causas dessas ações criminosas é a falta do trabalho em conjunto entre a Prefeitura, as polícias Civil e Militar e a Guarda Civil Municipal (GCM), aponta Ribas Júnior. Para ele, a relação entre o Comsep, a administração municipal e as forças de segurança deveria ser estreitada. Dessa forma, haveria maior compartilhamento de informações e o

trabalho em conjunto auxiliaria na definição de ações eficazes para a erradicação da criminalidade, considera. “Dessa forma, em um só conselho, a prefeitura conseguiria ter todas os panoramas e todas as visões da segurança pública”, afirma. Outra ação seria a descentralização das companhias da PM.

O investimento em tecnologias para aprimorar as operações de fiscalização e investigações é igualmente necessário. Hoje, a Polícia Civil já conta com a delegacia eletrônica, para o registro de ocorrências. Há, também, a possibilidade de se fazer denúncias por meio do WhatsApp. Porém, faltam recursos tecnológicos de inteligência, diz o especialista.

A reportagem pontua as propostas de melhoria na segurança em Sorocaba dos oito candidatos que concorrem à prefeitura.

**PONTOS POSITIVOS:** Tecnologias para aprimorar as operações de fiscalização e investigações são apontadas por especialista na matéria, que cita a Delegacia Eletrônica da Polícia Civil de São Paulo.

**RISCOS À IMAGEM:** Não há risco à imagem no noticiário do dia.

**AÇÕES DE ACESSORIA DE IMPRENSA:** Manter acessíveis e atualizados dados da Delegacia Eletrônica nos municípios paulistas para antecipar-se a questionamentos da mídia e de disputas eleitorais.



<b>ANÁLISE DIÁRIA</b>	<b>18/10/2020</b>
<b>Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo</b>	
<b>Pesquisa: Delegacia Eletrônica</b>	
<b>Destaques do dia:</b>	
DGABC OL - 'A Polícia Civil está se tornando mais tecnológica'	

**Análise:**

“A Polícia Civil está se tornando mais tecnológica”, no site do Diário do Grande ABC, em reportagem de Bia Moço, entrevista o Delegado Seccional de São Bernardo, Ronaldo Tossunian. Segundo o texto, ele avalia que deixará sua marca em sua primeira passagem pela Polícia Civil do Grande ABC, tendo como legado “mais velocidade para a seccional”. Com 30 anos de profissão na Capital, revela que tem como objetivo diminuir índices criminais nas duas cidades que coordena, São Bernardo e São Caetano, sobretudo os de patrimônio. E elogia os avanços na investigação e no combate intensivo ao crime organizado, frutos de mais tecnologia e investimentos na segurança pública.

“Nosso delegado geral, Ruy Ferraz Fontes, está investindo nesse combate ao crime organizado e em sistemas de tecnologia. A Polícia Civil está se tornando muito mais tecnológica. Temos muitas novas ferramentas que estão sendo úteis para investigar. A questão do reconhecimento facial, por exemplo, é um avanço. Chegamos a esse nível de sofisticação. O que se via em primeiro mundo, em filme, hoje é possível fazer aqui, e temos isso”, explica Tossunian.

“A Polícia Civil está se renovando, se reinventando, está cada dia melhor. Estamos evoluindo muito. A polícia agora deixa de trabalhar do criminoso para o crime, e virou técnica, trabalhando do crime para o criminoso. A Delegacia Eletrônica, com a pandemia, veio para ajudar a população. Foi ampliada, para que mais boletins de ocorrência possam ser feitos sem que a pessoa saia de casa. E tem esclarecido muitos casos, principalmente os de violência doméstica, em que se tem medidas imediatas. Foi um grande avanço”, registra o Diário do Grande ABC.

**PONTOS POSITIVOS:** A delegacia eletrônica, com a pandemia, veio para ajudar a população. Foi ampliada, para que mais boletins de ocorrência possam ser feitos sem que a pessoa saia de casa. E tem esclarecido muitos casos, principalmente os de violência doméstica, em que se tem medidas imediatas, afirma o Delegado.

*Handwritten mark*

*Handwritten mark*

*Handwritten initials*

**RISCOS À IMAGEM:** Não há risco no noticiário do dia.

**AÇÕES DE ASSESSORIA DE IMPRENSA:** Manter acessíveis e atualizados dados da Delegacia Eletrônica nos municípios paulistas para auxílio na hora de entrevistas. Sumários devem ser enviados aos entrevistados como um guia de perguntas e respostas mais comuns.

2

1

145  
P

<b>ANÁLISE DIÁRIA</b>	<b>29/10/2020</b>
<b>Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo</b>	
<b>Pesquisa: Delegacia Eletrônica</b>	
<b>Destaque do dia:</b>	
Costa Norte OL - Polícia Civil recebe visita de Integrantes das Secretarias de Segurança Pública de três Estados	
G1- VÍDEO: Homem coloca gatinho em caixa e arremessa em terreno em São Carlos, diz denúncia	

### **Análise:**

No site Costa Norte, de Bertioga, destaque para a notícia de que a Polícia Civil recebe visita de Integrantes das Secretarias de Segurança Pública de três Estados. Durante o evento, o Delegado-Geral de Polícia, Ruy Ferraz Fontes, abordou as questões inovadoras da Polícia Civil de São Paulo, como a identificação por biometria, ampliação da Delegacia Eletrônica, nova Divisão de Crimes Cibernéticos do Deic e avanços na metodologia de investigações criminais. No G1, São Carlos e Araraquara, em cenário sensível, moradora diz que homem colocou gato em caixa e jogou no mato, em São Carlos, e que encontrou dificuldade na delegacia quando foi fazer o B.O., veicula a reportagem em vídeo e texto. SSP-SP disse que todas as denúncias de maus-tratos contra animais no estado de São Paulo, podem ser registradas pela Delegacia Eletrônica de Proteção Animal.

Na quinta-feira (29), o Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública do Mato Grosso do Sul, Antônio Carlos Videira, o Subsecretário de Inteligência e Atuação Integrada da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais, General Ramon Marçal da Silva, e o Secretário de Estado de Segurança Pública do Paraná, Coronel Rômulo Marinho Soares, participaram do encontro na sala do Conselho da Polícia Civil, na Luz, região central da Capital paulista. A visita teve como objetivo estreitar o relacionamento das Polícias Cíveis dos três Estados com a Polícia Civil de São Paulo. Na ocasião, deu-se ênfase na cooperação e profissionalismo das forças policiais durante o transcorrer da “operação Divisas III”, deflagrada, nesta data, nos três Estados da Federação, noticia o Costa Norte.

Os Secretários foram recepcionados pelo Delegado-Geral de Polícia, Ruy Ferraz Fontes, pela Delegada Geral de Polícia Adjunta, Elisabete Ferreira Sato e pelo Secretário da Segurança Pública do Estado de São Paulo, General João Camilo Pires de Campos.

Em São Carlos, homem coloca gatinho em caixa e arremessa em terreno em São Carlos, diz denúncia. Suspeito foi questionado e confessou maus-tratos em gravação. Filhote, batizado de Vitória, foi resgatado com lesões neurológicas e suspeita de envenenamento e está internado em clínica. A reportagem da EPTV, afiliada da TV Globo, entrou em contato com o homem, que negou as acusações e disse que nunca maltratou animais. Um boletim de ocorrência foi registrado e a Polícia Civil vai investigar. Segundo o texto, quando Luciana Silva foi registrar boletim a pessoa que a recebeu no local teria dito que não iria adiantar ela fazer o B.O.

A natureza do boletim de ocorrência foi registrada como: praticar ato de abuso a animais. No documento o investigador escreveu o relato baseado nos vídeos apresentados pela cuidadora. Diz também que o suspeito primeiro negou que teria maltratado o gato, mas depois confessou que colocou o animal numa caixa e jogou no terreno.

A Secretaria de Segurança Pública foi procurada, mas não respondeu sobre a dificuldade para o registro. Em nota, informou que o caso citado é investigado pelo 3º DP de São Carlos. Informou ainda que de janeiro a setembro deste ano, foram registradas 10.852 denúncias, 21% a mais do que no mesmo período de 2019. A SSP disse ainda que todas as denúncias de maus-tratos contra animais no estado de São Paulo, podem ser registradas pela Delegacia Eletrônica de Proteção Animal.

**PONTOS POSITIVOS:** Menção à ampliação da Delegacia Eletrônica entre os avanços tecnológicos no texto sobre o encontro com os secretários do Mato Grosso do Sul, Minas Gerais e Paraná. Na reportagem do G1, a nota em que a SSP-SP disse que todas as denúncias de maus-tratos contra animais no estado de São Paulo podem ser registradas pela Delegacia Eletrônica de Proteção Animal.

**RISCOS À IMAGEM:** A dificuldade do registro do Boletim de Ocorrência pode ser um risco caso venha a ocorrer novamente.

**AÇÕES DE ASSESSORIA DE IMPRENSA:** Levantar os dados da DEPA no contexto das demais ações de proteção animal da SSP-SP pode permitir uma abordagem mais abrangente sobre o tema e gerar novos dados e novas pautas.

2

f

147  
p

<b>ANÁLISE DIÁRIA</b>	<b>05/11/2020</b>
<b>Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo</b>	
<b>Pesquisa: Delegacia Eletrônica</b>	
<b>Destaque do dia:</b>	
Primeira Edição OL - Solicitação de 2ª via de cartões BOM Escolar e Sênior precisa do Boletim de Ocorrência	
Click Guarulhos - Solicitação de 2ª via de cartões BOM Escolar e Sênior precisa do Boletim de Ocorrência	

### Análise:

Os sites Primeira Edição, Carapicuíba, e o Click Guarulhos fazem menção à Delegacia Eletrônica na reportagem que explica que, para garantir os benefícios de meia tarifa ou gratuidade para os clientes do Cartão BOM Escolar e Sênior que usam as linhas intermunicipais gerenciadas pela EMTU/SP, a solicitação da 2ª via do cartão deverá ter em seu pedido o Boletim de Ocorrência por perda, furto, roubo ou extravio, conforme determina a Resolução 32 da Secretaria dos Transportes Metropolitanos de 29/3/2019.

O Boletim de Ocorrência pode ser feito online, na delegacia eletrônica do Estado de São Paulo, pelo site: <http://www.delegaciaeletronica.policiacivil.sp.gov.br/ssp-de-cidadao/home>. Além do BO, é necessário que o cidadão dê o aceite no Termo de Ciência sobre o uso do cartão, o que garantirá a ciência sobre uma possível utilização indevida do benefício, sublinha o texto.

O BOM é um cartão de transporte aceito nos ônibus de linhas intermunicipais gerenciadas pela EMTU/SP e que atendem os 39 municípios da Região Metropolitana de São Paulo, além da CPTM e do Metrô.

**PONTOS POSITIVOS:** A menção na matéria à Delegacia Eletrônica e seu endereço eletrônico.

**RISCOS À IMAGEM:** Não há risco à imagem no noticiário do dia.

**AÇÕES DE APOIO À IMPRENSA:** Elaborar um parágrafo de resumo em locais de visibilidade em sites da SSP-SP sobre a Delegacia Eletrônica com um rápido histórico e a atualização dos números de atendimento pode ajudar a ampliar o espaço da DE no noticiário produzido por terceiros.

2

5

249



<b>ANÁLISE DIÁRIA</b>	<b>10/11/2020</b>
<b>Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo</b>	
<b>Pesquisa: Delegacia Eletrônica</b>	
<b>Destaques do dia:</b>	
UOL - Cerca de 280 mil clientes da Enel em Osasco (SP) tiveram seus dados vazados	

### **Análise:**

Reportagem do UOL, em Últimas Notícias, informa que clientes da distribuidora de energia Enel São Paulo do município de Osasco, na Grande São Paulo, vêm sendo informados, desde segunda-feira (9), que tiveram seus dados cadastrais vazados indevidamente. A Delegacia Eletrônica é citada por advogada especialista em Direito Digital como canal de denúncia, caso a pessoa seja vítima de uma eventual fraude em decorrência do vazamento dos dados.

Segundo a concessionária, 4% da base de clientes na área da empresa foram atingidos pelo problema. Entre os dados vazados estão nome, documentação, data de nascimento, endereço, números de telefone, dados bancários e informações sobre a instalação elétrica. A empresa possui atualmente 7,2 milhões de consumidores em 24 municípios.

A Enel afirmou que está enviando comunicados aos clientes afetados pelo vazamento individualmente, por meio de e-mail ou carta - como preconiza a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), em vigor desde setembro. Por meio de nota, a empresa afirma que desabilitou o acesso ao banco de dados e que abriu uma investigação interna para apurar o ocorrido, reporta o texto.

A LGPD estabelece penalidades para empresas que vazam dados de clientes, que variam de uma advertência a uma multa de 2% sobre o faturamento anual, limitada a R\$ 50 milhões. A Enel São Paulo registrou lucro de R\$ 159,4 milhões no terceiro trimestre de 2020. A decisão ficará a cargo da ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados).

Gisele Truzzi, advogada especialista em Direito Digital da Truzzi Advogados, ouvida na reportagem, alerta ainda aos clientes da concessionária que receberam o e-mail notificando sobre o vazamento de dados que confirmam a procedência do mesmo. Segundo ela, golpistas podem, na tentativa de se aproveitarem da situação, enviar comunicados fraudulentos para praticarem o phishing (“pescaria”), usando o nome da empresa e logomarca, solicitando mais informações ou pedindo para clicarem em links suspeitos. Caso o e-mail seja autêntico, a advogada recomenda que o cliente registre um boletim de ocorrência em Delegacia Eletrônica

*J*

*J*

*JUS*  
*Y*

para que se resguarde caso seja vítima de uma eventual fraude em decorrência do vazamento dos dados.

**PONTOS POSITIVOS:** A Delegacia Eletrônica é recomendada pela advogada especialista em Direito Digital informa do que o registro um boletim de ocorrência resguarda o consumidor caso seja vítima de uma eventual fraude em decorrência do vazamento dos dados.

**RISCOS À IMAGEM:** Não há riscos no noticiário.

**AÇÕES DE ASSESSORIA DE IMPRENSA:** Preparar-se antecipadamente para questionamentos da mídia sobre como a Polícia tem tratado casos como o vazamento de dados após a entrada em vigor da LGPD, em setembro.

2

1

150  
f

<b>ANÁLISE DIÁRIA</b>	<b>12/11/2020</b>
<b>Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo</b>	
<b>Pesquisa: Delegacia Eletrônica</b>	
<b>Destaque do dia:</b>	
R7 – Fala Brasil - Delegacia online para mulheres: saiba como fazer denúncias virtuais de agressões	
R7 – Cidade Alerta - Delegacia online para mulheres registra denúncias de agressões	
Jornal da Região - Denúncias de maus-tratos a animais têm aumento de 81,5%	

### **Análise:**

No portal R7, reportagens veiculadas na TV Record, nos programas Fala Brasil e Cidade Alerta, destacam já no título “a delegacia online para mulheres”, em matérias sobre como fazer denúncias virtuais de agressões. O Jornal da Região, de Jundiaí, contextualiza para a cidade o aumento nos casos de maus-tratos e abandono de animais, a partir dos dados gerais da Delegacia Eletrônica de Proteção Animal (Depa), que registrou aumento de 81,5% nos primeiros sete meses deste ano comparado ao mesmo período do ano anterior.

A TV Record publica reportagens sobre a violência contra mulheres em dois programas de sua grade diária. No jornal Fala Brasil reportagem de Eduardo Sozo traz informações sobre o funcionamento da Delegacia Eletrônica no acolhimento de queixas e denúncias de violência doméstica. A matéria destaca que o serviço de denúncias por meio da internet, pioneiro no Brasil, está ativo desde abril de 2020.

A Delegada e coordenadora do serviço online da Delegacia de Defesa da Mulher (DDM), Monica Pescarmona, concede entrevista e ressalta a importância do registro das ocorrências. “Costumo dizer que com um tablet ou celular as mulheres têm uma Delegacia da Mulher nas mãos”.

Em São Paulo, a Delegacia Eletrônica pode ser acessada 24 horas por dia. Por meio do serviço, a vítima pode enviar fotos e solicitar ajuda na hora em que a agressão estiver acontecendo.

Já no programa Cidade Alerta a mensagem é que denunciar abusos sempre é o caminho para tentar se proteger. A reportagem realizada pelo jornalista Eduardo Sozo é replicada no programa. Segundo dados da Polícia Civil, 70% das denúncias resultam em medidas protetivas. Neste caso, o serviço da DDM Online também foi projetado para dar suporte à vítima.

São 67 policiais civis, entre eles seis delegados, se revezam em plantões de 12 horas atendendo às denúncias que chegam eletronicamente. Devido a agilidade dos serviços a DDM Online foi avaliada positivamente por 98% das mulheres que recorreram ao serviço.

**PONTOS POSITIVOS:** Entrevista da coordenadora da DDM Online nas reportagens da Record. Registro de que a DDM Online foi avaliada positivamente por 98% das mulheres que recorreram ao serviço. A Depa segue como fonte em reportagens sobre denúncias de maus-tratos a animais.

**RISCOS À IMAGEM:** Não há risco à imagem no noticiário do dia.

**AÇÕES DE ASSESSORIA DE IMPRENSA:** A presença da coordenadora da DDM Online valoriza o trabalho e transmite segurança à audiência sobre o processo da Delegacia Eletrônica. Reportagens em texto com uma ou duas frases da coordenadora e demais porta-vozes podem acompanhar releases à emissoras de rádio e ampliar a divulgação.

<b>ANÁLISE DIÁRIA</b>	<b>16/11/2020</b>
<b>Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo</b>	
<b>Pesquisa: Delegacia Eletrônica</b>	
<b>Destaque do dia:</b>	
RP10 - Mais de 120 mil animais foram apreendidos e resgatados pela PM Ambiental nos últimos quatro anos em SP	

### **Análise:**

Reportagem no RP10, site regional de Araçatuba, registra sobre os mais de 120 mil animais que foram apreendidos e resgatado pela PM Ambiental nos últimos quatro anos. A PM Ambiental consegue realizar as apreensões e resgates de animais durante patrulhamento e também por meio de denúncias feitas no site, pelo aplicativo “Denúncia Ambiente” ou pela Delegacia Eletrônica de Proteção Animal, relata a reportagem.

O texto explica que a PM Ambiental passa pelo Curso de Contenção para Medidas de Apreensão de Animais. Essa capacitação é fundamental para que os policiais atuem nas mais variadas ocorrências, com animais de diferentes tamanhos e utilizando diversos modos de contenção e transporte, evitando causar estresse aos bichos e acidentes com a equipe envolvida.

Mas a rotina da PM Ambiental não é feita apenas de animais de grande porte. O mais comum são casos de aves silvestres mantidas em cativeiro irregularmente, como aconteceu em Juquiá, no início de novembro. Na ocasião, mais de 20 pássaros, das espécies curió, bigodinho, pássaro preto, coleirinho, pixarro, azulão e canário, foram resgatados. Além disto, foi recolhida uma armadilha de caça e uma espingarda calibre 28. Um homem, de 66 anos, foi autuado.

A PM Ambiental consegue realizar as apreensões e resgates de animais durante patrulhamento e também por meio de denúncias feitas no site, pelo aplicativo “Denúncia Ambiente” ou pela Delegacia Eletrônica de Proteção Animal. Para isto, a Instituição conta com um efetivo de mais de 1,7 mil profissionais e uma frota que ultrapassa os 470 veículos terrestres e aquáticos.

Os policiais ambientais possuem total preparação para lidar com os casos já citados, mas isso não impede que, em algumas ocorrências, seja solicitada o apoio de um médico veterinário. Além disto, dentro desta atividade é imprescindível parcerias para ter a certeza que o resgate valeu a pena e que o animal terá o tratamento que merece e precisa. Por isso, a PM Ambiental atua em conjunto com ONGs autorizadas e mantidas pela iniciativa privada, Centros de Triagem de Animais Silvestres (CETAs) e Centros de Recuperação de Animais Silvestres

*Handwritten marks:* A blue scribble resembling a stylized 'P' or '2' is located on the right margin. A red arrow points to the text 'Centros de Triagem de Animais Silvestres' in the final paragraph. Another blue scribble is visible at the bottom right corner.



(CRAs) – locais que possuem toda a estrutura necessária para receber e cuidar dos animais apreendidos.

Desde 2017, mais de 13 mil pessoas foram autuadas por crimes cometidos contra animais silvestres e domésticos no Estado de São Paulo. Há que destacar que delitos desta natureza resultam em penas que podem variar entre seis meses a cinco anos de reclusão, além de multa.

**PONTOS POSITIVOS:** Texto combina atuação da força policial paulista e a Delegacia Eletrônica como canal online para denúncias.

**RISCOS À IMAGEM:** Não há risco no noticiário do dia.

**AÇÕES DE ASSESSORIA DE IMPRENSA:** Pautas que demonstrem a ação policial em sintonia e inteligência das forças da SSP-SP tendem a despertar o interesse de editores na mídia.

*Handwritten signature*

*Handwritten mark*

*Handwritten initials LS4*

<b>ANÁLISE DIÁRIA</b>	<b>17/11/2020</b>
<b>Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo</b>	
<b>Pesquisa: Delegacia Eletrônica</b>	
<b>Destaque do dia:</b>	
Primeira Página - Mais de 120 mil animais foram apreendidos e resgatados pela PM Ambiental nos últimos quatro anos em SP	
Beto Ribeiro Repórter - Mais de 120 mil animais foram apreendidos e resgatados pela PM Ambiental nos últimos quatro anos em SP	

### **Análise:**

Ganha veiculação nos sites Primeira Página, de Osasco, e Beto Ribeiro Repórter, Araras, a reportagem sobre os mais de 120 mil animais que foram apreendidos e resgatado pela PM Ambiental nos últimos quatro anos e que citam a Delegacia Eletrônica de Proteção Animal (Depa) como canal de denúncia.

A PM a Ambiental consegue realizar as apreensões e resgates de animais durante patrulhamento e por meio de denúncias feitas no site, pelo aplicativo “Denúncia Ambiente” ou pela Delegacia Eletrônica de Proteção Animal. Para isto, a Instituição conta com um efetivo de mais de 1,7 mil profissionais e uma frota que ultrapassa os 470 veículos terrestres e aquáticos.

Desde 2017, mais de 13 mil pessoas foram autuadas por crimes cometidos contra animais silvestres e domésticos no Estado de São Paulo. Há que destacar que delitos desta natureza resultam em penas que podem variar entre seis meses a cinco anos de reclusão, além de multa.

Os policiais ambientais possuem total preparação para lidar com os casos já citados, mas isso não impede que, em algumas ocorrências, seja solicitada a presença e o apoio de um médico veterinário. Além disto, dentro desta atividade é imprescindível parcerias para ter a certeza que o resgate valeu a pena e que o animal terá o tratamento que merece e precisa. Por isso, a PM Ambiental atua em conjunto com ONGs autorizadas e mantidas pela iniciativa privada, Centros de Triagem de Animais Silvestres (CETAs) e Centros de Recuperação de Animais Silvestres (CRAs) – locais que possuem toda a estrutura necessária para receber e cuidar dos animais apreendidos.

Depois de recuperado, é avaliada a reintrodução do animal na natureza e, em caso positivo, realizada sua soltura, também com apoio de PMs ambientais para manter a segurança dos animais e de toda a equipe. Há casos, no entanto, que a devolução ao habitat natural não

2

✓

155

passa por todo esse processo. Isso ocorre quando o animal é recém-capturado, selvagem e não apresenta lesões – medida prevista pela Instrução Normativa 23 do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) em seu artigo 15.

**PONTOS POSITIVOS:** Texto combina atuação da força policial paulista e a Delegacia Eletrônica como canal online para denúncias.

**RISCOS À IMAGEM:** Não há risco à imagem no noticiário do dia.

**AÇÕES DE ASSESSORIA DE IMPRENSA:** Pautas que demonstrem a ação policial mostrando sintonia e inteligência das forças da SSP-SP tendem a despertar o interesse dos veículos.

2

1

186

<b>ANÁLISE DIÁRIA</b>	<b>24/11/2020</b>
<b>Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo</b>	
<b>Pesquisa: Delegacia Eletrônica</b>	
<b>Destaques do dia:</b>	
Guia do Estudante - Tema de redação: o combate aos maus-tratos a animais	

### **Análise:**

Não é de hoje que as bancas dos grandes vestibulares estão de olho em temas relacionados aos direitos dos animais, explica a reportagem de Taís Ilhéu, no site Guia do Estudante, da Abril. Dados da Depa são citados: apenas no estado de São Paulo, o número de denúncias de episódios de maus-tratos aumentou 81,5% no primeiro semestre de 2020 em comparação ao mesmo período do ano passado, segundo informações da Delegacia Eletrônica de Proteção Animal (Depa) de SP.

A reportagem indica que apesar de ser amplamente discutido, os direitos dos animais e o combate aos maus-tratos está longe de ser um tema gasto ou velho. Pelo contrário: uma mudança na legislação, em referência a chamada Lei Sansão, o atualizou este ano e fez com que diversos professores o cotassem como um forte candidato à tema de redação de grandes vestibulares

Sancionada no final de setembro pelo presidente Jair Bolsonaro, a Lei 1095/2019, que ficou conhecida como Lei Sansão, endurece as penas para quem pratica maus-tratos contra cães e gatos. Antes dela, a punição era regulada pelo artigo 32 da Lei de Crimes Ambientais, que previa detenção de três meses a um ano e multa. Acontece que, na prática, essa pena era quase sempre convertida em prestação de serviços e doação de cestas básicas. Agora, quem for denunciado por maltratar esses animais de estimação pode ser punido com dois a cinco anos de reclusão, multa e a proibição de ter a guarda de outros bichos no futuro. Para defensores da causa animal, a mudança na legislação já é um passo e tanto – embora não solucione o problema por si só, é claro, explica a reportagem.

Além dessa mudança na legislação, o tema também se mantém recente, infelizmente, em função desse aumento de casos de violência contra os animais, ainda mais em tempos de pandemia. Apenas no estado de São Paulo, o número de denúncias de episódios de maus-tratos aumentou 81,5% no primeiro semestre de 2020 em comparação ao mesmo período do ano passado, segundo informações da Delegacia Eletrônica de Proteção Animal (Depa) de SP.

9

1

157

**PONTOS POSITIVOS:** Referência à Depa em reportagem de interesse de vestibulandos.

**RISCOS À IMAGEM:** Não há risco no noticiário do dia.

**AÇÕES DE ASSESSORIA DE IMPRENSA:** Manter acessíveis e atualizados dados da Depa nos municípios paulistas ajuda na hora de entrevistas. Sumários devem ser enviados aos entrevistados como um guia de perguntas e respostas mais comuns.



<b>ANÁLISE DIÁRIA</b>	<b>25/11/2020</b>
<b>Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo</b>	
<b>Pesquisa: Delegacia Eletrônica</b>	
<b>Destaque do dia:</b>	
ABC do ABC OL - Ferramenta permite que mulheres vítimas de violência denunciem o agressor pela internet	

### **Análise:**

Reportagem da redação do site ABC do ABC, de Santo André, tem como fonte a Prodesp, e lembra que, nesta quarta-feira (25), é celebrado o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres, data que tem como objetivo combater e dar fim a qualquer tipo de agressão. Sensível à questão, a Prodesp – empresa de tecnologia do Estado – contribuiu no desenvolvimento da Delegacia Eletrônica, plataforma do Governo de São Paulo que facilita e incentiva o registro de ocorrências, incluindo as de violência doméstica.

A ferramenta, desenvolvida para a Secretaria da Segurança Pública (SSP), permite registrar Boletim de Ocorrência para uma série de crimes que antes só podiam ser relatados presencialmente, inclusive contra a mulher. Disponível a partir de qualquer dispositivo conectado à internet, o sistema proporciona maior comodidade e praticidade às vítimas, que não precisam mais se deslocar até os distritos policiais. Até o final do mês de outubro, o portal somava mais de 15 mil acessos. As ocorrências devem ser registradas no [www.delegaciaeletronica.policiacivil.sp.gov.br](http://www.delegaciaeletronica.policiacivil.sp.gov.br).

“Para que possam contar com ajuda, é indispensável que as mulheres entendam as formas de violência e saibam que existem medidas protetivas. Qualquer tipo de violência pode impactar na saúde, no equilíbrio emocional e na autoestima. Independentemente de cor, raça e classe social, esse crime precisa ser combatido e cabe a nós, do poder público, buscar ferramentas inovadoras para ajudar e incentivar a denúncia do agressor”, afirma André Arruda, presidente da Prodesp.

De acordo com dados divulgados pela ONU Mulheres, em setembro, os índices de violência dispararam em todo mundo durante a pandemia do coronavírus. O Peru teve aumento nos desaparecimentos de mulheres, Nigéria e África do Sul registraram acréscimo significativo de estupros, e o feminicídio ficou em alta no México e no Brasil. Em nosso país, inclusive, foram contabilizados 648 casos de feminicídio no primeiro semestre de 2020, o que

corresponde a um aumento de 1,9% se comparado ao mesmo período de 2019, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP).

**PONTOS POSITIVOS:** A Delegacia Eletrônica é destacada na matéria e demonstra sinergia entre os órgãos do Governo de SP.

**RISCOS À IMAGEM:** Não há risco à imagem no noticiário.

**AÇÕES DE ASSESSORIA DE IMPRENSA:** Relacionamento com assessorias de imprensa de outros órgãos públicos e parceiros podem ampliar a divulgação da Delegacia Eletrônica como no caso da matéria.

2

160  
p

<b>ANÁLISE DIÁRIA</b>	<b>26/11/2020</b>
<b>Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo</b>	
<b>Pesquisa: Delegacia Eletrônica</b>	
<b>Destaque do dia:</b>	
Folha da Terra OL - Ferramenta permite que mulheres vítimas de violência denunciem o agressor pela internet	

#### **Análise:**

No site da Folha da Terra, de Itupeva, volta a receber veiculação a reportagem sobre a Delegacia Eletrônica, que permite que mulheres vítimas de violência denunciem o agressor pela internet. O texto tem como fonte a Prodesp.

A ferramenta, desenvolvida para a Secretaria da Segurança Pública (SSP), permite registrar Boletim de Ocorrência para uma série de crimes que antes só podiam ser relatados presencialmente, inclusive contra a mulher.

Disponível a partir de qualquer dispositivo conectado à internet, o sistema proporciona maior segurança, comodidade e praticidade às vítimas, que não precisam mais se deslocar até os distritos policiais.

Até o final do mês de outubro, o portal somava mais de 15 mil acessos. As ocorrências devem ser registradas no [www.delegaciaeletronica.policiaivil.sp.gov.br](http://www.delegaciaeletronica.policiaivil.sp.gov.br).

**PONTOS POSITIVOS:** A Delegacia Eletrônica é destacada em toda a matéria e demonstra sinergia entre os órgãos do Governo de SP.

**RISCOS À IMAGEM:** Não há risco à imagem no noticiário.

**AÇÕES DE ASSESSORIA DE IMPRENSA:** Relacionamento com assessorias de imprensa de outros órgãos públicos e parceiros podem ampliar a divulgação da Delegacia Eletrônica como no caso da matéria.

2

164

<b>ANÁLISE DIÁRIA</b>	<b>23/12/2020</b>
<b>Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo</b>	
<b>Pesquisa: Delegacia Eletrônica</b>	
<b>Destaque do dia:</b>	
Jornal da Orla: Itanhaém ganha primeira Delegacia de Defesa da Mulher	
Primeira Edição: SP inaugura a primeira Delegacia de Defesa da Mulher de Itanhaém	

### **Análise:**

O governador João Doria e o Secretário Executivo da Segurança Pública Álvaro Camilo participaram, na terça-feira (22), da inauguração virtual da primeira Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) da cidade de Itanhaém, no litoral Sul. Agora, o Estado passa a contar com 136 unidades especializadas no combate a crimes cometidos contra pessoas do gênero feminino, crianças e adolescentes, ampliando a segurança da população. Delegacia Eletrônica da mulher é citada pelo Coronel Álvaro Camilo, Secretário Executivo da Segurança Pública. As informações estão nos sites do Jornal da Orla, Santos, e no Primeira Edição, Carapicuíba, tendo como fonte o Portal do Governo de SP.

“Nós apoiamos e agimos na proteção da mulher. Mais de 1/3 das delegacias da mulher do Brasil estão em São Paulo, sendo 10 delegacias funcionando 24 horas por dia em todas as regiões do Estado. Somos o primeiro governo do país a criar uma delegacia da mulher online e o primeiro também a criar o SOS Mulher, programa premiado internacionalmente pela sua alta tecnologia, agilidade e custo zero no atendimento às mulheres em medida protetiva”, destacou Doria.

A nova DDM está localizada no centro da cidade, em local de fácil acesso para todos. O imóvel, locado pelo município, foi adaptado para receber a unidade, que conta com uma recepção central, brinquedoteca, sanitários públicos e adaptados para pessoas com deficiência, sala lilás para o atendimento exclusivo às vítimas, dois cartórios, sala para a delegada, para os investigadores, celas de custódia, além de uma edícula.

Criada por um decreto estadual, a DDM de Itanhaém é a terceira inaugurada na atual gestão. Nela, atuarão, além da delegada titular, Evelyn Gonzalez Gagliardi, duas escrivães, uma investigadora e um agente policial, com apoio de uma viatura.

“Essa proteção da mulher se estende por todo o Estado com mais essa delegacia e junte-se a isso a Delegacia Eletrônica da mulher, que está fazendo uma diferença grande”, disse o Coronel Álvaro Camilo, Secretário Executivo da Segurança Pública.

A nova DDM vai beneficiar mais de 100 mil habitantes da cidade. Anteriormente, o atendimento à mulher ou criança, vítima de violência, era realizado pelas delegacias de área.

O combate à violência contra a mulher é uma das prioridades da atual gestão, que já ampliou de uma para 10 o número de DDM 24 horas em funcionamento no Estado e inaugurou três novas especializadas territoriais. Outra medida para proteger o público feminino foi a criação da DDM Online, que abriu a possibilidade de registro eletrônico dos casos de violência doméstica. A iniciativa passou a valer no mês de abril deste ano e, desde então, mais de 16 mil boletins de ocorrência já foram registrados. A unidade conta com uma equipe que trabalha 24 horas por dia para analisar e validar os BOs. Se necessário, em casos em que as vítimas possam estar em perigo, equipes da unidade territorial mais próxima são direcionadas ao local para atendê-la, destaca a reportagem.

Somado a isto, desde agosto, todas as DDMs do Estado passaram a atender exclusivamente ocorrências de violência doméstica ou familiar e infrações contra a dignidade sexual praticadas contra pessoas com identidade de gênero feminino, deixando de levar em conta apenas o sexo, e contra crianças e adolescentes.

Por parte da Polícia Militar, desde março de 2019, também está em funcionamento o aplicativo SOS Mulher, que permite que as vítimas de violência doméstica – que possuam medida protetiva expedida pela Justiça – peçam ajuda quando estiverem em situação de risco apertando apenas um botão no celular.

**PONTOS POSITIVOS:** O valor da Delegacia Eletrônica no combate à violência contra a mulher. O registro do B.O. online, acionando a Polícia Civil e as DDMs, e o aplicativo SOS Mulher, acionando a Polícia Militar, demonstram a capacidade de gestão de recursos e de tecnologia da SSP-SP na integração da inteligência policial.

**RISCOS À IMAGEM:** Não há risco à imagem no noticiário do dia.

**AÇÕES DE ASSESSORIA DE IMPRENSA:** O registro dos casos de violência doméstica na Delegacia Eletrônica e a possibilidade do uso de aplicativo para resguardar vítimas com medida protetiva expedida pela Justiça demonstra o trabalho de inteligência digital da polícia e pode gerar interesse da mídia segmentada.



<b>ANÁLISE DIÁRIA</b>	<b>24/12/2020</b>
<b>Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo</b>	
<b>Pesquisa: Delegacia Eletrônica</b>	
<b>Destaques do dia:</b>	
Diário do Rio Claro OL - Polícia Civil completa 115 anos acompanhando o desenvolvimento de São Paulo	
Costa Norte OL - Polícia Civil completa 115 anos acompanhando o desenvolvimento de São Paulo	

### **Análise:**

Polícia Civil de São Paulo completou 115 anos de serviços prestados aos paulistas no dia 23 de dezembro, informam os sites Costa Norte, Bertiooga, e Jornal do Rio Claro. A trajetória de mais de um século da instituição é marcada pelo contínuo processo de desenvolvimento, acompanhando a própria evolução do Estado, até se tornar um dos principais órgãos de Polícia Judiciária do Brasil, preparada e equipada com as técnicas e ferramentas mais modernas existentes no mundo. O site da cidade de Rio Claro lembra ainda que na quarta-feira (23) foi comemorado em todo o Estado de São Paulo o “Dia do Investigador de Polícia”. O texto traz as declarações de respeito e admiração do Delegado-Geral da Polícia Civil, Ruy Ferraz Fontes aos profissionais que atuam na busca de indícios criminais e seus autores logo após a instauração de inquéritos policiais. Delegacia Eletrônica é citada em ambas as matérias que creditam como fonte nos textos a Polícia Civil.

A criação de uma organização especializada em investigações criminais, formada por profissionais de carreira remunerados, foi proposta por José Cardoso de Almeida, chefe da polícia paulista no início dos anos 1900. Suas ideias foram apresentadas em 1902, ao então presidente da província de São Paulo, Francisco de Paula Rodrigues Alves, em um documento que alertava autoridades sobre a necessidade de profissionalização da estrutura pública de combate ao crime. Em 23 de dezembro de 1905, o Congresso Estadual aprovou a Lei no 979, criando a Polícia Civil de Carreira do Estado de São Paulo. Sob comando do secretário de Justiça no período, Washington Luis Pereira de Sousa, a Polícia Civil surgiu com seis classes de delegados e alguns Distritos Policiais.

Desde então, a instituição se desenvolveu agregando sempre novas técnicas e as principais inovações tecnológicas existentes. Atualmente a Polícia Civil de São Paulo atende todos os municípios paulistas e possui órgãos e departamentos especializados em diferentes

Handwritten signature in blue ink.

Handwritten number 764 and a signature in blue ink.

áreas, como o Denarc (Departamento Estadual de Prevenção e Repressão ao Narcotráfico), o DHPP (Departamento Estadual de Homicídios e de Proteção à Pessoa), o DPPC (Departamento de Polícia de Proteção à Cidadania).

A história da Polícia Civil paulista também é de pioneirismo no combate à violência contra a mulher, na defesa das minorias e de grupos vulneráveis. Em São Paulo foi inaugurada a primeira DDM (Delegacia de Defesa da Mulher) do Brasil e o Estado também possui a maior rede de delegacias especializadas em violência de gênero do país, com 136 unidades, sendo dez com atendimento 24 horas. Para combater os crimes motivados por orientação sexual, religiosa, cor ou raça, desde 2006 a PC paulista possui a Decradi (Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância).

Paralelamente à evolução da estrutura física e dos procedimentos de Polícia Judiciária, a instituição se adaptou rapidamente à revolução tecnológica e dos meios digitais das últimas décadas e moderniza suas práticas a cada novidade disponível. Por meio do Dipol (Departamento de Inteligência da Polícia Civil), a PC agregou ferramentas inovadoras aos processos de investigação, como o sistema de reconhecimento facial, implantou o modelo de RG Digital para toda a população paulista, e criou a Delegacia Eletrônica para facilitar o acesso da população aos serviços de segurança pública, incluindo a DDM Online.

**PONTOS POSITIVOS:** A Polícia Civil agregou ferramentas inovadoras aos processos de investigação, como o sistema de reconhecimento facial, implantou o modelo de RG Digital para toda a população paulista, e criou a Delegacia Eletrônica para facilitar o acesso da população aos serviços de segurança pública, incluindo a DDM Online.

**RISCOS À IMAGEM:** Não há risco à imagem no noticiário do dia.

**AÇÕES DE ASSESSORIA DE IMPRENSA:** Dar maior enfoque ao esforço de modernização e inteligência digital da polícia abrindo espaço para a divulgação da Delegacia Eletrônica como ponto de entrada de denúncias e registros dos mais diversos tipos de delitos.

2

165  
p

<b>ANÁLISE DIÁRIA</b>	<b>26/12/2020</b>
<b>Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo</b>	
<b>Pesquisa: Delegacia Eletrônica</b>	
<b>Destaque do dia:</b>	
G1 - Delegacia eletrônica registra 158 denúncias de maus-tratos contra animais em Campinas, diz SSP	

### Análise:

No G1 Campinas e Região, reportagem apresenta números da Delegacia Eletrônica de Proteção Animal (Depa), serviço via internet para denúncias de maus-tratos aos animais no estado de São Paulo, que registrou 158 queixas em Campinas (SP) entre janeiro e novembro deste ano. Segundo uma ONG da cidade, os números refletem uma subutilização da ferramenta, ainda pouco conhecida pela população. A página traz o vídeo da reportagem de Jonatam Morel, na EPTV, que apresentou um passo a passo para utilizar a Depa e entrevistou populares que desconheciam o serviço online.

No vídeo e no texto, depoimento sensível de Flávio Lamas, vice-presidente da Associação Amigos dos Animais de Campinas (Aaac), informando que a entidade recebeu mais de 500 denúncias de maus-tratos no mesmo período. Para ele, a discrepância entre os dados da instituição e da Depa se deve à dificuldade dos denunciadores em ter retorno sobre as queixas apresentadas pela internet: "A gente tem muito caso acontecendo, as ONGs recebem, o Conselho Municipal de Defesa Animal de Campinas recebe... então a gente vê que falta realmente apuração efetiva até para servir de exemplo, que possa impedir novos casos", explica Lamas. registra a reportagem.

O texto e o vídeo explicam que, depois de formulada, a denúncia é encaminhada para a unidade policial correspondente, seja no interior ou na capital, com prazo máximo de 10 dias para resposta, afirma a Secretaria de Segurança Pública (SSP). Ainda segundo a SSP, caso a denúncia seja confirmada, o delegado responsável deve tomar as medidas cabíveis, como elaborar o boletim de ocorrência e instaurar inquérito policial para investigação do caso.

Além da Depa, os denunciadores podem utilizar um canal destinado às denúncias de crimes de maus-tratos aos animais e danos ao meio ambiente criado pela Polícia Civil de Campinas. O contato pode ser feito pelo telefone (19) 3231-3900 ou pelo WhatsApp (19) 99995-7944. O horário de funcionamento do Setor de Intervenção Estratégica (Sie) é das 8h às

19h, de segunda a sexta-feira, com o atendimento estendido à Central de Flagrantes, localizada no 1º Distrito Policial, no Botafogo, durante a noite e aos finais de semana.

"As seccionais ficaram com poderes para realizar as mesmas investigações que esses órgãos especializados fazem, incluindo as investigações de crimes ambientais, que também envolvem maus-tratos de animais", destacou o delegado da 1ª Seccional, Nestor Penteado Filho, veiculado em texto do G1.

**PONTOS POSITIVOS:** A reportagem ressalta a importância da ferramenta ainda que aponte o desconhecimento da população e as ressalvas de dirigente da ONG. Os registros apontaram o número de ocorrências em Campinas e cidades da região. Serviço do WhatsApp e declarações do Delegado Seccional, no G1, denotam disposição e compromisso da Polícia Civil. O vídeo da EPTV é sobretudo de prestação de serviço em divulgar os canais de denúncia.

**RISCOS À IMAGEM:** O suposto desconhecimento da população com relação ao uso da Depa é um ponto de atenção para avaliar a criação de campanhas de divulgação do serviço.

**AÇÕES DE APOIO À IMPRENSA:** Campinas e cidades da região devem entrar no radar da assessoria para uma ampla campanha de comunicação de prestação de serviços da Delegacia Eletrônica. Em tempos de pandemia, a ampliação dos serviços da DE ainda é desconhecida pela maioria dos entrevistados, ainda que um recorte e não em pesquisa. Sugere-se pesquisas quantitativas e qualitativas para orientação.

<b>ANÁLISE DIÁRIA</b>	<b>28/12/2020</b>
<b>Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo</b>	
<b>Pesquisa: Delegacia Eletrônica</b>	
<b>Destaque do dia:</b>	
DigaBahia OL - Maus-tratos aos animais crescem 26,5% no estado de SP em 2020	
Olhar Animal - Delegacia eletrônica registra 158 denúncias de maus-tratos contra animais em Campinas, diz SSP	

### **Análise:**

Os registros de maus-tratos aos animais no estado de São Paulo cresceram 26,5% no período entre janeiro e novembro de 2020, em comparação com igual período do ano passado, conforme dados da Depa (Delegacia Eletrônica de Proteção Animal), departamento da Polícia Civil, divulgados pela SSP-SP (Secretaria da Segurança Pública de São Paulo). Foram contabilizados 13.877 casos neste ano, com exceto dezembro. Já em 2019, o número de ocorrências verificadas pelo mesmo órgão policial atingiu 10.969 ocorrências entre janeiro e novembro, destaca o site DigaBahia, repercutindo reportagem do R7, que ganha escala na mídia da web. No site Olhar Animal, São Paulo, veicula a reportagem do G1 que a Delegacia eletrônica registrou 158 denúncias de maus-tratos contra animais em Campinas, diz SSP-SP. Dados abrangem período de janeiro a novembro deste ano e, segundo ONG local, refletem uma subutilização dos serviços eletrônicos.

Já no DigaBahia, o texto informa que todas as denúncias registradas pela Depa são encaminhadas para a apuração nas delegacias de polícia distritais. Também são responsáveis por investigar crimes contra animais e outras infrações ao meio ambiente a Divisão de Investigações Sobre Infrações de Maus Tratos e Animais, o DPPC (Departamento de Polícia de Proteção à Cidadania). As ocorrências também podem ser registradas em qualquer delegacia territorial. Além disso, as situações de flagrante podem ser comunicadas pelo telefone 190.

O texto aponta que, se por um lado os casos de maus-tratos têm aumentado, as autoridades da segurança pública paulista comemoram que consideram resultados positivos no combate a este tipo de crime. A Polícia Militar Ambiental apreendeu e resgatou 16.411 animais de diferentes espécies, como onça, aves e macacos. Nos últimos quatro anos, a instituição soma mais de 120 mil animais tirados de diferentes situações de perigo em todo o estado. Atualmente, a PM Ambiental é formada por quatro batalhões e aproximadamente 100 unidades de atendimento. O efetivo da tropa é composto por 1,7 mil homens e mulheres. São ainda 480

*Handwritten mark*

*Handwritten mark*

*Handwritten number 468 and signature*



viaturas, além de motocicletas e embarcações para realizar as operações contra o tráfico de animais, a caça ilegal e a manutenção de animais silvestres em cativeiro.

**PONTOS POSITIVOS:** A reportagem é do R7 e ganha reprodução crescente. O texto demonstra o aumento no número de denúncias e de ações das forças policiais de São Paulo.

**RISCOS À IMAGEM:** A subnotificação, como apontada na matéria do Olhar Animal.

**AÇÕES DE ASSESSORIA DE IMPRENSA:** Tema do crescimento de denúncias de maus-tratos ganha escala na mídia. Recortes regionais podem ser solicitados por jornalistas e devem estar disponíveis antes de questionamentos.

2

1

169  
P

<b>ANÁLISE DIÁRIA</b>	<b>29/12/2020</b>
<b>Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo</b>	
<b>Pesquisa: Delegacia Eletrônica</b>	
<b>Destaque do dia:</b>	
G1 - Cadeira de rodas de idosa some durante entrega e família mobiliza a web para recuperar	

### **Análise:**

Família registrou um boletim de ocorrência na Delegacia Eletrônica, informando o sumiço da cadeira utilizada por idosa de 85 anos, moradora de Itanhaém, no litoral paulista, registra em destaque no subtítulo o G1 Santos.

A família solicitou o serviço a partir do telefone, no último domingo (27). A avó foi passar o réveillon em Itanhaém, na casa do tio, que fica em frente à praia. A cadeira de rodas não cabia no carro, então, eles solicitaram o serviço de entrega por aplicativo. O pedido foi feito às 9h43, e por volta das 12h, o tio ligou para avisar que ainda não havia recebido o equipamento. No aplicativo, aparecia que a corrida estava finalizada, e ele não conseguia contatar o motorista. O neto explica que eles passaram a entrar em contato com a empresa responsável, mas não receberam retorno no dia. Ele conta que postou o caso nas redes sociais, tendo centenas de compartilhamentos e comentários, nos quais as pessoas marcaram a empresa.

A família registrou um boletim de ocorrência na Delegacia Eletrônica. O caso foi registrado como apropriação indébita. A empresa responsável pelo aplicativo respondeu à família pelo chat, nesta segunda, afirmando que entrou em contato com o motorista e que aguardava retorno.

Em nota enviada ao G1, a Uber, responsável pelo serviço, afirmou que já está em contato com a usuária e o motorista parceiro para que o objeto seja devolvido. O condutor teve dificuldade para encontrar o local, mas acionou o suporte da empresa para informar o ocorrido.

**PONTOS POSITIVOS:** A menção à Delegacia Eletrônica como canal para registrar a ocorrência.

**RISCOS À IMAGEM:** Não há risco à imagem no noticiário do dia.

**AÇÕES DE ACESSORIA DE IMPRENSA:** Dada a repercussão do caso nas redes sociais é importante haver um acompanhamento dos desdobramentos, conversas para criar um posicionamento se o assunto voltar a ganhar espaço na mídia.